



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 107 - QUINTA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 115ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE JULHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.340/2005, de 18 do corrente, comunicando a rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2003, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola..... 24913

1.2.2 – Ofícios

S/Nº, de 20 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, comunicando que o Senador Demóstenes Torres, está respondendo, no dia de hoje, pela Liderança daquele partido..... 24913

Nº 393/2005, de 20 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, comunicando que o Deputado Paulo Magalhães deixa de integrar, como suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo..... 24913

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado..... 24913

Projeto de Resolução nº 68, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o disposto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando hipótese de competência terminativa das comissões permanentes. 24914

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 68, de 2005, lido anteriormente..... 24916

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 787, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, dos Requerimentos nºs 128 e 148, de 2005, de sua autoria. **Deferido.** 24916

Nº 788, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da pianista Lindalva Cruz, ocorrido ontem, no Rio de Janeiro. 24916

Nº 789, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona. 24917

Nº 790, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona. 24917

Nº 791, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 24918

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Reflexões sobre a história política e a democracia brasileira..... 24918

SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre a oitiva na CPMI dos Correios, na data de hoje, do Senhor Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores – PT..... 24920

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Considerações sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUMDEB, e a melhoria na qualidade de ensino no País..... 24922

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Situação do desmatamento no Estado do Mato Grosso. 24924

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre o clima de exaltação na reunião da CPMI dos Correios, com a oitiva de Delúbio Soares, e a necessidade de apuração das denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal..... 24934

SENADOR EFRAIM MORAIS – Reflexões sobre a crise política e as denúncias de corrupção no Partido dos Trabalhadores envolvendo o Governo do Presidente Lula..... 24937

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas ao depoimento do Sr. Delúbio Soares na CPMI dos Correios e às declarações do Presidente Lula diante da crise..... 24938

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Críticas à decisão da Executiva do Partido dos

Trabalhadores de rejeitar a suspensão de Delúbio Soares. Comentários à matéria publicada pelo jornal O Rio Branco , edição de 17 de julho do corrente, sobre demissão de agrônoma pela ONG (PESACRE) – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre.....	24940	e urgência e pela apresentação de projeto de lei (<i>Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005</i>).	24969
SENADOR FLEXA RIBEIRO – A crise na indústria madeireira paraense.....	24942	1.3.1 – Leitura de projeto	
SENADOR DEMÓSTENES TORRES , como Líder – Recomendação ao Presidente Lula de leitura do Sermão de Santo Antônio aos peixes, pronunciado pelo Padre Antônio Vieira em 1654.....	24944	Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.	24975
SENADOR EDISON LOBÃO – Importância da Ferrovia Norte-Sul.	24946	1.3.2 – Ordem do Dia (continuação)	
SENADOR JOSÉ JORGE , como Líder – Comentários às reações do Governo Federal ante a crise política do País.	24946	Item 2	
SENADOR TIÃO VIANA – Registro da realização do XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo.....	24948	Medida Provisória nº 244, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais, para os fins que especifica. Aprovada , após Parecer nº 1.314, de 2005-Plen. À promulgação	24980
SENADOR PAULO PAIM – Homenagem à direção do Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre/RS. Apoio às reivindicações dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul.	24956	Item 3	
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Propostas para a reforma política.....	24959	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais. Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre lideranças	24982
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Inércia do Governo Federal.....	24961	Item 4	
SENADORA FÁTIMA CLEIDE , como Líder – Início do Programa ProJovem pelo Governo Federal.....	24964	Medida Provisória nº 248, de 2005, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências. Apreciação sobrestada	24982
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE , como Líder – Defesa com relação a pretensa denúncia publicada nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo , envolvendo S. Ex ^a	24964	Item 5	
SENADOR ALVARO DIAS – Resposta ao pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante..	24966	Medida Provisória nº 250, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica. Apreciação sobrestada	24982
SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Resposta ao pronunciamento do Senador Alvaro Dias.....	24967	1.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia	
SENADOR NEY SUASSUNA , como Líder – Saúda a bancada paraibana que, juntamente com o Reitor da Universidade Federal de Campina Grande, vem trabalhando junto às autoridades federais, para a expansão da Universidade para todo o interior do semi-árido.	24968	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO , como Líder – Considerações sobre a crise política brasileira. ...	24982
1.3 – ORDEM DO DIA		1.3.4 – Comunicação da Presidência	
Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)		Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 19 horas, no Plenário do Senado Federal.	24982
Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005), que altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Arquivada a matéria , nos termos do Parecer nº 1.313, de 2005-Plen, que conclui pelo não atendimento dos pressupostos de relevância		1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação	
		SENADOR PAPALÉO PAES – Confecção de um novo modelo de título eleitoral.....	24982
		SENADOR JEFFERSON PÉRES – Considerações sobre a crise no Governo do Presidente Lula.....	24983
		SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “A radiografia do mensalão”, publicada na revista IstoÉ , edição de 13 de julho do corrente.....	24986
		SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro dos artigos intitulados “A única agenda positiva” e “Men-	

sagem dos Correios para Lula”, publicados nas duas últimas semanas pelo jornal **O Estado de S.Paulo** e pela revista **Veja**, respectivamente..... 24990

SENADOR **LEONEL PAVAN** – Registro de matérias publicadas pelas revistas **Veja** e **IstoÉ**, tratando da reação do Presidente Lula em relação às denúncias de corrupção que permeiam o atual governo do PT. Apelo ao Governo para solucionar a situação crítica dos pescadores artesanais de camarão..... 24992

SENADOR **REGINALDO DUARTE** – Comentário sobre os artigos intitulados “Operação Paraguai” e “Lula endossa a farsa”, publicados pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, edições dos dias 18 e 19 de julho do corrente, respectivamente..... 24998

SENADORA **FÁTIMA CLEIDE** – Saudações às 52 brasileiras selecionadas pelo projeto “Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”, iniciativa que objetiva destacar o papel da mulher na construção da paz no mundo..... 25001

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Registro de artigo intitulado “O combate à corrupção no governo”, de autoria do Cardeal-Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 20 de julho do corrente..... 25002

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – PARECER

Nº 13, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 12, de 2005-CN. 25003

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 107, de 2005..... 25007

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.076 a 3.090, de 2005. 25007

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 115ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 20 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Moraes,
da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Alvaro Dias, Paulo Paim, Luiz Otávio,
Eduardo Azeredo e Rodolpho Tourinho*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/7/2005 07:36:59 até 20/7/2005 19:00:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MÓZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.340/05

Brasília, 18 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi rejeitada a Emenda apresentada por essa Casa ao Projeto de Lei nº 3.987, de 2000, da Câmara dos Deputados (PLC nº 112/03, no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre o ensino da língua espanhola”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Brasília, 20 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a Vossa Excelência que hoje, 20 de julho de 2005, estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres, Primeiro Vice-Líder.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL Senado Federal.

Ofício nº 393-L-PFL/05

Brasília, 20 de julho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Paulo Magalhães deixa de integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos”.

Atenciosamente, – **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2005

Altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigor acrescido do seguinte § 2º, transformando-se seu parágrafo único em § 2º:

“Art. 2º

§ 1º Após a distribuição prevista no **caput** deste artigo, eventual bolsa excedente poderá ser destinada a estudante que tenha cursado o ensino médio, ou parte dele, em escola da rede privada, na condição de bolsista parcial, nos termos definidos em regulamento do Ministério da Educação, observada a devida proporcionalidade com o tempo ou percentual de estudos gratuitos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos termos da Lei nº 11.096, de 2005, o Programa Universidade para Todos (Prouni) destina-se, prioritariamente, à criação de vagas para estudantes carentes que, ante a restrição de vagas na educação superior gratuita e a anuidade escolar cobrada pela rede privada, não teriam acesso a esse nível de ensino. Além dessa preocupação, o Prouni reserva vagas para portadores de necessidades especiais e contempla a formação de professores vinculados à rede pública de ensino.

No ano de 2005, o programa ofereceu 112 mil bolsas, entre integrais e parciais, das quais 107 mil foram preenchidas até a última etapa do processo seletivo, no conjunto de 216 mil candidatos considerados aptos a recebê-las. Desse modo, 5 mil bolsas, o que equivale a 4% da oferta, ficaram ociosas. Segundo o Ministério da Educação, esse excedente foi motivado pela oferta de vagas em cursos pouco procurados, ou em locais distantes da residência dos interessados.

Conquanto seja aceitável tecnicamente, o excedente constatado não pode ser socialmente justificado

num País como o nosso, onde faltam oportunidades de acesso à educação, ainda em todos os níveis. Ademais, a oferta de bolsas ao amparo do Prouni envolve renúncia de receita que enseja otimização, e quiçá a maximização, de aproveitamento das vagas disponíveis. Com efeito, não nos podemos dar o luxo de ter estudantes fora de uma universidade onde sobram vagas.

É com o propósito maior e exclusivo de preencher essa lacuna, sem qualquer prejuízo ao foco e ao equilíbrio do Prouni, que apresentamos a proposta de atendimento a estudantes do ensino médio que, na condição de bolsistas parciais, custearam parte de seus estudos, na maioria das vezes, visando ao ingresso futuro na educação superior, não raro com sacrifícios para suas famílias. Entre esses, há aqueles que foram obrigados a freqüentar escolas pagas por omissão do Poder Público e, certamente, muitos que perderam, no percurso do ensino médio, a capacidade de continuar arcando com as despesas de mensalidades escolares.

Ao permitir o benefício do Prouni a alunos que tenham cursado o ensino médio na condição de bolsista parcial, a alteração não produz qualquer distorção no Programa. A medida não compromete, nem de longe, a efetividade do Prouni. Nos moldes em que está sendo proposta, não haverá espaço para eventuais desvios de um segmento de renda para outro, até porque, em princípio, o bolsista parcial do ensino médio não terá acesso a bolsa integral no ensino superior. Assim, a simples aplicação dos critérios ora vigentes não permitirá as distorções suscitadas.

Estamos convencidos de que a medida fará justiça aos pais que, mesmo carentes, não pouparam esforços para assegurar um futuro diferente aos seus filhos e ao País. Assim, contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala da Comissão, 20 de julho de 2005. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º A bolsa será destinada:

I – a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II – o estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III – a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2005

Altera o disposto no art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando hipótese de competência terminativa das Comissões permanentes.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art.91

III – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal.

Justificação

A Constituição Brasileira de 1988 Contempla, em seu art. 58, § 2º, I, a possibilidade de delegação legislativa chamada **interna corporis**, de modo que

os órgãos fracionários representados pelas comissões permanentes de cada Casa Legislativa possam, na forma regimental, discutir e votar projeto de lei, dispensando a competência do Plenário.

As constituições de 1946 e 1969 já previam a mesma hipótese, não sendo, pois, novidade esse instituto do processo legislativo em nosso ordenamento.

Trata-se de providência bastante útil no sentido de acelerar-se o processo de criação de regras jurídicas novas, processo hoje tão obstruído, entre nós, até mesmo pelo abuso do Poder Executivo na edição das famigeradas medidas provisórias.

Tal inovação (aliás, tanto quanto a das medidas provisórias) procede da Constituição Italiana em vigor, que, em seu art. 72, prevê a hipótese de a câmara delegar a uma comissão sua a elaboração de lei sobre determinada matéria, em substituição ao plenário dessa câmara, transferindo-lhe, assim, em determinadas condições, sua competência legislativa.

O decano dos constitucionalistas brasileiros, o prof. da Universidade de São Paulo (USP), Manoel Gonçalves Ferreira Filho, se manifesta favoravelmente a essa ampliação dos poderes das comissões legislativas, nos seguintes termos:

Entretanto, respeitadas as necessárias precauções, a delegação **interna corporis** de modo algum atenta contra o prestígio e a dignidade dos Paramentos. Em verdade. Denunciá-la por não envolver o debate e o voto de todos os membros da câmara não é decisivo, desde que a possibilidade para todo e qualquer parlamentar de intervir na sua elaboração é resguardada.

Ora, o direito italiano, ao consagrar a delegação **interna corporis**, cuidou de estabelecer essas ressalvas.

Cabe ao Presidente de cada casa do Parlamento decidir de acordo com os regulamentos internos quais os projetos que serão sujeitos ao que os italianos chamam de procedimento decentrato, mas sua decisão pode ser impugnada pelo plenário. Todavia, a Constituição expressamente exclui desse procedimento certas matérias que enumera. A saber, matéria constitucional e eleitoral, resoluções sobre delegação legislativa, autorizações de ratificação de tratados e aprovação do orçamento e das contas públicas. (in “Do Processo Legislativo”, Ed. Saraiva, 2001, p. 138)

Apesar desse juízo propício, tal poder outorgado às comissões e ainda subutilizado em nosso meio, infelizmente.

Dados de Figueiredo e Limongi de 1994 (in “O processo legislativo e a produção legal no Congresso

pós-constituente”, Cebrap nº 38) indicam que, entre 1989 e 1992, somente 7,4% das leis aprovadas o foram em regime de decisão terminativa e que, ao invés, 58,6% daquela produção não foi apreciada conclusivamente pelas comissões, o que traduz a pouca importância relativa desse órgão, por enquanto, como **locus** de decisão política.

Na Itália, ao contrário, a experiência tem sido amplamente exitosa, como refere o prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em sua obra já mencionada:

A experiência da delegação **interna corporis** tem dado excelentes frutos na Itália, pelo menos no tocante ao aceleração da elaboração das leis. De fato, permite um trabalho profícuo, talvez por ser menos barulhento e teatral do que o feito em plenário. E, na verdade, por intermédio dela é que a esmagadora maioria das leis tem sido aprovada na Itália. Durante a primeira legislatura republicana, por exemplo, de 1948 a 1953, para 600 deliberações em plenário houve 2.000 em comissão. Por isso, não foi desarrazoado o empréstimo tomado ao direito italiano pela Constituição brasileira de 1967, ao permitir a delegação **interna corporis**. (op.cit.p 140)

Assim, a intenção da presente proposição não é outra senão alargar um pouco mais o âmbito da competência terminativa das comissões permanentes, de modo a nele incluir os projetos de lei procedentes da Câmara dos Deputados, de iniciativa parlamentar, que tenham sido aprovados em decisão terminativa por comissão daquela Casa, e que, atualmente, dependem, para tanto, de decisão do Presidente do Senado, enviadas as lideranças.

Trata-se, assim, de pequena mas, a nosso ver, valiosa contribuição para a agilização da tramitação de projetos de lei no Senado Federal, respeitada, entretanto, a soberania do plenário em relação às matérias de competência exclusiva das duas Casas do Congresso Nacional e as que requeiram quorum qualificado de votação.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005 – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.
.....

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar:

I – projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código;

II – projetos de resolução que versem sobre a suspensão da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Const. art. 52, X).

§ 1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

IV – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido vai à publicação e ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 401 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 787, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, dos Requerimentos nºs 128/2005 e 148/2005, de minha autoria.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 788, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da pianista Lindalva Cruz, ocorrido ontem dia 19 de julho de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento da pianista Lindalva Cruz, ocorrido ontem, dia 19 de julho de 2003, no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar do Senado seja comunicado à família da pianista.

Justificação

Lindalva Cruz, que faleceu no Rio de Janeiro aos 97 anos de idade, foi uma extraordinária mulher e artista amazonense. Desde muito cedo demonstrou amor à música. Com apenas nove anos de idade já trabalhava como pianista, incumbida de sonorizar as sessões de cinema – época dos filmes mudos – no antigo Cine Alcazar, em Manaus. Por dez anos exerceu essa atividade, enquanto continuava a aperfeiçoar sua arte. Em 1925, com a chegada dos filmes sonoros, perdeu o emprego e então, com recursos arrecadados numa festa organizada por amigos, enfrentou longa viagem de navio e se mudou para o Rio de Janeiro, para continuar os estudos e formar-se pelo Instituto de Música da antiga Capital da República. Formada, voltou a Manaus, criou o Instituto de Música local e, por dez anos, ali lecionou, até ser chamada ao Rio de Janeiro para se tornar professora do Conservatório de Música, onde conheceu e se tornou amiga de Lucila, mulher do compositor Villa-Lobos. Artista respeitada em todo o País, ela se manteve em atividade, dando aulas, até há cinco anos. Uma de suas últimas apresentações foi em Manaus, no Teatro Amazonas, repleto de admiradores. Era mulher carinhosa, amiga, de lealdade inexcusável. Pela sua longa vida dedicada à música, pela contribuição dada à formação de tantos artistas, principalmente em Manaus e no Rio de Janeiro, ela se torna merecedora, portanto, da homenagem póstuma aqui proposta por meio de inscrição, em ata, de Voto de Pesar desta Casa.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 789, DE 2005

Considerando as notícias divulgadas na imprensa a respeito do vultoso aporte de capital realizado pela Telemar, concessionária de serviço de telecomunicações em regime público, em sociedades empresárias controladas pelo filho do Presidente da República, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as seguintes informações:

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, dos atos constitutivos (estatutos) e posteriores alterações das sociedades BR4 e GameCorp, bem como os de suas controladoras;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público, de escritura(s) de emissão de debêntures e/ou de seus certificados, em nome das sociedades empresárias BR4 e GameCorp, bem como da publicação e inteiro teor da ata da assembléia geral de acionistas ou da ata do conselho de administração da GameCorp que deliberou sobre a emissão de debêntures e, se for o caso, sobre a constituição de garantias reais;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, dos titulares de debêntures (debenturistas) das sociedades BR4 e GameCorp, bem como dos agentes fiduciários de debenturistas, se houver;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, das características das debêntures emitidas pelas sociedades BR4 e GameCorp, em especial: **(a)** existência de certificados de emissão; **(b)** forma de pagamento, prazo, garantias e encargos financeiros; **(c)** conversibilidade, ou não, das debêntures em ações; **(d)** valor total das debêntures emitidas e do capital social das sociedades BR4 e GameCorp;

- registro, em Juntas Comerciais ou em qualquer outro registro público de empresas mercantis, dos atos constitutivos (estatutos) e posteriores alterações, das sociedades componentes do Grupo Telemar (controladoras, controladas, coligadas etc.) que assumiram a condição de debenturistas ou de acionistas das sociedades BR4 e GameCorp, bem como da(s) ata(s) da assembléia geral de acionistas

e/ou do conselho de administração que autorizaram: **(a)** a aquisição dessas debêntures ou ações; e **(b)** o posterior exercício da opção de conversão das debêntures em ações de BR4 e GameCorp.

Justificação

A revista **Veja** publicou, em julho de 2005, matéria em que descreve a participação acionária da Telemar, maior empresa de telefonia do País, com receita líquida de R\$13,8 bilhões em 2004, nas empresas BR4 e GameCorp, em cujos grupos de acionistas figura o Sr. Fábio Luiz Lula da Silva, filho do Presidente da República.

De acordo com matéria, a Telemar teria investido cerca de R\$5,2 milhões, por meio da aquisição de debêntures conversíveis em ações das sociedades mencionadas, apesar de as mesmas não disporem de ativos com valores de mercado compatíveis com tal investimento.

Considerando que os principais acionistas do Grupo Telemar são empresas públicas, e que, portanto, aqueles investimentos podem ter sido realizados com recursos públicos, é fundamental que o Congresso Nacional investigue os fatos e verifique se houve favorecimento ou influência do Governo Federal no aporte de capital feito pela Telemar nas empresas do Sr. Fábio Luiz Lula da Silva.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 790, DE 2005**Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações.**

Excelentíssimo Senhor,
Presidente do Senado Federal

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja encaminhado Pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações no sentido de que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos, referentes ao contrato celebrado entre as empresas Telemar e Gamecorp:

1 – A empresa Telemar tem contratos celebrados com outras empresas em termos similares aos firmados com a empresa Gamecorp?

2 – Outras empresas de telefonia firmaram contratos similares ao celebrado entre a Telemar e a Gamecorp?

3 – Qual a avaliação do Ministério das Comunicações sobre o fato de a Telemar não ter

informado à Comissão de Valores Mobiliários a celebração do contrato com a Gamecorp?

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2005

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja encaminhado Pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações no sentido de que sejam prestadas os seguintes esclarecimentos, referentes ao contrato celebrado entre as empresas Telemar e Gamecorp:

1 – A empresa Telemar tem contratos celebrados com outras empresas em termos similares aos firmados com a empresa Gamecorp?

2 – Outras empresas de telefonia firmaram contratos similares ao celebrado entre a Telemar e a Gamecorp?

3 – Qual a avaliação do Ministério das Comunicações sobre o fato de a Telemar não ter informado à Comissão de Valores Mobiliários a celebração do contrato com a Gamecorp?

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães**.

(À Mesa, Para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo dos demais oradores. S. Exª dispõe de até 12 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Paulo Paim, está escrito no livro de Deus “depois da tempestade, vem a bonança”.

Senador Tião Viana, depois da tempestade, vem a bonança.

Winston Churchill disse que a democracia é ruim, é complicada, é difícil, mas, nas suas reflexões, também disse que não conhecia outro melhor regime. Então temos que cultivá-la, que preservá-la, que melhorá-la. Estamos nesta democracia! Quero crer que o Senado está dando um exemplo.

Brasileiras e brasileiros, Senador Paulo Paim, estamos em férias e estou com saudade do meu Piauí, do Delta. Senador Paulo Paim, talvez V. Exª não acredite, mas quero convidá-lo. Eu o convidei para conhecer os quilombos. V. Exª é um líder nacional muito conhecido, muito amado pelos trabalhadores do Brasil, pela sua luta pelo salário mínimo, muito amado pelos deficientes, pela igualdade racial.

Às segundas-feiras, Senador Paulo Paim, à noite, às 19 horas – como vocês chamam; nós lá no Piauí chamamos de 7 horas da noite –, eu mergulhava nos verdes mares bravios do Oceano Atlântico. E lembro-me de um professor de fisiologia que tive, Aloísio Pinheiro, que dizia que mergulhar no mar é como voltar ao passado, é como voltar ao primeiro habitat, ao útero materno, envolvido em água, daí aquela paz, aquela segurança, aquela vitalidade. Esse era o conceito do professor de Fisiologia. E eu, de noite, tomava.

Eu queria estar lá, porque é verão lá. É o pico. Eu me lembro que, quando fazia pós-graduação no Rio de Janeiro, eu dava um jeito de tirar uns dias em julho e ir ao litoral do Piauí. Quando eu chegava, em agosto, os cariocas, que são loucos por praia, perguntavam onde eu tinha tomado banho. Porque, em julho, não tem sol lá.

Eu dizia: É longe. É por isso que o hino do Piauí diz: Piauí, terra querida, filha do sol do Equador...

Paulo Paim, estamos aqui, não temos férias – e eu sempre procurei passar as férias lá. Esta vigília é o exemplo que o Senado dá, que nós damos, para preservar a democracia, que vive maus momentos.

Está escrito no livro de Deus que, depois da tempestade, vem a bonança. E eu quero crer, crer, crer. O próprio Cristo dizia: “Em verdade, em verdade, eu vos digo”.

Paulo Paim, V. Exª é do PT, e desde o início, eu, que votei no Lula, dizia que ele tinha que ouvi-lo. Em verdade, em verdade, eu vos digo: ó Lula. Foi mais adiante Cristo e disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”.

Nós temos que buscar a verdade. Está no Antigo Testamento que Moisés, o maior líder, escolhido por Deus, na sua missão – a sua foi uma missãozinha, Lula! –, não titubeou, não perguntou se havia exército do faraó, se havia mar Vermelho, se havia deserto, se

havia bezerro de ouro. Ele foi em frente, e Deus lhe deu as leis. Ó Lula, Lulalá, Lulacá, ouça! Nós somos pais da Pátria, Lula. Entenda! Moisés recebeu os mandamentos e lá no 7º está: “Não roubarás”. Não roubarás, não roubarás! V. Ex^a, Lula, está transformando este País na vergonha da corrupção, do pecado mortal, o sétimo. Está permitindo. Essa é a verdade.

Então, eu quero crer que tem que ser preservado. Esta Casa já teve muita dificuldade. Aqui, eu trago a nossa homenagem a Dr. Ulysses. Eu estava lendo a sua biografia. Ele dá um conselho que eu quero dar ao Lula. Eu tentei dar ao Lula... Eu votei no Lula, eu acreditei no Lula, elegemos até o Governo do Estado do PT. Atentai bem! Eu aqui, que fui prefeitinho, e o Lula não foi. Do núcleo duro nenhum foi prefeito. Eu dizia: núcleo duro e burro – está gravado aí nos arquivos. Fui Governador. Antevi que ele estava num mau caminho. Veio o Zé maligno, que pensava que eu tinha medo dele. “Vou tirar as posições do Mão Santa, vou acabar...” Acaba não, Zé maligno. Só Deus. Sou um homem do Piauí que, para estar aqui, como estou, tem de ter muita coragem e vida limpa. Mãos santas não são; são iguais às de todos os trabalhadores e trabalhadoras, mas o povo do Piauí sabe que são firmes, honradas, trabalhadoras, limpas e generosas com os pobres. Para fazer o que fiz desde o primeiro dia é preciso ter coragem e vida limpa. Mas atentai ao que eu disse. Tem de aprender com a História, Lula! Está aí o Ulysses. Dramas como esse, já houve, e o Congresso tirou. Você se lembra do suicídio de Getúlio? De Café Filho? De Carlos Luz. Ulysses visitava o Carlos Luz. Café Filho era o Vice-Presidente, e Carlos Luz o substituiu. Atentai bem, Paim! Então, foi com Marcondes e outros Deputados e, quando o viu, ele disse: “Eu já disse ao Café que nenhum Presidente da República sobrevive no Brasil se não impõe respeito”. Disse isso porque o Presidente estava abraçado com colegas parlamentares, deputados do seu Estado natal. Era aquela postura que nós exigimos, aquilo que o Presidente Sarney chama de liturgia do cargo, que faltou. Essa é a verdade. Mas, Senador Paulo Paim, então, Ulysses disse: “Em política, quando se evita a solução natural, só se provocam crises”. Então, o Congresso está buscando uma solução natural.

Como primeira solução natural, Ulysses Guimarães dizia: “Não roubar; não deixar roubar e botar na cadeia quem roubou”. Ainda não vi ninguém na cadeia, algemado, esses colarinhos brancos, pecadores, que envergonham a política, a Pátria, o mundo, a humanidade. Essa é a verdade. Nenhum! Eles chegam protegidos com atestado e com direito de mentir.

Senador Paulo Paim, Coelho Neto diz: “Quem rouba mente; quem mente rouba”. Eles já chegam com

atestado e com direito de mentir. Esta é a verdade: quem mente rouba; quem rouba mente. Aí estamos.

Mas gostaria de dizer que há esperanças. O apóstolo Paulo disse: “Fé, esperança, amor, caridade”. Vamos preservar a democracia, porque ela não tem nada a ver com o PT. Nós, brasileiros, a construímos e a defendemos. O modelo do PT era totalitário, comunista, nascido e inspirado nos países comunistas. A democracia faz parte de nossa história, e vamos preservá-la.

Não abriremos mão da alternância de poder. Esse é um bem da democracia. Não abriremos mão – e falo aqui em nome do PMDB, MDB de vergonha; falo em nome do Presidente do Partido, Michel Temer. É mentira quando dizem que o Senado está encantado com o PMDB. Senadores, não. Que Minas... Respeitamos Juscelino, respeitamos Tancredo, o **Libertas Quae Sera Tamen**, Afonso Arinos, que, desta tribuna, disse: Será mentira a viúva, Getúlio? Será mentira o órfão? O sangue? O mar de lama? De Tiradentes, mas também a cidade de Minas de Silvério dos Reis, de Calabar. Não decide por nós.

Eu represento aqui Ulysses, encantado no fundo do mar. Eu represento Tancredo, mineiro. Eu represento Juscelino, médico como eu, cirurgião como eu; foi prefeitinho, governador, cassado bem aqui. Essa é a nossa coragem. Quero dizer que não admitimos. Se manca, PT! Queremos enfrentá-lo de peito aberto. Nós o queremos forte, porque entendemos que a democracia precisa de partidos fortes. E o PMDB é o mais forte da história contemporânea. Queremos enfrentá-lo de peito aberto e livre.

Senador Paulo Paim, no último fim de semana recebi o jovem Anthony Garotinho. Como o apóstolo Paulo, ele é evangélico, percorrendo seu caminho, pregando sua fé e combatendo o bom combate. Eu o recebi na sede...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, mais um minutos para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a botou dez minutos. Faltam dois e mais um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu botei dez, mais dois e, agora, mais um. V. Ex^a sabe que eu serei tolerante até com mais um, se for necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu sei, mas V. Ex^a, como o juiz de futebol, vai descontar aquele período em que eu falei do Rio Grande do Sul, de V. Ex^a.

Eu quero afirmar que esse candidato tem o que o Ulysses dizia: coragem. E governa com a esposa dele, Rosinha Garotinho, o Estado do Rio, que está

melhor do que São Paulo – melhor renda **per capita**, turismo, felicidade.

Recebi a visita dele na sede do PMDB e quero dizer o seguinte, Senador Jefferson Peres: quero todos esses Partidos fortes. Senador César Borges, da Bahia, queremos a festa da democracia. Isso não será feito. Não vamos permitir que o PMDB seja cooptado, seja comprado. Não. Nós queremos dar a nossa contribuição.

Sei e aprendi em política – quando governei o Estado do Piauí cantava com muita fé, como uma reza – que o povo é o poder. Eu acho que a minha maior obra foi ensinar a respeitar o povo, a trabalhar pelo povo e a amar o povo. Então, povo do PMDB, as pesquisas apontam o Anthony Garotinho. É uma opção. O que nós queremos é todos os partidos fortes. Queremos o PT forte, com o Senador Paulo Paim e com a bela Senadora Ana Júlia Carepa, com o PSDB e o PMDB para soerguer a democracia, pois achamos que, na nossa democracia, a alternância do poder vai permitir hastearmos essa bandeira e cantarmos “vamos continuar com a ordem e o progresso”.

O PMDB tem candidato a Presidente da República. Eu falo pelo PMDB, pela minha luta e pela minha história, e pela vergonha que os outros não têm.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao nobre Senador César Borges, por dez minutos mais um. Enquanto V. Ex^a vai à tribuna, inscrevo para uma comunicação inadiável, na prorrogação da Hora do Expediente, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, Srs. Senadores, acabo de vir da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Lá, a comissão está ouvindo o ex-tesoureiro do PT, o ex-todo-poderoso tesoureiro, segundo ele próprio, do Partido hegemônico da República, o Partido dos Trabalhadores. E estamos assistindo, Sr. Presidente, a uma lição explícita, clara de mentiras, de cinismo, não diria sequer de escapismo ou diversionismo. Não. Ali, o Sr. Delúbio Soares está tentando explicar o inexplicável. Quer fazer com que a opinião pública brasileira, todos nós – uns mais inteligentes, outros menos, assim é a natureza e assim Deus nos fez, mas todos com capacidade de análise, de reflexão –, entendamos e aceitemos uma farsa montada, Senador Jefferson Péres, por algum advogado, prova-

velmente profundo conhecedor da legislação, que quer conduzir as investigações e, amanhã, a eventual culpa apenas para o crime eleitoral, safando todos aqueles que praticaram a formação de quadrilha, a corrupção ativa e passiva, de suas penalidades.

Esse advogado é hábil, só que este Governo não tem nada de original – copiou a política econômica de Fernando Henrique, copia hoje um projeto como o da transposição. As coisas que não são boas ele vai copiando, só pega os maus exemplos. Então, esse Partido pegou um exemplo lá de trás, de Fernando Collor, quando pegou o Sr. PC Farias e o fez ali culpado de tudo. Ele foi a Geni, o bode expiatório, para desaguar sobre ele todas as culpas e retirar dos demais a possibilidade de uma condenação judicial.

É a mesma coisa, Sr. Presidente, que se está repetindo agora, só que com um agravado: a concordância do Senhor Presidente da República com essa versão, por meio daquela malfadada entrevista lá em Paris. O Senhor Presidente não falou para os brasileiros, mas foi falar lá para os franceses, tudo isso numa ação coordenada, concatenada, para parecer a mesma versão do Sr. Delúbio Soares e a mesma versão do Sr. Marcos Valério.

Então, o que o Sr. Delúbio está dizendo na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é que, até 2002, ele assinava todos os cheques com o ex-poderoso Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Era o seu companheiro de todas as horas para captação de recursos e para determinação de execução de despesas no Partido dos Trabalhadores. Inclusive conduziram dessa forma as eleições de 2002 – eleições gerais, porque praticamente só não houve eleição para Prefeitos e Vereadores, mas para Presidente da República, para Senadores, para Governadores, para Deputados Federais e para Deputados Estaduais.

Pois bem, o Sr. Delúbio disse que até 31 de dezembro de 2002 nunca fez o caixa dois – por sinal, ele não aceita o termo, o termo que ele utiliza é despesas ou receitas não-contabilizadas. Pois bem, isso ele não fez em 2002, mas já em 2003, aí foi possível a ele praticar o caixa dois, ou as despesas não-contabilizadas.

E qual a sua justificativa, Srs. e Sr^{as} Senadores, para essas despesas e essas receitas não-contabilizadas? É o fato de que, Senador Mão Santa, o Sr. Delúbio diz que havia débitos de campanha que precisavam ser saldados. Mas de que campanha? Da campanha de 2002. E para eleger quem? Para eleger os membros do PT: o Presidente da República, os Senadores, os Deputados e os Governadores do PT.

Então, o Sr. Delúbio, que se nega a dizer qual a destinação dos R\$40 milhões que ele diz que captou

por intermédio de empréstimos, está colocando sob suspeição todos os membros do PT e também da base aliada, que não era ainda aliada até aquele momento. O PL era, mas o PP e o PTB apoiaram outros candidatos. Mas ele começou a fazer o envio de recursos para a base aliada e também para os seus correligionários do PT. Então, é muito grave, porque ele coloca sob suspeição todos os elementos do PT que podem ter recebido, ou não.

Eu não quero dizer nada, não vou chegar a nenhuma conclusão. Quem faz a acusação é o Sr. Delúbio Soares. Isso pelo lado das despesas. O que mostra que as eleições de 2002 foram viciadas, por meio de um processo onde há um réu confesso: o tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Mas há um outro lado, o das receitas. Pelo lado das receitas, veja bem Senador Mão Santa, até 2002, diz o Sr. Delúbio que nunca praticou caixa dois. Mas em 2003 ele pratica. E por que ele pratica, então, em 2003? É por que chegou ao poder? É por que podia traficar influência? É por que poderia dar compensação a esses doadores não-contabilizados, como o BMG e o Banco Rural, que tiveram favorecimentos de medidas provisórias, como a Medida Provisória nº 130, que permitiu ao BMG receber o benefício de fazer empréstimos em consignação, o que aumentou imensamente a lucratividade desse banco. E isso não era permitido. Só era permitido aos bancos que pagavam benefícios previdenciários, o que não era o caso do BMG nem do Banco Rural. Quer dizer, estando eles no poder em 2003, o tráfico de influência foi possível pela captação de recursos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com o maior prazer dou-lhe o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, estive na comemoração dos 500 anos do Brasil em Porto Seguro. Eu estava rememorando aqui, desde lá, desde Porto Seguro, as Capitânias Hereditárias, o Governo-Geral, os reis, a rainha que esteve no Brasil, os presidentes, a ditadura civil e militar... e nunca houve tanta corrupção e tanta bandalheira em toda a História. E eu faria minhas as palavras de Confúcio: “Não estou aqui para amaldiçoar as trevas (a corrupção), mas trazer a luz”. E a luz é a verdade, a luz é o outro baiano que está lá em cima. Ó Lula, aprenda! Rui Barbosa disse que só há uma saída: a lei e a Justiça. E as leis de Deus já diziam: “Não roubarás”. Criaram até simbolicamente o inferno para os ladrões. Então, vamos meter esses bandidos na cadeia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço o aparte, Senador Mão Santa, mas, infeliz-

mente para a Nação brasileira, o Presidente Lula não se espelhou nas palavras de Rui Barbosa. O Presidente Lula não se inspirou nos bons exemplos. O Presidente Lula preferiu as más companhias. O Presidente Lula preferiu um tesoureiro como Delúbio Soares, menino pobre de Goiás, que se encantou com o luxo e com o bom gosto, encantou-se pelos charutos cubanos da marca Cohiba, pelos bons uísques, pelos bons apartamentos em áreas nobres de São Paulo, pelo Sr. Silvio Pereira, Sr. Secretário-Geral do seu Partido. O Presidente Lula se encantou com essas coisas. O Presidente Lula comprou o Aero-Lula, que tem luxo e conforto para as suas viagens, que eram intensas – não sei se assim continuarão.

E hoje o próprio Presidente Lula procura se blindar e diz que não tem nada a ver com o que está acontecendo no País. É uma posição autista – desculpem-me os autistas. Vamos usar uma expressão médica: dissonância cognitiva. Cria uma realidade para si, procura não ver como está a República, ignora a perturbação. Oitenta por cento dos jornais brasileiros só tratam dessa grave crise institucional.

Pois bem! O Presidente Lula não tem a nobreza sequer de ser solidário com o seu Partido. Lava as mãos, como Pilatos: “– Não, eu não tenho nada a ver com esse Partido. Já me afastei há muito tempo. Só fui Presidente três anos.”

Sua Excelência teria que ter pelo menos solidariedade e assumir parte da responsabilidade e não transferir suas responsabilidades para seus ex-companheiros.

Mas eu permito, com muito prazer, o aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, até para estabelecer o debate, porque sei que é um membro do PT.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Eu quero lhe dizer que a perplexidade e a indignação que tomam conta de toda a sociedade não é diferente na maioria das pessoas do PT. Sei que algumas pessoas podem não acreditar, mas nós nada mais temos a fazer do que ter um compromisso com a verdade. Doa a quem doer, nós vamos exigir – como a Senadora Serys Slhessarenko, por exemplo, ontem o fez –, vamos pedir a expulsão dessas pessoas. Quero dizer a V. Ex^a que nós, tanto quanto o Presidente Lula, estamos perplexos – estamos sim –, porque não tínhamos conhecimento de absolutamente nada disso, Senador. Eu estou tranqüila, inclusive quanto à minha campanha de 2002, absolutamente tranqüila com as contas aprovadas, sem problema. Apenas quero dizer isso para V. Ex^a. Eu sei da sua firmeza e do seu compromisso, mas quero dizer a V. Ex^a que isso é real. Nós estamos sendo, sim, solidários com a grande maioria dos petistas, dos militantes que carregam bandeira.

Estamos sendo solidários quando dizemos que essas pessoas traíram a nossa confiança – esta é a verdade – e fizeram coisas sem sequer discutir com a Direção do Partido. E nós estamos tão surpresos quanto qualquer outra pessoa. Com certeza, alguns sabiam, mas eu posso garantir a V. Ex^a que se trata da minoria da minoria, pelo que eu conheço, pelo que tenho conversado e pela perplexidade que tenho percebido. Aqui, na Bancada do Senado, nem um único Senador, nem uma única Senadora jamais tinha ouvido falar dessa questão e nem jamais ouvimos falar do Sr. Marcos Valério – só para deixar claro, Sr. Senador. Existem petistas e petistas.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nobre Senadora, agradeço o aparte de V. Ex^a. Só para finalizar o meu discurso, eu quero dizer a V. Ex^a que tenho também certeza de que boa parte do Partido dos Trabalhadores...Mas não é a Direção. Posso achar que, quando a Bancada decidiu aqui não apoiar a CPI dos Correios, foi porque talvez, naquele momento, acreditasse, porque assim estava informado, que não haveria gravidade.

Mas, Senadora, o que não posso aceitar é que o Ministro-Chefe da Casa Civil não estivesse mancomunado com essas ações, sendo o inspirador e coordenador dessas ações. Como sempre, o Ministro-Chefe da Casa Civil disse que nada fez sem o conhecimento do Presidente da República. Aí também não adianta blindar o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Ele tem que assumir as suas responsabilidades. Tem que vir à Nação, num pronunciamento público, bater no peito e dizer “é minha culpa”, e não ficar tentando encontrar soluções mágicas, falsas, nem criar operetas, como essa a que assistimos no último final de semana. Ele precisa assumir, pedir desculpas aos 153 milhões de eleitores, assumir que errou para ver se ainda há salvação para o restante de seu Governo.

Nós não queremos crise institucional – não é bom para o Brasil. Nós não pregamos o “Fora Lula”. Nós não pregamos golpismo. Quiseram impingir a nós essa postura, mas ela não é nossa. No passado, o PT adotou o “Fora FHC”, mas, não é a nossa postura. Queremos paz e tranquilidade para este País crescer, para desenvolver, para gerar emprego, para dar oportunidades ainda ao Presidente Lula de corrigir todos os seus erros, para fazer o que prometera e não está fazendo em prol da igualdade social, da igualdade regional do nosso País.

Mas o caminho dele, até agora, não é correto, não é o que levará exatamente a isso. O caminho escolhido por ele é o escapismo. Por isso, alerta o Presidente para que assuma sua responsabilidade, fale com a Nação e peça desculpas; peça uma nova oportunidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, à Senadora Ana Júlia Carepa por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero falar hoje de um assunto sobre o qual eu disse que iria falar aqui: o Fundeb.

Nos últimos 30 anos o Brasil alcançou uma das maiores conquistas da sua História na educação: democratizou o acesso ao ensino fundamental. Hoje, 97% das crianças de 7 a 14 anos estão na escola. Mas esse avanço não foi acompanhado pela melhoria da qualidade de ensino.

É verdade que quase universalizamos a educação. Mas a qualidade ainda deixa muito a desejar. Em Língua Portuguesa, por exemplo, e em Matemática, nem 10% dos estudantes atingem o desempenho adequado a seu nível de escolaridade. No ensino médio, faltam vagas. De cada 100 pessoas que entram, apenas 31 terminam a 8^a série e conseguem avançar.

Na educação infantil, das 22 milhões de crianças brasileiras com até 6 anos de idade, mais de 9 milhões não freqüentam instituições de ensino. Portanto, ampliar o acesso à escola reduz a pobreza, melhora a distribuição de renda e gera cidadania.

Ampliar o acesso à escola é ensinar a pescar, e não apenas dar o peixe. A criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) aponta para esta meta, porque garantirá qualidade em todo o sistema e ampliação do atendimento escolar, especialmente no ensino médio, na educação infantil e na educação de jovens e de adultos.

A proposta do Fundeb foi construída pelo Governo Federal em parceria com Estados e Municípios, por meio de suas entidades representativas, como Consed (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais da Educação) e Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). A educação básica de todos os Estados brasileiros sairá ganhando com o novo Fundo, principalmente os municípios com menor capacidade de investimento por aluno, que são justamente aqueles com os piores indicadores educacionais do País.

Estima-se, Sr^a. Presidente, que cerca de dois mil desses municípios terão suas receitas elevadas em razão de maior participação financeira da União no Fundeb. Isso contribuirá decisivamente para diminuir

as desigualdades educacionais entre as regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Diferentemente do Fundef, que destina recursos somente ao ensino fundamental, ou seja, deixando de fora o ensino infantil e o ensino básico, o Fundo da Educação Básica, além do ensino fundamental, também investirá na educação infantil, no ensino médio e, isto é muito importante, na educação de jovens e adultos. Muitos adultos, hoje, querem voltar a estudar e muitas vezes precisam desse apoio e desse incentivo. Muitos, inclusive, que trabalham e que precisam dessa possibilidade, dessa oportunidade. O número de alunos beneficiados saltará de 30 milhões, hoje, para 47 milhões. Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb serão destinados para a remuneração dos profissionais do magistério em exercício.

O significado do Fundeb pode ser medido pelo montante de recursos que o governo federal aportará ao novo Fundo. No atual Fundef, o Ministério da Educação investe, em média, 570 milhões de reais/ano para a complementação do fundo. Com o Fundeb, haverá muito mais recursos da União para a educação básica. Em quatro anos, o investimento federal será crescente, até chegar a R\$4,3 bilhões anuais em 2009. E quero dizer aqui que gostaria que fosse mais. Devemos discutir, já que o projeto está nesta Casa, para ampliarmos esses recursos. Está no Congresso Nacional, está na Câmara dos Deputados, e, depois de aprovado, virá ao Senado, mas já é um crescimento significativo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os números mostram que, nos Estados e Municípios que mais investem na educação, os índices de escolaridade da população são maiores.

No Brasil, 59% da população tem menos de 8 anos de estudo. Nos 17 Estados que investem mais, esse percentual se reduz para 55% da população. Já nos 10 Estados com menos recursos para a educação, 69% da população têm menos de 8 anos de estudo. Isso significa apenas o primeiro grau. Aliás, menos até do que o primeiro grau, menos até do que a oitava série. Então, quase 70% da população, nos 10 Estados que menos investem em educação, não tem sequer a oitava série completa.

Em relação ao magistério, está comprovado que, quanto maior a escolaridade do professor, melhor é o desempenho dos seus alunos. No entanto, cerca de 230 mil funções docentes ainda atuam na rede pública sem a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. A Senadora Serys é professora e conhece bem essa realidade. O Fundeb tem como uma de suas finalidades valorizar todos os educadores públicos, não somente os professores.

Todos sabemos que a educação tem um papel econômico, social e político muito importante,...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou lhe dar o aparte sim, Senador.

Todos sabemos que a educação tem um papel econômico, social e político muito importante, inclusive ao criar e distribuir renda. No mundo de hoje, os países cuja população tem baixo nível médio de escolaridade ficarão para trás, relegados às tarefas mais simples da redivisão internacional do trabalho ou a virar um “buraco negro” das sociedades em rede.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa. Espero apenas que seja breve para eu poder concluir. Ouço-o com prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, serei breve. Muito maior do que a sua beleza física é a beleza de sua inteligência. V.Ex^a diz que está tranqüila na eleição de 2006, e se o povo do Pará for inteligente pode fazê-la Governadora. Eu vi Fernando Henrique Cardoso perder a Prefeitura e ser Presidente. Quanto ao Fundeb, dou os meus aplausos a V. Ex^a e ao Presidente. Quando eu era Governador, foi instalado o Fundef. Mas ele só auxiliava – aquele antigo do meu tempo, porque V.Ex^a é novinha, só tem vinte anos – o Ginásio e o Primário. O Científico ou o Clássico ou o Normal, que eram mais dispendiosos pelo número de professores, pelas matérias, não tinham nenhum auxílio, eram precários. Então, os aplausos a V.Ex^a, que representa com muita grandeza este PT que nós queremos forte, belo, mas lutando a peito aberto com o meu PMDB pela democracia, um contra o outro, preservando o direito do povo de opção, de escolha.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mão Santa. Eu agradeço o seu aparte e o seu reconhecimento de que o Fundeb é muito importante porque está se ampliando tanto para o ensino infantil, que não estava incluído, para as crianças que têm menos de seis anos, quanto para o ensino médio, que, como V.Ex^a falou, realmente tem um custo maior. Portanto, esse Fundo será fundamental para o nosso País. Isso é investir realmente dando oportunidade para as pessoas aprenderem a pescar, para as pessoas aprenderem a ter uma profissão neste País.

Eu tive a oportunidade de participar de um seminário da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal que foi realizado na segunda quinzena de junho, no Estado do Pará, mais especificamente em Belém, onde tivemos a oportunidade de discutir sobre o referido tema. Inclusive com representante dos governos estadual e municipal. Percebemos uma forte

preocupação quanto ao aumento dos repasses dos recursos da União. Pelo projeto, os aportes da União terão aumento significativo.

É preciso que todos os Entes da Federação estejam diretamente envolvidos e comprometidos com esse avanço no campo da educação. As responsabilidades precisam ser divididas e é salutar que os governantes comecem a ter maior zelo com as suas receitas tributárias, evitando os famosos perdões fiscais, que muitas vezes significam valores exorbitantes que podem ser utilizados em áreas sociais, como, por exemplo, a educação.

Por ser um dos países mais desiguais do mundo, com desigualdades tanto geográficas quanto sociais, o Brasil possui enormes desafios pela frente. É preciso superar as desigualdades que travam o desenvolvimento. Nesse sentido, o Fundeb tem um profundo significado, o de financiar todos os níveis da Educação Básica, com participação federal maior, a fim de reduzir gradativamente as disparidades entre Estados e Municípios, bem como entre grupos sociais, alcançando, assim, um desenvolvimento mais igualitário, mais justo, mais humano, porque nenhum país do mundo conseguirá se desenvolver sem um investimento maciço em educação.

Reforço aqui também o que disse o Senador Mão Santa, que parabenizou o Governo e o Presidente Lula. Sua Excelência sabe o quanto é importante a base do ensino, até para que o jovem possa ter melhor oportunidade de entrar numa universidade. Hoje, com o ProUni, mais jovens poderão ter acesso a uma universidade. E é necessário também melhorar a qualidade do ensino, atingindo desde o ensino infantil, porque as crianças precisam de uma alimentação adequada nessa primeira fase. E sabemos o quanto as escolas são importantes no quesito alimentação, pois muitas crianças fazem sua alimentação nas escolas.

Portanto, parabenizo este Governo e também os diversos atores dos outros níveis da Federação que contribuíram para que o Fundeb estivesse tramitando hoje neste Congresso Nacional, porque somente assim poderemos dar um salto de qualidade no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko e, em seguida, ao nobre Senador Pedro Simon.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Exª dispõe de dez minutos, com direito à prorrogação.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Senadora Ana Júlia, há pouco, lembrou que ontem, desta tribuna – não vou colocar em discussão a questão que está posta na sociedade hoje, inclusive porque existem depoimentos nas CPIs a todo momento, que é o grande problema que o Partido dos Trabalhadores vivencia –, pedi a expulsão de alguns ex-membros da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores e fui bastante enfática quanto ao nome do Sr. Delúbio Soares. Do meu ponto de vista, o que ele fez foi absurdo e de desconhecimento de praticamente todo o Partido dos Trabalhadores, com raras exceções da Direção Nacional, e, em termos políticos, a expulsão já deveria ter acontecido.

Entretanto, como eu disse, meu pronunciamento nesse sentido foi feito ontem. Hoje quero falar um pouco sobre a situação dramática que vive o meu Estado de Mato Grosso no que tange à questão do desmatamento. Se problemas estão existindo e aflorando neste País, em termos de corrupção, terão que ser desvelados. As investigações têm que ser aprofundadas, os julgamentos têm que acontecer e as punições têm que ser extremamente rigorosas. Mas, além disso, precisamos tocar o Brasil para frente. E tocar o Brasil para frente significa, dentre tantas coisas, coibirmos também o desmatamento e a devastação que vinha acontecendo, por exemplo, no meu Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as evidências sobre o desmatamento em Mato Grosso apontam claramente para a forma leniente com que o Governador Blairo Maggi tratou, até agora, sua política de meio ambiente. Tudo aquilo que falavam os ambientalistas e o Ministério Público se confirmou. A matéria do jornal **Folha de S.Paulo** de sexta-feira, dia 1º de junho, relata em detalhes, e responsabiliza diretamente, a política equivocada do Sr. Blairo Maggi para concessão de licenciamento ambiental.

Diz a extensa reportagem da **Folha**, assinada pelo editor de ciência, jornalista Cláudio Ângelo:

Um estudo apresentado nesta semana comprova pela primeira vez com números o que ambientalistas e o Ministério Público já vinham afirmando: o sistema de licenciamento ambiental por satélite de Mato Grosso falhou em conter o desmatamento ilegal naquele Estado a partir de 2003, primeiro ano do governo do “rei da soja”, Blairo Maggi (PPS).

O Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais de Mato Grosso, conhecido pela sigla SLAPR, era até 2003 considerado um exemplo para a Amazônia. Infelizmente, não mais funcionou a partir de 2003.

O SLAPR funcionava como uma espécie de “grão de irmão”: para receber uma licença ambiental, os fazendeiros eram obrigados a apresentar todos os anos à Fema (a recém-extinta Fundação Estadual do Meio Ambiente) uma imagem de satélite de suas propriedades, mostrando a reserva legal e a área a desmatar – até 20% de cada propriedade, dependendo, é claro, da região do Estado de Mato Grosso; em algumas localidades 50% da área podem ser desmatados.

A Fema também possuía uma base de dados com imagens de satélite de todas as fazendas cadastradas, atualizada anualmente. Se alguém desmatasse onde não podia, o crime ambiental aparecia na imagem. Os fiscais já saíam para a vistoria com as multas prontas, o que ao mesmo tempo evitava a corrupção e permitia que um número reduzido deles vistoriasse todo o Estado.

O estudo do ISA faz parte de uma pesquisa maior, encomendada pelo Ministério do Meio Ambiente, que busca justamente avaliar a eficácia do sistema. Para produzi-lo, Lima e seus colegas tiveram acesso à base de dados da Fema. Foram analisadas, senhoras e senhores, 6.116 propriedades, cadastradas no sistema entre 2001 e 2004.

A análise revelou uma explosão do desmatamento em 2003. O corte raso só em reservas legais no período representou 31% de todo o desmatamento em propriedades cadastradas no sistema. Do total de desmate em reserva legal, entre agosto de 2003 e agosto de 2004, 48% ocorreram em propriedades licenciadas em 2003.

A análise não levou em conta averbações irregulares de reserva legal, ou seja, a concessão de autorizações para desmate de 50% de propriedades em área de floresta, que contraria a lei federal e é objeto de uma ação civil pública do Governo Federal contra a Fema.

Temos aqui, Sr. Presidente, muitos outros dados, que infelizmente o tempo não nos permite apresentar neste momento, mas peço que sejam publicados na íntegra nos Anais do Senado da República.

Enquanto o Governador Blairo Maggi “bate cabeça” com sua política ambiental, fica cada vez mais evidente que o que ele realmente prioriza são os negócios de seu grupo empresarial. Deliberadamente ou não, sua maneira atrevida em desmatar, e só desmatar, ironicamente poderá ser seu sepulcro político. A demonstração cabal dessa afirmativa pode ser constatada pelos noticiários em Mato Grosso, em que o

Governador, pressionado pelo seu grupo empresarial Amaggi, ameaça até não disputar a reeleição.

Diz a matéria do editor de política Luiz Acosta, do jornal **Folha do Estado**, de Mato Grosso, que faço questão de reproduzir em parte:

O Governador Blairo Maggi está reavaliando a viabilidade de disputar ou não a reeleição ao governo do Estado. A informação foi dada por uma alta fonte do PPS, partido pelo qual Maggi se elegeu em 2002, que alegou que o chefe do Executivo estaria descontente diante das denúncias responsabilizando-o pelo desmatamento irregular da floresta amazônica e que estariam colocando alguns organismos internacionais contra suas empresas, trazendo prejuízos financeiros para o grupo.

Não vou continuar a ler a matéria do Sr. Luiz Acosta também pela exiguidade do tempo.

Felizmente, a pressão da sociedade, da comunidade internacional, dos jornais do mundo todo, e a revelação bombástica com dados científicos de prejuízo ao meio ambiente, pelo jornal **Folha de S.Paulo**, fez com que o Sr. Blairo Maggi tomasse atitude, e na quarta-feira, dia 13 de julho, juntamente com a Ministra do Meio Ambiente, companheira Marina Silva, foi firmado convênio para que os órgãos ambientais da União e do Estado atuem de forma conjunta para combater o desmatamento ilegal.

O Governo está criando freios contra o desmatamento ilegal na floresta. Entre as medidas anunciadas, estão uma cooperação mais estreita entre o MMA, Ibama e Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, a definição de uma força-tarefa para criar novos parques e reservas e o reforço na fiscalização em áreas onde avança o desmatamento ilegal naquele estado.

A Ministra Marina Silva também informou que o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Sema/MT estão recadastrando serrarias em todo o Estado. O reforço de pessoal para o combate ao desmatamento no nosso Estado está sendo feito com o deslocamento de servidores de outros Estados, com a realização de concursos públicos e investimentos de R\$50 milhões.

Resultados da reunião entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Mato Grosso, realizada em 13 de julho de 2005:

1. Celebração de Termo de Cooperação Técnica com vistas a integrar as atividades Sema e Ibama para a gestão compartilhada no Estado do Mato Grosso;
2. Instituição de força-tarefa para criação de unidades de conservação no Estado do Mato Grosso, considerando o mapa de prioridades para a con-

servação da biodiversidade (Decreto nº 5.092, de 21/05/04);

3. Realização de ações integradas Ibama, Sema e Polícia Ambiental do Estado do Mato Grosso em áreas críticas;
4. Celebração de Convênio MMA/Sema/MPE para aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural no Estado;
5. Integração da Sema e Ministério Público Estadual ao Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), que passará a receber diretamente do Inpe os informes sobre indícios da ocorrência de desmatamentos no Estado;
6. Criação de grupo de trabalho para implantação de sistemas de rastreabilidade da produção agropecuária do Estado.

Particularmente, estou torcendo para que essas medidas possam, pelo menos, estabelecer um ciclo sustentável de manejo de nossas florestas. Os prejuízos ao meio ambiente em meu Estado, no entanto, são irreparáveis e em alguns casos, irreversíveis, tudo pela sanha ambiciosa de alguns e pela conivência do Governador Blairo Maggi.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tenho ainda mais três minutos, Sr. Presidente.

Só para ficar num exemplo, Sr. Presidente, recebi levantamento da região, por exemplo, do nosso Município de Nova Ubiratã, Mato Grosso, que, informalmente, relata desperdício de matéria-prima em função do que consideram falta de bom senso por parte dos órgãos que são responsáveis pela fiscalização, mas que deveriam trabalhar para melhor aproveitar a matéria-prima que sabemos ser finita.

Estive, há poucos dias, Sr. Presidente, nos Municípios de Sinop, de Vera, de Sorriso, de Feliz Natal, de Nova Ubiratã.

O levantamento que recebi de Nova Ubiratã informa da situação crítica por que passa o setor madeireiro de região, particularmente em Nova Ubiratã, que é considerada fronteira agrícola. Conforme o jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 19 de junho de 2005, esse foi o Município que mais devastou na Amazônia, porém, conforme já me informaram, devido ao desencontro de ações entre o Ibama e a Fema, as madeiras das áreas derrubadas com autorização da Fema, para agricultura, não podem ser aproveitadas pelas madeiras por não terem sua origem reconhecida pelo Ibama, que não emite documento de origem para sua exploração.

Aqui eu tenho dados. Eu pediria mais alguns minutos para ler uma página, Sr. Presidente.

Área derrubada em Nova Ubiratã com madeira em condições de ser explorada: 48 mil hectares.

“Se considerarmos uma média mínima de dez metros cúbicos por hectare, teremos 480 mil metros cúbicos de madeira a ser aproveitadas.

Se considerarmos que uma madeireira de médio porte industrializa seis mil metros cúbicos por ano, teremos matéria-prima para trabalhar por oitenta anos.”

É o que as pessoas nos informaram em Nova Ubiratã.

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Dois minutos, Sr. Presidente. Obrigada.

Considerando que temos, em Nova Ubiratã, em torno de quarenta empresas de pequeno porte, existe hoje matéria-prima, que será desperdiçada, para abastecer dois anos de trabalho para milhares e milhares de trabalhadores. É matéria-prima que está derrubada, caída. É a chamada madeira caída.

Considerando que uma empresa dessas gera, entre diretos e indiretos, em torno de 45 empregos, teríamos garantido, em dois anos, 1.800 empregos no Município de Nova Ubiratã.

Eu não tenho tempo para terminar esta leitura, mas quero dizer que existem madeiras sem autorização para derrubada na origem, a chamada madeira deitada, que, infelizmente, está deitada, ou seja, derrubada. Mas a partir do momento em que está derrubada, é também condenável incendiar, queimar milhares e milhares de metros cúbicos de madeira, quando isso, de alguma forma organizada, pode ser aproveitado. Nossa preocupação é que o desmatamento de forma irregular pare por aí, que ele só aconteça de forma regular, o que pode ser aproveitado para evitar que passem fome milhares e milhares de trabalhadores nos rincões mais longínquos de Mato Grosso, os trabalhadores braçais das madeiras.

Estou levando este problema não só para o grupo de trabalho em Mato Grosso, como também para a Ministra Marina Silva e para o Presidente do Ibama. Não sou favorável ao desmatamento, não sou favorável tampouco a que se continue poluindo o ar com as grandes queimadas que vão acontecendo a partir da grande quantidade de madeira que há, leirada, para ser queimada em nosso Estado de Mato Grosso. É uma situação difícil, que precisa ter sua solução.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

Sistema do Mato Grosso aumentou desmatamento ilegal

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores

As evidências sobre o desmatamento em Mato Grosso apontam claramente para a forma leniente com que o governador Blairo Maggi tratou, até agora, sua política de meio ambiente. Tudo aquilo que falavam os ambientalistas e o Ministério Público se confirmou. A matéria do Jornal Folha de São Paulo desta sexta-feira, dia 1º de junho, relata em detalhes, e responsabiliza diretamente, a política equivocada do Senhor Blairo Maggi para concessão de licenciamento ambiental.

Diz a extensa reportagem da Folha, assinada pelo editor de ciência – Jornalista Cláudio Ângelo:

“Um estudo apresentado nesta semana comprova pela primeira vez com números o que ambientalistas e o Ministério Público já vinham afirmando: o sistema de licenciamento ambiental por satélite de Mato Grosso falhou em conter o desmatamento ilegal naquele Estado a partir de 2003, primeiro ano do governo do "rei da soja", Blairo Maggi (PPS).”

Pior do que isso: a derrubada de florestas em propriedades rurais cadastradas no sistema no período 2003-2004 foi 50% maior do que nas fazendas que não estavam licenciadas. O desmatamento em reservas legais de propriedades (que, em tese, são áreas de proteção) foi o triplo do observado em unidades de conservação.

Ambos os números sinalizam que o monitoramento não só não inibiu os produtores rurais como pareceu estimulá-los a desmatar.

"Quem entrou no sistema não acredita que vá ser punido. Ele não se sente inibido", disse à Folha André Lima, do ISA (Instituto Socioambiental), que coordenou o estudo, juntamente com Alícia Rolla. A pesquisa, apresentada na última segunda-feira num seminário sobre desmatamento no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), está disponível a partir de hoje no site da ONG (www.socioambiental.org).

O sistema de licenciamento de propriedades rurais de MT, conhecido pela sigla SLAPR, era até 2003 considerado um exemplo para a Amazônia. Montado com recursos internacionais, ele ajudou a reduzir o desmatamento no Estado em 36% em 2001 e 2002. Em 2003, o índice explodiu de 0,7 milhão de hectares para 1,8 milhão, sem que houvesse uma mudança no sistema que justificasse. No período 2003-2004, segundo dados do Inpe, Mato Grosso respondeu por 48% do desflorestamento na Amazônia Legal.

Big Brother

O SLAPR funcionava como uma espécie de "grande irmão": para receber uma licença ambiental, os fazendeiros eram obrigados a apresentar todos os anos à Fema (a recém-extinta Fundação Estadual do Meio Ambiente) uma imagem de satélite de suas propriedades, mostrando a reserva legal e a área a desmatar --até 20% de cada propriedade, no caso das regiões de floresta.

A Fema também possuía uma base de dados com imagens de satélite de todas as fazendas cadastradas, atualizada anualmente. Se alguém desmatasse onde não podia, o crime ambiental aparecia na imagem. Os fiscais já saíam para a vistoria com as multas prontas, o que ao mesmo tempo evitava a corrupção e permitia que um número reduzido deles vistoriasse todo o Estado.

O estudo do ISA faz parte de uma pesquisa maior, encomendada pelo Ministério do Meio Ambiente, que busca justamente avaliar a eficácia do sistema. Para produzi-lo, Lima e seus colegas tiveram acesso à base de dados da Fema. Foram analisadas 6.116 propriedades, cadastradas no sistema entre 2001 e 2004.

A análise revelou uma explosão do desmatamento em 2003. O corte raso só em reservas legais no período representou 31% de todo o desmatamento em propriedades cadastradas no sistema. Do total de desmate em reserva legal entre agosto de 2003 e agosto de 2004, 48% ocorreu em propriedades licenciadas em 2003.

A análise não levou em conta averbações irregulares de reserva legal, ou seja, a concessão de autorizações para desmate de 50% de propriedades em área de floresta, que contraria a lei federal e é objeto de uma Ação Civil Pública do governo federal contra a Fema. Outra conclusão do estudo é que os ativos florestais --ou seja, as áreas passíveis de desmate mas que são mantidas como floresta-- estão sumindo em ritmo acelerado: 23% deles viraram cinzas só entre 2003 e 2004. Já o passivo, ou seja, o que foi desmatado acima de 20% das propriedades, cresceu 16,7% em 2003 --equivalente ao o crescimento somado dos três anos prévios.

Se a tendência permanecer, diz Lima, a compensação florestal, mecanismo pelo qual um fazendeiro com passivo compensa seu desmate em excesso pagando seus vizinhos para manter as florestas em pé, estará comprometida em menos de cinco anos. "É recomendável que o Estado adote medidas urgentes para viabilizar a compensação de reservas legais entre propriedades rurais, antes que todo o ativo florestal desapareça", conclui o estudo.

Enquanto o Governador Blairo Maggi “bate cabeça” com sua política ambiental, fica cada vez mais evidente que o que ele realmente prioriza são os negócios de seu grupo empresarial. Deliberadamente ou não, sua maneira atrevida em desmatar e só desmatar, ironicamente poderá ser seu sepulcro político. A demonstração cabal desta afirmativa pode ser constatada pelos noticiários em Mato Grosso em que o governador, pressionado pelo seu grupo empresarial Amaggi, ameaça não disputar a reeleição: diz a matéria do editor de política Luiz Acosta do jornal a Folha do estado/MT, que faço questão de reproduzir integralmente:

“O governador Blairo Maggi está reavaliando a viabilidade de disputar ou não a reeleição ao governo do Estado. A informação foi dada por uma alta fonte do PPS, partido pelo qual Maggi se elegeu em 2002, que alegou que o chefe do Executivo estaria descontente diante das denúncias responsabilizando-o pelo desmatamento irregular da floresta amazônica e que estariam colocando alguns organismos internacionais contra suas empresas, trazendo prejuízos financeiros para o grupo

O Grupo Amaggi, segundo a fonte, estaria recebendo ameaças de boicote de empresas internacionais desde que começaram as denúncias de desmatamento ilegal da floresta, agravadas pelo envolvimento direto do ex-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Moacir Pires, indicação pessoal do governador, com o esquema fraudulento de emissão de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) e de venda ilegal de madeira.

Recentemente, a empresa também teve negado um pedido de empréstimo da ordem de US\$ 30 milhões, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que alegou erros de encaminhamento do processo.

“São fatos que nunca aconteceram. O grupo empresarial de Blairo Maggi sempre teve as portas abertas no mundo. Agora, bastou ele entrar na vida pública para as coisas começarem a dar errado e isso tem deixado o governador profundamente decepcionado com a política. Esses fatos estão fazendo com que ele reflita muito sobre a conveniência de disputar a reeleição. É lamentável, será muito ruim para Mato Grosso, sob todos os aspectos, se ele decidir sair prematuramente da política”, afirma a fonte.

Felizmente, a pressão da sociedade, da comunidade internacional, dos jornais do mundo todo, e a revelação bombástica com dados científicos de prejuízo ao meio ambiente, pelo Jornal Folha de São Paulo, fez com que o senhor Blairo Maggi tomasse atitude, e na quarta-feira dia 13 de julho, juntamente com a Ministra do Meio Ambiente, companheira - Marina Silva, foi firmado convênio para que os órgãos ambientais da União e do Estado atuem de forma conjunta para combater o desmatamento ilegal.

"O governo está criando freios contra o desmatamento ilegal na floresta. Entre as medidas anunciadas, estão uma cooperação mais estreita entre MMA, Ibama e Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, a definição de uma força tarefa para criar novos parques e reservas e o reforço na fiscalização em áreas onde avança o desmatamento ilegal naquele estado".

Além disso, será firmado o primeiro convênio envolvendo Ministério Público e Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para uso de dados do sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real) por Mato Grosso, e será desenvolvido um sistema para certificação das propriedades rurais, as ações do governo serão desenvolvidas ao longo de um ano, até que os sistemas de gestão ambiental, de licenciamento e de fiscalização estejam estruturados. "Novas licenças para desmatamento só serão concedidas com o trabalho integrado de órgãos federais e estaduais, Ministério Público e sociedade, garantindo que a derrubada da floresta só ocorra de forma legal", garantiu a Ministra do MMA.

A ministra Marina Silva também informou que MMA, Ibama e Sema/MT estão recadastrando serrarias em todo o estado. O reforço de pessoal para o combate ao desmatamento naquele estado está sendo feito com o deslocamento de servidores de outros estados, com a realização de concursos públicos e investimentos de R\$ 50 milhões.

Resultados da Reunião entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado do Mato Grosso, realizada em 13 de julho de 2005

- 1.Celebração de Termo de Cooperação Técnica com vistas a integrar as atividades SEMA e IBAMA para a gestão compartilhada no Estado do MT.
- 2.Instituição de força tarefa para criação de unidades de conservação no estado do MT, considerando o mapa de prioridades para a conservação da biodiversidade, decreto 5.092 de 21/05/04.
- 3.Realização de ações integradas IBAMA, SEMA e Polícia Ambiental do Estado do MT em áreas críticas.
- 4.Celebração de Convênio MMA/SEMA/MPE para aperfeiçoamento e ampliação do Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural no Estado
- 5.Integração da SEMA e MPE ao Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real – DETER, que passará a receber diretamente do INPE os informes sobre indícios da ocorrência de desmatamentos no Estado.
- 6.Criação de GT para implantação de sistemas de rastreabilidade da produção agropecuária do Estado.

Particularmente estou torcendo para que estas medidas possam, pelo menos, estabelecer um ciclo sustentável de manejo de nossas florestas. Os prejuízos ao meio ambiente em meu Estado, no entanto, são irreparáveis e em alguns casos irreversíveis, tudo pela sanha ambiciosa de alguns e a convivência do governador Blairo.

Quero dizer, finalmente, que estou extremamente preocupada com a paralisia geral do setor madeireiro em Mato Grosso, fato que pude constatar pessoalmente em viagem que fiz a semana passada a 14 municípios do norte do Estado e onde recebi inúmeros apelos no sentido de encaminhar uma solução de urgência que possa viabilizar o setor.

Só para ficar num exemplo Senhor Presidente, recebi levantamento da região de Nova Ubiratã/MT que informalmente relata desperdício de matéria prima em função do que consideram falta de bom senso por parte dos órgãos que são responsáveis pela fiscalização, mas que deveriam trabalhar para melhor aproveitar a matéria prima que sabemos ser finita:

Diz o ofício:

“Conforme acordado verbalmente, relatamos a situação crítica por que passa o setor madeireiro de nossa região. Particularmente em Nova Ubiratã, que é considerada fronteira agrícola, conforme o Jornal a Folha de São Paulo, edição de 19 de junho de 2005, fomos o município que mais devastou na Amazônia, porém conforme já informamos a Vossa Senhoria, devido ao desencontro de ações entre o IBAMA e a FEMA, a madeira das áreas derrubadas com autorização da FEMA, para agricultura, não podem ser aproveitadas pelas madeiras por não terem sua origem reconhecida pelo IBAMA, que não emite documento de origem para sua exploração.”

- Área derrubada em Nova Ubiratã com madeira em condições a serem exploradas: 48.000 Há.

Se considerarmos uma média mínima de 10 m³ por Hectare, teremos 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) m³ de madeira a ser aproveitada pela indústria madeireira.

Se Considerarmos que uma madeireira de médio porte industrializa 6.000 m³ por ano, teremos matéria prima para trabalhar por 80 (oitenta) anos.

Considerando que temos em nosso município em torno 40 (quarenta) empresas de pequeno porte, temos hoje matéria prima que será desperdiçada para abastecer estas empresas por 02 (dois) anos.

Considerando que uma empresas destas gera entre diretos e indiretos em torno de 45 empregos, teremos garantido em dois anos 1.800 empregos em nosso município, que significa hoje 25% de nossa população. (Segundo IBGE: 7.108 Habitantes).

Temos que levar em conta também a madeiras que poderá ser explorada como lenha para secadores de armazéns, que também gera emprego na exploração, lenha esta que com certeza será destruída nas leiras.

Para tanto, sugerimos como solução imediata para que o setor não paralise totalmente, sejam feitos levantamos destas áreas e seja autorizada a sua exploração, até que o setor se organize e busque novas alternativas para sobrevivência.

Sugerimos também que os municípios tenham condições de organizar e fiscalizar os reflorestamentos em suas áreas de domínio, em parceria com os órgãos Estaduais e Federais, como forma de estimular a garantia de crescimento sustentável da atividade madeireira.

Devido à criação dessa força-tarefa, encaminharei esta e outras propostas para esse comitê gestor e espero que num curto espaço de tempo, possamos dar a agilidade necessária a esse importante setor da atividade econômica de Mato Grosso.

Senadora Serys

Senadora Serys
Senadora Serys
Senadora Serys

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de dez minutos com prorrogação de dois minutos, mais a tolerância da Presidência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é compreensível o vazio deste plenário. Lá na Comissão o clima é de exaltação. Hoje é o dia do célebre depoimento do tesoureiro do PT. Armaram um esquema segundo o qual tudo o que aconteceu no PT foi o tesoureiro. Cento e tantos milhões de empréstimos dos bancos foi feito pelo tesoureiro. Ele e o empresário assumiram esses empréstimos, e a Executiva Nacional não sabe de nada.

Ontem, falou o Secretário-Geral, que tinha ouvido falar, e agora está lá o tesoureiro. O que aconteceu foram gastos de campanha. Muitos companheiros do PT tinham dívidas grandes da última eleição. E o tesoureiro, junto com o empresário, pegou uma série de empréstimos e distribuiu esse dinheiro. Para quem? Ele não fala. Quanto foi? Ele não fala. Quais são os seus bens? Ele não fala. O que o senhor possui? Ele não fala. Está ele com um advogado, que, como diz a Deputada Juíza Denise Frossard, é um dos mais caros de São Paulo. Traçaram uma tática. Não houve roubo, não houve falcatura, não houve nada. Não teve mensalão, não teve nada nos Correios, não teve nada. O que houve foi que o PT se utilizou do chamado caixa dois, dinheiro não regularizado. Nas campanhas políticas, o PT gastou e ficou devendo dinheiro não contabilizado. Para pagar, o tesoureiro e o empresário foram aos bancos e pegaram dinheiro fora do PT para pagar essas contas e não contabilizaram.

O que eles querem dizer é que o que aconteceu aqui foi muito simples, algo que geralmente acontece. Candidato a prefeito, a deputado, a senador, a governador, gasta muito mais do que se imagina na campanha. Gasta! Gasta e não registra e fica por isso mesmo. É o que o PT teria feito e é o que ele agora está apresentando, uma tática que eu diria inteligente sob o ponto de vista jurídico. Os advogados orientaram para que o PT fique firme nisto, que não houve uma vírgula de irregularidade a não ser dinheiro usado para campanha. Eles acham que, assim, caem no crime eleitoral, e o crime eleitoral já passou, porque a eleição foi há dois anos e meio, já prescreveu e nada pode acontecer. Eles acham que toda essa confusão que está havendo no Brasil terminará zero a zero. Mas que ingenuidade é essa?

O advogado deles pode ser muito competente, pode entender, pode orientar no sentido jurídico, mas, no sentido político, ele não entende nada. Ele não entende o que dizer para um Secretário-Geral que vem aqui

depor quando perguntado “quais são os seus bens? O que é que o senhor tem”? “Eu direi depois, na hora em que achar importante”. Como pode um Secretário-Geral do PT se esconder, não dizer o que tem? Onde é que estamos, meu Deus do céu?

Depois, ficamos sabendo que tem um carro último tipo, o mais moderno, e que uma das empresas que tem atuação lhe deu de presente. O Collor também ganhou de presente um carro Elba quando estava na Presidência da República. Aliás, o carro do Collor era bem mais simples do que esse que o Secretário-Geral ganhou.

O Presidente Lula disse: “Vamos investigar; não fica pedra sobre pedra. O que tem para se falar se falará, e se dirá a verdade”. E eles estão escondendo. Não está entendendo o PT que, só botando a nu a realidade, conseguirá vencer essa etapa.

O Brasil confiou no PT, foram 25 anos em que o PT semeou, plantou, teve uma obra excepcional, andou pelos bairros, pelas vilas, pelos operários, pelos trabalhadores. O povo confiou e deu uma vitória ao Lula, um homem do povo, um homem simples, que vinha das camadas mais humildes da população e chegou à Presidência da República.

Agora está aí. Agora esta aí, meu Deus do céu! Agora está aí o Partido envolvido no caos e não quer sair. O PT só tem uma saída: botar a nu o que aconteceu e botar para rua os que cometeram corrupção. O PT ou faz isso ou sucumbe junto.

Volto a repetir: o meu Partido, o PMDB tem uma história mais espetacular que a do PT, porque o MDB foi o Partido da luta democrática, que fez a democracia, que lutou contra a ditadura. Quando o PT entrou, já tínhamos a democracia. Mas nós, o PMDB, sustentamos os 20 anos da ditadura militar, defendemos, lutamos, esbravejamos e conquistamos a democracia.

O Tancredo Neves ganhou a eleição; morreu antes de assumir. Assumiu o Sr. Sarney. E o MDB ficou naquela: um pé no Governo Sarney, um na Oposição. Nós tínhamos ganho dois terços na Câmara dos Deputados, dois terços no Senado e todos os Governadores, à exceção do Sergipe. Uma eleição depois, logo depois, o Dr. Ulysses entrou com 3%. O povo não aceitou aquela tibieza do MDB, o povo não aceitou aquela falta de capacidade de ação e de tomar posição do MDB. E não tivemos nada de envolvimento com escândalo, com imoralidade. Não chegamos ao Governo. O PT chegou e elegeu o Presidente da República. O povo confiou, está olhando para ele e vê esse espetáculo que a televisão está transmitindo. Há uma revolta geral.

Chego no Rio Grande do Sul, e sobre todos os partidos estão dizendo “o que está acontecendo? Mas

o que é isso, meu Deus do céu?” Estão enlameando nós todos juntos.

Agora vêm querer dar um golpe: “Não, foi despesa de campanha”. “Olha, os partidos gastaram demais, e, como os partidos gastaram demais, tivemos que dar dinheiro para pagar as despesas”.

Quer dizer, o que se falou dos Correios não existe mais. As irregularidades, os ilícitos não existem mais. É isso o que o PT quer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, sempre tive V. Ex^a como um amigo não apenas pessoal, mas também do PT. V. Ex^a, às vezes, teve divergências no Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou fã do PT.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas poderia aqui recordar tantos episódios de que fui testemunha, inclusive diálogos que V. Ex^a teve com o Presidente Lula, hoje, juntamente com José Graziano, e no tempo do Governo Itamar Franco, quando V. Ex^a era o Líder.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No seu gabinete.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No meu gabinete.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em nome do Presidente da República, convidava o Lula para trazer o PT para participar do Governo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Exatamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a participou do diálogo com o Presidente Itamar Franco a respeito de como iria contribuir para acabar com a miséria e a fome.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O PT apresentou uma proposta, e o Presidente Itamar a aceitou e a pôs em prática.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Essa foi uma entre dezenas de ocasiões em que estivemos juntos, inclusive tivemos participação e interação intensa tanto na CPI de Paulo César Farias quanto na CPI do Orçamento, pois ambos fomos os primeiros proponentes diante das irregularidades ocorridas. A sua palavra é de recomendação positiva. Nós do PT precisamos colaborar para que a verdade venha inteiramente à tona. Esta é a minha recomendação a Silvino Pereira e a Delúbio Soares: revelem as coisas tais

como aconteceram, de acordo com a recomendação do próprio Presidente, nas suas últimas falas. Que se diga toda a verdade, não só pela metade; que não se diga a inverdade, porque tem pernas curtas. Esse foi o sentido maior da sua fala para o Fantástico, no último domingo. Vamos aqui colaborar para que a verdade venha inteiramente à tona, e esse será o caminho para que a nossa Instituição, o Congresso Nacional, e para que o PT se fortaleçam. Uma organização constituída de seres humanos, é claro, pode ter pessoas que cometam erros. Eu posso cometer erros. Mas é importante que essa organização saiba como corrigir os erros. É isso que precisamos demonstrar agora. A possibilidade de o Partido dos Trabalhadores sair dessa situação, sobreviver e ainda se fortalecer no futuro dependerá muito de como vamos corrigir os erros, reconhecê-los, responsabilizar os que porventura tiverem cometido faltas graves e, com o Congresso Nacional e conosco mesmos, ver quais as medidas para caminharmos na direção de nunca mais cometer essas impropriedades. Meus cumprimentos a V. Ex^a, que fala como um amigo. Sei que V. Ex^a respeita o PT e sabe o quanto, na sua terra, o Rio Grande do Sul, o Partido dos Trabalhadores é forte, se fortaleceu. V. Ex^a, muitas vezes aqui elogiou as iniciativas do orçamento participativo e tantas outras, das quais foi testemunha na sua terra, em Porto Alegre, em Caxias do Sul e em outros municípios gaúchos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que me fez lembrar os tempos em que V. Ex^a estava praticamente sozinho aqui nessa bancada, em que V. Ex^a era o único representante do PT. Foi uma luta difícil a sua. V. Ex^a incomodava, um Senador que, sozinho, parava este Senado, porque impunha respeito.

Gosto do PT. Meus companheiros do MDB me olhavam com um certo ressentimento, no Rio Grande do Sul, dizendo: “Mas por que você não vai para o PT?” “Eu não vou para o PT porque sou do MDB. Mas reconheço que o PT é um fator novo na sociedade brasileira. Representa uma verdadeira revolução social, sem a violência. E, com o Lula, ele tem todas as condições de fazer.” Eu acreditava. Eu acreditava!

Quando tive a honra de o Lula jantar em minha casa, eleito Presidente, antes de assumir, eu disse para ele: “Lula, o Brasil inteiro hoje é Lula: a universidade, os empresários, os intelectuais. Há uma torcida só para que o teu governo dê certo. E você não tem compromisso com ninguém, Lula. Você não tem compromisso com militar, nem com empresários; você não tem compromisso com absolutamente ninguém a não ser com

a sociedade brasileira. Escolha os mais capazes, os mais competentes, e faça um governo revolucionário que você tem condições de fazer”. E eu achava que era isso que ia acontecer.

Agora, nessa altura, eu concordo que temos que passar o Brasil a limpo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Eu concordo que nós temos que mudar profundamente esses vazios pelos quais saiu o dinheiro para as campanhas eleitorais. Eu concordo que tem que ser reformulado isso. Eu concordo. Mas ficar só nisso, não. Nós temos é que botar o dedo nas coisas que aconteceram. Nós temos é que chamar a atenção para os erros cometidos. E o PT tem que fazer a **mea culpa** dele. O PT fazendo a **mea culpa**, ele e o Lula, afastando alguns que devem ser afastados. Por isso que eu não entendo. Demitiram o coitado do Olívio Dutra, e o Presidente do Banco Central está lá, ainda. O Presidente do Banco Central está lá, processado pelo Supremo Tribunal, processado por corrupção. E está lá o Presidente do Banco Central. Mas o que é isso, meu Deus do céu!? Como é que eles vão dizer que o Governo começou a se moralizar, se um Presidente escandaloso, como esse do Banco Central, está lá no Governo? Ter coragem de mudar, fazer uma plataforma singela, falar à Nação, o PT pode dar a volta, e o Lula também. Agora, esconder para debaixo do tapete, querer encontrar uma fórmula jurídica e obrigar os jovens, os companheiros do PT, a votar numa fórmula dessas, é suicídio coletivo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a história se repete. V. Ex^a me lembra o Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mão Santa, um instante. Senador Pedro Simon, V. Ex^a já tem 4 minutos de prorrogação. Peço ao Senador Mão Santa que seja breve no aparte.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estamos há tão pouco tempo aqui, Senadora!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Dez segundos para elogiar a Senadora Serys Slhessarenko, que fica muito bem na Presidência. Mas a história se repete, Senador Pedro Simon. Havia em Roma um Senador, Cícero, brilhante como V. Ex^a. Dizem que foi o maior orador do mundo, porque V. Ex^a não tinha nascido. Mas, diante da corrupção que derrubava o Império Romano, César disse: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Lamento, Senador Pedro Simon, pois não se trata de apenas um Catilina; são muitos Catilinas abusando da nossa paciência.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Pedro Simon. Serei breve. Estou indo para a CPI, e não poderia deixar de fazer o aparte, de parabenizar V. Ex^a e de concordar com o que diz em relação à necessidade de o PT fazer o que tem que ser feito, de fazer a mudança que precisa ser feita no Partido. É por isso que apóio o Sr. Raul Pont para Presidente do PT e o fato de o Presidente Lula – já dissemos isso várias vezes – demitir não apenas para colocar pessoas de outros Partidos. Considero legítimo que Sua Excelência coloque pessoas de outros Partidos, mas que demita quem está sob suspeita e quem está sendo processado, como, por exemplo, o Dr. Henrique Meirelles, pois este já deveria ter saído há muito tempo, ou talvez nunca devesse ter entrado neste Governo. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a. Eu acho, Sr^a Presidente, que é uma hora em que todos devemos colaborar. Temos que dar força nesse sentido. Aquelas CPIs que estão aí não devem ser feitas no sentido de tentar derrotar o PT, e muito menos tentar se fazer no sentido de atingir o Lula. Sou daqueles que defende que a pessoa do Lula é uma pessoa muito importante. E que, para nós, é muito importante que o Lula chegue até o final de seu Governo. Mas o Lula tem que dar exemplo para isso. O Lula tem que dar sinal para isso. E, nessa altura, não estou aqui para dizer “sabia ou não sabia. Se sabia, era isso; se não sabia, era aquilo”. Estou para dizer que agora aconteceu, e todo o Brasil sabe. E se agora aconteceu, e todo o Brasil sabe, o Lula tem que tomar providência. E a sua Bancada aqui no Congresso tem que ser a primeira a dar o exemplo.

Quando, há um ano e oito meses, Sr^a Presidente, pedimos a criação da CPI dos Bingos, que era o caso do Waldomiro, não tinha nada. Àquela altura, o Lula era Deus, o PT era Deus, o Governo era uma maravilha, não tinha nada. Foi o primeiro fato que aconteceu. Se tivessem criado aquela CPI, nós não chegaríamos onde chegamos hoje, mas uns achavam que eram mais amigos do Presidente do que todo mundo, e boicotaram, não deixaram criar a CPI.

O Sr. Mercadante e os Líderes do PMDB e do PTB não indicaram os nomes. E o Presidente do Senado, que tinha a obrigação de indicar, não indicou. Engavetaram. O Supremo teve que mandar indicar. Se

tivesse sido constituída lá, um ano e oito meses atrás, não estaríamos na situação em que estamos hoje. Estou dizendo isso para dizer apenas o seguinte: ser amigo não é esconder, não é botar o rosto no travesseiro para não enxergar. Ser amigo é ter coragem de dizer: isso é errado e isso deve ser modificado.

Acho que isso deve ser feito, Sr^a Presidente. Torço e rezo para que possamos ver o Presidente Lula e o PT reconduzidos à posição para a qual o País os escolheu.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Silhessarenko, suplente de Secretário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr^a Presidente, gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB, após a Ordem do Dia.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a já está inscrito, em primeiro lugar, logo após.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

É francamente para um estudo de caso da política universal a transformação sofrida por Luiz Inácio Lula da Silva a partir do instante em que assumiu a Presidência da República.

Já se falou um montão sobre o abandono das bandeiras históricas dele e de seu partido, em especial em matéria de política econômica.

Deu-se nesse caso o seguinte fenômeno: Lula tinha meia dúzia ou pouco mais de afirmações sobre outro tanto de temas nacionais. Ao chegar ao poder, achou que todas não passavam de “bravatas” e mandou-as para o lixo da história.

Como nem ele nem seus imediatos tinham uma única idéia diferente das velhas “bravatas” para pôr no lugar, passou a seguir o manual básico da ortodoxia.

Na área social, aumentou, de fato, ao menos segundo a propaganda oficial, o número de beneficiados pelos programas de transferência de renda, o elegante nome que se dá ao “sopão para os pobres”. Mas a inclusão, que era uma das “bravatas” de sempre, nadica de nada.

A esse cenário, já desolador, pelo que caracteriza de estelionato eleitoral, soma-se agora o abandono também do partido. Na entrevista que o “Fantástico” divulgou no domingo, Lula parece envergonhado do PT, a ponto de dizer, muito rapidamente...

Disse o Presidente Lula: “Já faz tempo que deixei de ser presidente do PT. Depois que virei presidente, não pude mais participar da direção do PT, não pude mais participar da reunião do diretório”. Como se Lula não tivesse sido também seu fundador, presidente de honra, referência principal e único candidato presidencial que o partido teve em toda a sua história. Não é esse mesmo Luiz Inácio Lula da Silva que exibiu orgulhoso a estrelinha do PT na lapela durante a visita a George Bush pouco antes da posse. Todo o Brasil lembra que, quando visitou George Bush, antes de tomar posse, Lula, ao invés de levar a Bandeira brasileira, levou a estrela do PT.

Pois bem, não foi na residência oficial do mesmo Luiz Inácio Lula da Silva que se desenhou uma estrela vermelha no gramado, para horror dos puristas zelosos do patrimônio histórico nacional? Quem não se lembra da estrelinha vermelha que estava lá no gramado da casa do Presidente Lula? A casa oficial. Agora, o horror é de Lula em relação à estrela vermelha. É tarde! Não há erro nem pena do PT que não respingue, pelo menos, em Lula.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o jornalista Clóvis Rossi por essa brilhante peça que escreve na **Folha de S.Paulo**, mas também quero lembrar que, quando vai à televisão, às emissoras de rádio, na hora dos improvisos nas inaugurações, que são poucas, o Presidente Lula diz que não tem nada a ver com o PT. Diz que os bons ficaram no Governo. Acho que tem muito petista que não se sente bem com essas palavras do Governo, principalmente aqueles que estavam à frente do falido PT. Mas saem alguns do PT e o Presidente diz que não tem ligação com o PT, que não se lembra mais onde fica o PT, que depois que assumiu não participou de mais nada do PT. É bom que se lembre.

E aqui está, Sr. Presidente: Executiva do PT mantém Delúbio no Partido. Esse que está hoje mentindo à Nação, esse que está ali numa CPI envergonhando o PT, o seu Partido, e a Executiva que foi expulsa porque estava desviando os recursos públicos que chegavam por meio do empresário Marcos Valério, “carequinha”, e que era pago, e esse dinheiro chegava para bancar campanhas e caixa dois.

Sr. Presidente, e o que fez o Presidente Lula? Saiu Genoino, entrou Tarso Genro. E quem é Tarso Genro? Ainda é, hoje, o Ministro da Educação. Saiu do Governo direto para o PT – é claro, contrariando o seu maior Líder, o pai do PT, o fundador do PT, o Presidente Lula. Um Ministro do Presidente Lula é o Presidente do PT, e o Presidente da República diz que não tem nada a ver com o PT.

Ora, nessa mesma foto está o Sr. Ricardo Berzoini. Este jornal é de hoje, está aqui, **Folha de S.Paulo**. E quem é Ricardo Berzoini? Não é só aquele ex-Ministro do Governo Lula que não gosta dos velhinhos, é aquele que forçou – talvez com recursos do mensalão – muitos Parlamentares a votar contra os aposentados, taxando-os em 11%; é aquele que colocou os velhinhos nas filas dos bancos. E esse cidadão, semana passada, saiu do Ministério do Presidente Lula para ser um dos diretores da Executiva do PT.

Ora, está aqui Tarso Genro, está aqui, Senador Mão Santa, Berzoini, e ainda há o Humberto Costa, que era o Ministro da Saúde até semana passada e saiu do Ministério diretamente para a Executiva do PT.

Ora, Srs. Senadores e Senadoras, o Presidente Lula não tem nada a ver com o PT. E o Presidente Lula não quer mais saber da estrelinha vermelha. Não há como separar, dividir, mudar a história da noite para o dia. O Presidente Lula sabia o que estava acontecendo dentro do PT. O Presidente Lula sempre soube o que aconteceu desde a sua fundação até agora. E não adianta tentar enganar a opinião pública e o povo brasileiro, um povo que se encontra, hoje, sem esperança e envergonhado do voto que deu ao Partido dos Trabalhadores. É um povo que, com certeza, espera muito deste Congresso Nacional que não vive os seus melhores dias.

Nós sabemos, a sociedade sabe, pois já comprovou, e as pesquisas estão mostrando que a credibilidade da classe política não anda nada bem e a credibilidade em relação ao Presidente está em queda livre.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a oportunidade única que nós, os representantes do povo brasileiro...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – ... temos uma oportunidade única de recuperar a imagem, o valor, o tamanho deste Congresso Nacional. Temos que fazer a boa investigação. Temos que contar não só com o apoio do povo brasileiro, não só com o apoio da imprensa nacional, mas também com o da Justiça brasileira, porque, Senador Antonio Carlos Magalhães, o que estamos vendo de ontem para cá na CPI dos Correios são dois ex-diretores do PT mentindo, e mentindo sem a menor vergonha na cara, escondendo aquilo que não podem dizer.

Será que o Sr. Delúbio sabia disso tudo? Será? Será que o PT e o Presidente Lula – que entrou nessa conexão, pois na hora da entrevista de domingo passado, tentou fazer o mesmo discurso de Delúbio e o mesmo discurso de Marcos Valério? Pareciam combinados, era a mesma coisa. Pensam que o povo brasileiro não raciocina mais, não entende qual é a

verdade? Será que eles pensam que o povo brasileiro está acreditando nisso? Não. Confesso que o povo brasileiro sabe o que quer. A crise está solta e fará muitas vítimas, mas há o que não pode ser vitimado: a democracia, as instituições e o povo brasileiro. Convoco o Congresso Nacional.

E peço também aos companheiros do PT que já jogaram na lata de lixo a ética; aos companheiros do PT que diziam que não se chegaria ao PT, que era coisa do PL, PP e do PTB – mas chegou-se, e a prova é a relação do banco –, que agora busquemos a verdade para tentar salvar a democracia, as instituições e o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda bem que não votamos a LDO. De qualquer sorte, nesta Casa, embora vazia por causa da CPI dos Correios, nós temos a tribuna livre para dizer as verdades que o povo brasileiro quer ouvir.

Hoje, mais um mentiroso: o Sr. Delúbio Soares, o mais cínico dos depoentes nesta Casa. Pensei que fosse o Silvinho, de ontem, mas não. O Silvinho, de ontem, ficou desmoralizado quando viu que o empresário, por sinal baiano, deu-lhe de presente um Land Rover e, mais ainda, deu-lhe a oportunidade de viajar em aviões a jato.

Um dos insensatos – e são muitos – do PT, principalmente da minha terra, foi fiscado dando como documento para receber dinheiro no Banco Rural a carteira de Parlamentar. É inacreditável, mas é verdade. Não tenho nenhum prazer em ver o Sr. Josias Gomes fora do Parlamento. Não é esse o meu estilo. Não gosto nem mesmo de me vingar dos que foram injustos comigo, mas tenho o direito de dizer que este Governo caminha a passos largos para piorar a sua situação, levando consigo, infelizmente, o PMDB.

E aqui está chegando o nosso Presidente Renan Calheiros.

Mas a ânsia dos seus maiores Líderes em dar a tal governabilidade, que ninguém nega, ao Presidente Lula, nos leva também a dizer que não podemos concordar com esses que – como agora o eminente Pedro Simon, a quem esta Casa tanto deve – dizem

que Lula está fora desses processos. S. Ex^a sabe que não está. Defender aqui o Lula é impossível. Porque tudo, tudo, tudo, no PT – hoje a Senadora disse isto com muita propriedade – é feito sob a égide do Presidente da República.

Senador Luiz Otávio, Presidente desta sessão, nada mais grave do que eu vi ontem: o PT está se regozijando com uma pesquisa que é totalmente contra o Partido. É só fazer a análise: 42% dos brasileiros querem o *impeachment* do Presidente Lula; 48% – eu me incluo entre estes – não desejam o *impeachment*. Eu posso não desejar o *impeachment*, mas não posso negar que o Presidente é o principal responsável por tudo isso. Esta situação é muito triste para o País.

O Presidente Lula tem que explicar ou mandar explicar por um dos seus Ministros, ou pela Dr^a Dilma Rousseff, o caso da Gamecorp. Talvez ninguém saiba o que é a Gamecorp. A Gamecorp é a empresa do filho do Presidente Lula que recebeu da Telemar R\$5 milhões. O próprio filho do Presidente recebeu da Telemar R\$5 milhões para a Gamecorp. Será que ele não vê que a vida do seu filho mudou, talvez mais do que a dele, Presidente da República, e que nunca teve patrimônio para fazer mudar a vida da sua família? Sua Excelência tem que explicar por que a Telemar está fazendo assim, dando R\$5 milhões para a firma do filho dele. Isso passa batido, sem que o Presidente dê qualquer explicação. Nem ele, nem ninguém do seu Governo, inclusive o seu Líder nesta Casa.

O Presidente Lula tem que dizer como funcionam esses fundos – e esses fundos funcionam, Sr. Presidente, da maneira mas desonesta possível. Não é de agora, vem de longe. Mas agora piorou muito, está como rosa que só tem espinhos, porque tudo que se pratica fere realmente a sociedade e fere os fundos no País.

E ainda vejo o que o Lula declarou. Tenho em mãos a seguinte manchete: “Lula diz que é melhor falar bobagem do que fazer bobagem”. Ele faz as duas coisas: fala bobagem e faz bobagem no governo.

O linguajar do Presidente é terrível! Até mesmo quando ele combina com os seus parceiros Marcos Valério e Delúbio, o linguajar fica muito ruim.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, já concluo, mas, por favor, deixe-me terminar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a pode ficar inteiramente à vontade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há poucas pessoas nesta sessão e eu não quero deixar de falar sobre este assunto.

Quantas vezes o Senador Aloizio Mercadante vem a esta tribuna para dizer que as coisas melhoram em todos os sentidos? Mas aqui está, é de hoje: “Dieese aponta em maio queda na renda dos assalariados”.

Quem são os assalariados? São aqueles mais necessitados. Quem são os assalariados? São os colegas de Lula no tempo em que ele era pobre e a sua família também.

Ora, Sr. Presidente, abra-se a Petrobras, para ver o que lá acontece! Abram-se os fundos, para ver o que está acontecendo. E temos de fazer isso, Sr. Presidente! Claro que não vamos tumultuar a CPMI dos Correios. Aliás, se encerrassem hoje a CPMI dos Correios, já estariam provados o roubo e o mensalão, e nem todos estariam aqui acanhados, porque estaria à visibilidade total, até de muitos que não admitíamos que fosse possível, como o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo. Até ele está realmente metido!

E, como disse no início, um deputado da Bahia, presidente do partido na Bahia, deu, como comprovante para receber R\$100 ou R\$200 mil reais da conta Marcos Valério, a carteira de parlamentar. É incrível! É incrível! Outro recebeu um automóvel, como ficou provado ontem, pago em dinheiro, R\$73.000,00 (setenta e três mil reais). Não é assim um Celta, que custa R\$20.000,00 (vinte mil reais), foi um *Land Rover*! E só mesmo um petista de vulto como Silvio Pereira poderia receber um *Land Rover* e nele andar!

Enquanto isso, os salários caem, o povo sofre e não se apura. Em qualquer setor da administração pública, com raras exceções, vão se encontrar as falcatruas deste Governo.

Nós temos deveres, Sr. Presidente; nós, até agosto, vamos ter sessões do tipo desta, em que apenas aqueles que têm um dever maior do que os outros vêm à tribuna para dizer: não adiantam ameaças comigo.

Tudo o que na vida tinha que sofrer já sofri. Depois que sofri a perda do meu filho, tudo o que me fizeram é pouco e não me atinge, e eu continuarei com a voz cada vez mais forte...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite participar?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...para denunciar os malversadores do dinheiro público.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a simboliza a grandeza da Bahia. Foi lá que tudo começou, lá em Porto Seguro. Nós comemoramos os 500 anos do Brasil lá. Mas eu quero dizer a V. Ex^a que desde Porto Seguro até os dias de hoje, de Brasília, a história não relatou tamanha corrupção, tamanha vergonha, tamanha indignidade. Quis

Deus eu estar aqui com o livro de Ulysses, que retrata muito bem o que o nosso Presidente Sarney chama de liturgia do cargo. “Eu já disse ao Café que nenhum presidente da República sobrevive no Brasil se não impõe respeito.” Então, o desrespeito está aí campeando. O mal, como diz Antônio Vieira, o padre, nunca vem só. Vem a corrupção em seguida. E aí está.

Deus escreve certo por linhas tortas: mandou seu filho para o céu, está lá lhe dando força, e V.Ex^a está continuando a grandeza da Bahia de Rui Barbosa, que advertiu: “Vai chegar o dia em que vamos ver a corrupção tornar-se maior do que o mar; vamos rir da honra e ter vergonha de sermos honestos” E esse dia chegou. É o Governo do PT de Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito grato ao aparte de V.Ex^a, que tem a força da verdade; e nada mais forte do que a verdade e nada pior do que a mentira. O Governo atual é um governo da mentira. E isso está se vendo todos os dias nos depoimentos na CPMI.

Portanto, o que eu quero dizer, neste instante, é que nós, no Senado, Sr. Presidente, temos a sorte de ter um homem independente, corajoso e de tradição. Eu fico muito feliz com isso, de ter V. Ex^a na Presidência do Senado, porque é uma garantia que não há interesse seu, nem partidário, nem político. V. Ex^a é político e age, muitas vezes, politicamente. Mas nada que vá ferir a dignidade do Congresso Nacional acontecerá com V. Ex^a na Presidência. Isso já é um consolo para os brasileiros que, não tendo um governo com a dignidade que o povo merece, vai ter um Senado da República que vai dignificar esta Nação e a cada dia crescer aos olhos do povo, que vai confiar em nós em tudo que aqui fizermos. Ninguém deseja o *impeachment* do Presidente Lula. Mas nós não queremos que este Presidente continue no rumo que está e que aqui ainda venham pessoas, mesmo dignas, dizerem que o Presidente não tem nada com isso. É o Presidente o principal culpado. Os outros um dia falarão, principalmente esses que ele hoje está acusando e que ontem eram aqueles que lhe davam tudo, tudo, tudo, inclusive a própria eleição para Presidente da República.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Renan, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, sei da sua juventude, da sua luta, V. Ex^a é nordestino e, antes de tudo, um bravo. Eu queria apenas adverti-lo do momento que V. Ex^a passa. V. Ex^a é um protegido, um iluminado de Deus. Na História do Brasil, em pouco tempo, uma pessoa teve uma ascensão, navegou... Navegar é preciso, viver não é preciso, criar é preciso. V. Ex^a tem sido iluminado. Nós sabemos, a História e o Brasil sabem. Mas queria adverti-lo do seguinte: a história se repete. V. Ex^a se lembra de Getúlio Vargas, Café Filho, que citei, faltou ao respeito, e o País estava assim e, de repente, a Câmara não segurou. Foram buscar Nereu Ramos, que tranqüilizou, entregou a Presidência a Juscelino Kubitschek. Talvez Deus tenha escolhido V. Ex^a, assim como escolheu Davi e Moisés, para guiar o Brasil neste momento difícil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Sr^{as} e Srs. Senadores, já vi muita coisa na vida para me surpreender com os fatos contemporâneos, mas algo me chamou profundamente a atenção, mesmo não me causando qualquer surpresa. Por defender o programa do PT, por defender os direitos dos trabalhadores, a Senadora He-loísa Helena, o Deputado Babá, a Deputada Luciana, o Deputado Fontes, foram expulsos do PT. E ontem a Executiva do Partido dos Trabalhadores, reunida mais uma vez, que é só o que ela faz ultimamente, por 11 votos a 7, rejeitou uma mera suspensão daquele que se habituou a roubar, daquele que inaugurou formas modernas de dilapidar o patrimônio público, utilizando o dinheiro do povo brasileiro para custear patifaria neste País. Ontem, a Executiva do PT rejeitou a suspensão do seu ex-tesoureiro, Delúbio Soares.

Então, a lição que se tira é a seguinte: o Parlamentar do PT que defenda seu programa, que defenda o direito dos trabalhadores brasileiros merece a execução. Mas todo aquele que rouba, que malversa, que promove “mensalão”, que atravessa, é premiado com o reconhecimento desse Partido como sendo digno de nele pertencer, como qualquer de seus membros. E olhe que eu conheço pessoas no PT da maior dignidade. Por eles, sinto-me envergonhado de ter na companhia daquele Partido pessoas como Delúbio Soares, Silvío Pereira. Deus me livre! Por militantes, por Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que são genuinamente a maioria, por eles eu sinto vergonha.

Sr. Presidente, no final de semana, no meu Estado, fui procurado por representantes do Movimento dos Excedentes do Concurso da Polícia Federal, que está em curso ou sendo encerrado este ano, que postulam algo que acredito ser legítimo. A Polícia Federal promoveu um concurso para seus quadros, no qual se inscreveram 218 mil candidatos; 6.651 candidatos foram aprovados, mas apenas 3.684 serão aproveitados de imediato.

Temos ouvido das autoridades judiciárias federais, inclusive do Presidente do STJ, a afirmação de que, sendo a Polícia Federal a polícia judiciária da Justiça Federal, há muito se faz necessário o aumento do seu quadro, que ele chega a estimar em pelo menos vinte mil integrantes, para que ela possa cumprir com sua finalidade institucional.

Portanto, o ofício a mim dirigido veio com uma sugestão e uma proposta de apoio a esse movimento dos excedentes do concurso da Polícia Federal, que eu prazerosamente assinei, por achar que é uma postulação, uma pretensão absolutamente legítima.

A Polícia Federal de que eu falo é a polícia federal que realiza e cumpre sua finalidade constitucional sem pirotecnia, sem espalhafato; é aquela Polícia Federal do dia-a-dia, séria, compenetrada, que precisa realmente reforçar seus quadros de agentes, de peritos, de delegados, ou seja, todo o seu quadro funcional. Até porque, quando observamos as operações da Polícia Federal, sempre registramos que, quando ela sai para uma grande operação, tem de recrutar membros da Polícia Militar e da Polícia Civil, e, tendo reforço no seu quadro, tal fato seria dispensável. Ela mesma, por si só, poderia cumprir com suas missões sem precisar recrutar força policial de outras corporações. Assim, digo aqui que assinei o documento de apoio a essa postulação com muito prazer, por considerá-la legítima.

Outro assunto que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, é uma notícia divulgada também neste final de semana na minha terra. Estou aqui com o jornal **O Rio Branco**, de domingo, dia 17, que traz a seguinte matéria: “ONG demite agrônoma por ousar apoiar movimento de protesto”. Na manchete da capa, “Demissão em ONG por incompatibilidade ideológica gera revolta e protesto”. Explico: A ONG aqui referida é o Pesacre – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agro-florestais do Acre.

Eu queria aqui lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que no meu Estado já houve época em que os sindicatos rurais iam para cima, como se diz, não deixavam barato, eram atuantes, como o sindicato de um Chico Mendes, por exemplo, que enfrentaram situações as mais complicadas e as mais diversas, com grileiros querendo se apossar de imensas áreas

as no nosso Estado. E o Chico Mendes, o Osmarino e tantos companheiros dele de então promoveram o movimento que ficou conhecido no País como Empate. Iam para dentro da mata e, de forma pacífica, mas firme, resistiam à derrubada das nossas florestas pelos grileiros, por aqueles que queriam transformar o Acre num grande pasto.

Hoje, os sindicatos rurais do meu Estado se acomodaram. Essa técnica Marineide foi excluída da ONG Pesacre – que tem como integrantes, na sua totalidade, membros do PT – por apoiar, por orientar, por simpatia com o Movimento dos Pequenos Agricultores, que, em face da leniência, da acomodação dos sindicatos rurais do meu Estado, hoje se consolida como um movimento que representa os interesses dos pequenos produtores no Acre. Essa senhora, uma agrônoma, profissional competente, foi excluída do Pesacre, que – repito – é mais Governo do que ONG.

Temos que acabar com essa história de validar determinadas ONGs que atuam no nosso Estado, no nosso País, porque elas são genuinamente braços, extensões de governos. Essa, por exemplo, é uma. Todos os seus integrantes são membros do PT. A essa história já ouvíamos na época da ditadura. Como diz aqui o jornal, incompatibilidade ideológica.

Vejam onde chegamos. O PT, por intermédio dos seus representantes naquela entidade, recomendou que aquela servidora, que aquela funcionária, que aquela agrônoma que reconheceu a necessidade, a importância do Movimento dos Pequenos Agricultores, o qual se firma, consolida-se no Estado, fosse expulsa, porque o Movimento dos Pequenos Agricultores no Acre se colocou e se coloca de forma firme nas reivindicações daquilo que o Governo do Estado precisava e precisa fazer.

Tenho dito desta tribuna: o Governo do Estado cortou a parceria com os pequenos produtores no meu Estado a ponto de o Estado do Acre ter perdido a capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos. Hoje, no Acre, no mínimo 70% do que nós comemos – eu não estou falando aqui de automóvel, estou falando do que nós comemos – vem de fora.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Um Estado pequenininho como o nosso, que já foi capaz de produzir o que a sua população necessita.

O Movimento dos Pequenos Agricultores se coloca de forma firme, intransigentemente, exigindo que o Estado cumpra a sua parte. O Estado não precisa ir lá plantar feijão e arroz, mas participar dessa parceria, criando as condições para que principalmente os pe-

quenos agricultores, que são aqueles que produzem alimentos, possam suprir as necessidades internas e gerar excedentes, invertendo esse ciclo perverso que nos maltrata, termos que importar mais de 70% do que consumimos.

Essa senhora, essa técnica, quero repetir, foi excluída dos quadros do Pesacre, cujos conselheiros são todos do PT, vinculados ao Governo do Estado ou à Prefeitura Municipal, que é também do PT, por apoiar o movimento dos pequenos agricultores; por entender que essa é uma saída justa, uma reivindicação que precisa ter guarida e amparo das entidades que deveriam servi-los e se colocam contrariamente a seus interesses.

Portanto, eu quero aqui, mais uma vez, trazer a denúncia de um fato gravíssimo ocorrido no meu Estado. Retira-se daquele baú que imaginávamos há muito tempo lacrado e fechado: o baú da truculência, da perseguição, do tratamento ignominioso de pessoas que ousam discordar, insurgir-se contra a instalação do pensamento único e se colocam de forma firme naquilo que no Acre nós passamos a chamar de movimento de resistência democrática.

O nosso Estado ultimamente... Eu tenho dito – e que o País que não se surpreenda – que no nosso Estado muitos pensam que nós vivemos uma plena democracia, mas isso não procede, isso não é verdade. O que temos é um ambiente governamental insustentável, de perseguição dos que discordam, dos que divergem, de intranquilidade, de imprensa manietada, de instituições controladas. Essa é mais uma instituição que recebeu a determinação de cumprir um ato de violência, de expulsar de seus quadros uma técnica que, cônica de sua responsabilidade, pensava estar cumprindo o desígnio daquela organização ao dar apoio a uma organização de pequenos agricultores, e foi por isso punida com a exclusão dos quadros do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre).

Quero aqui lamentar o fato, denunciá-lo à população de meu Estado, à população de meu País, e torcer para que dias melhores estejam reservados a meu querido povo acreano.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro. S. Ex^a dispõe de até dez minutos para sua intervenção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^s e Srs. Senadores, mais uma vez a indústria madeireira paraense

pede socorro. Empresários do setor consideram que a crise enfrentada por eles é a maior dos últimos dez anos, causada principalmente pela morosidade dos órgãos públicos que regulamentam a atividade.

Não podemos deixar de lembrar, neste momento, que o setor madeireiro é o segundo mais importante do Estado, ficando atrás apenas do mineral, e um dos que bravamente vêm conseguindo agregar valores aos seus produtos. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa, entre os anos de 1998 e 2004, o setor aumentou em 420% a participação dos produtos beneficiados na pauta de exportações paraenses. Hoje, a pauta do Estado é composta por mais de 56% de produtos com valor agregado, conforme ainda a Fiepa.

No Pará, o setor congrega 1592 empresas, divididas em 33 pólos, que geram cerca de 300 mil empregos diretos e indiretos. Em 2004, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, a indústria madeireira movimentou cerca de US\$1,5 bilhão.

Apesar dos números grandiosos, a participação do Brasil ainda é muito pequena no mercado mundial de produtos florestais, levando em conta que temos a maior floresta tropical do mundo. A nossa participação é somente de 3 a 4%. Ficamos atrás de vários países como Canadá, Estados Unidos, República dos Camarões e Congo, na África, por exemplo.

Quando faço essa ressalva de que poderíamos produzir muito mais em termos de produtos tropicais, não quero dizer que essa produção deva ser feita de forma predatória, sem levar em conta os estoques para as gerações futuras.

A atividade madeireira precisa ser feita dentro dos padrões de desenvolvimento sustentável, respeitando a utilização racional dos produtos e em prol de melhoria da qualidade de vida do povo amazônico que, como a de muitos outros Estados brasileiros, enfrenta uma situação de grande miséria.

Voltando à questão da crise do setor floresta, é preciso enfatizar que, segundo estatísticas do Dieese – Pará, há comprovação da gravidade da crise. De janeiro a maio deste ano, a indústria da madeira demitiu 10.290 pessoas e admitiu somente 8.053, gerando um saldo negativo de 2.237 postos de trabalho no Estado.

A cada dia, a atividade madeireira é surpreendida com medidas governamentais, que, ao invés de contribuir para o crescimento do setor, só vem engessá-lo. Vejam o caso da moratória verde, anunciada há pouco tempo pelo Governo. Ninguém do Governo explicou de que forma será aplicada e se será realmente aplicada.

Enquanto isto, o setor madeireiro, no início do período da safra, vem enfrentando graves empecilhos. Só em julho esperava-se contratar 20.000 pessoas, mas, segundo informações da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário do Pará, Fetracompa, já foram registradas 7.000 demissões e a tendência é que o quadro se agrave ainda mais.

Não podemos deixar de registrar que a crise do setor florestal atinge outros segmentos da economia paraense. A queda na produtividade madeireira afetará a indústria da construção civil e a produção de ferro-gusa, só para citar dois exemplos, e de um modo geral refletirá na economia paraense.

Muitas pessoas que tomam medidas relacionadas à Amazônia nunca sequer colocaram o pé em terras amazônicas. Acreditam que só lendo notícias sobre a região ou com base em estudos pseudo-científicos podem decidir sobre o destino de milhares de pessoas.

Eu mesmo, como cidadão paraense, não posso falar sobre a realidade de Roraima ou Rondônia, já que a Amazônia é muito grande. Cada Estado tem sua especificidade.

Mas do Pará e dos problemas que o prejudicam, eu posso, Sr. Presidente, falar com toda a segurança do mundo. E, neste momento, a crise do setor florestal é um dos problemas que mais está afligindo o Estado e que pode ainda trazer muito mais prejuízos ao desenvolvimento socioeconômico paraense.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos resolver questões que todos os anos vêm engessando a indústria madeireira do Pará. Precisamos resolver a constante criação de reservas extrativistas com potencial de exploração e a paralisação de emissão de novas autorizações para planos de manejo.

As já corriqueiras greves do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também atrapalham enormemente as liberações de Autorização de Transporte para Produto Florestal (ATPF), essencial para o andamento da atividade florestal.

Em relação aos órgãos responsáveis pelo controle fundiário, a questão é mais grave ainda. Muitas pessoas tentaram regularizar suas terras quando nelas chegaram, há trinta anos, e começaram a trabalhar. Não conseguiram! E hoje muitos trabalhadores são confundidos com grileiros. É necessário separar o joio do trigo.

É preciso destacar também que 65% do território do Estado está nas mãos do Governo federal, omisso na aplicação da legislação.

Há muito tempo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não tem conseguido dar conta de suas atribuições. A demanda é maior do

que a capacidade administrativa dos órgãos, e sem a contribuição deles o setor florestal enfrenta uma dificuldade na raiz, que é a da regularização fundiária.

Devemos registrar que a Lei de Concessões Florestais, em trânsito no Congresso, especificamente tramitando no Senado Federal, resolve em parte a situação florestal. Há muitos outros problemas que a lei não soluciona e que precisam ser mais amplamente discutidos com os que realmente conhecem a questão: o setor produtivo paraense e a sociedade do Estado.

Por último, gostaria de falar sobre um caso concreto, Presidente Tião Viana, que me foi relatado pelos prefeitos de Itaituba, Roselito Soares da Silva, e de Novo Progresso, Tony Fabio. Segundo os relatos, a situação dos Municípios de Novo Progresso, Jacareacanga, Trairão, Itaituba, Rurópolis, Medicilândia, Brasil Novo, Belterra e Aveiro, no Estado do Pará, está extremamente precária em decorrência da crise do setor florestal.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que diz um trecho do ofício assinado pelo Presidente do Simaspa, enviado ao Ouvidor Agrário Nacional, Sr. Gercino José da Silva, com cópia para minha pessoa:

A crise desmedida que assola as empresas e a economia regional dos Municípios descritos acima está ocorrendo por motivo da suspensão dos projetos de manejo florestal sustentável e da não aprovação de novos projetos, o que, conseqüentemente, está gerando a falta de matéria-prima. O setor, que vinha cada vez mais buscando o aperfeiçoamento de seus produtos e conseqüentemente gerando empregos, agora está em retrocesso.

Já concluirei, Sr. Presidente.

No ofício que me foi encaminhado, o Presidente do Simaspa também me relata que, no último dia 15, trabalhadores demitidos pela crise reuniram-se na praça municipal de Novo Progresso para protestar. Por pouco, como explica o documento, não houve um conflito mais grave.

Ainda citando o ofício, explico-lhes que o Prefeito de Novo Progresso chamou o gerente executivo do Ibama de Santarém, Paulo Maier, que tem responsabilidade sobre Novo Progresso, para dar explicações na Câmara dos Vereadores. E a explicação foi a seguinte, Sr^{as} e Srs. Senadores: o Ibama não pode aprovar os projetos acima de 100 hectares sem a Assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, e que a gerência de Santarém não possui o número de funcionários suficientes para acelerar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Peço a V. Ex^a que conclua. V. Ex^a dispõe de mais um minuto, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, concluirei no tempo que sua generosidade me ampliou. Continuando: ... para acelerar as liberações dos projetos de assentamento e projetos de áreas de até 100 hectares.

Preciso informar que os termos de Ajuste de Conduta vêm sendo solicitados há muito tempo pelo setor florestal sem que até hoje fossem emitidos.

Ontem, 19 de julho, uma comitiva de 62 pessoas, entre industriais e sindicalistas, representando 36 entidades – à frente o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, Sr. Danilo Remor –, reuniu-se com o Governador do Estado, Simão Jatene, para discutir a crise do setor florestal.

Gostaria de parabenizar e de elogiar a atuação do Governador Simão Jatene frente a essa situação. Faço também um apelo, assim como fará o Governador, Sr. Presidente, Tião Viana, que alguns ministros cujas pastas possam trazer soluções para a crise do setor florestal...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... não deixem de visitar o Estado para poder entender a real situação e negociar um pacto de transição que permita o funcionamento regular e estável da atividade, além de tomar medidas emergenciais que evitem uma crise não só econômica, mas também social no Estado do Pará.

E, por último, não podemos esquecer que nós já temos leis suficientes para coibir os desmandos ambientais na região, o que falta é a aplicação delas e condições para que os bons empresários e produtores consigam trabalhar dentro do estabelecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Estou solicitando a minha inscrição pela Liderança do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito como Líder e tem direito à palavra por até sete minutos, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores,

O leme da natureza humana é o alvedrio, o piloto é a razão: mas quão poucas vezes obedecem à razão os ímpetus precipitados do alvedrio?

Padre Antônio Vieira

Eu sei que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, não pode ter a qualificação de letrado. Como primeiro mandatário não tem prosa nem poesia. Aliás, para o Brasil, pouco importava se o pai constitucional do País não falasse inglês, desde que fosse um razoável gerente, um administrador casto, inventivo e simpático. Em toda a sua trajetória política valeu-se da intuição e fundamentou o próprio idealismo na simples oralidade do homem de bem. Lula era a Nação com todas as qualidades e os vícios de linguagem do português falado ao sul do Equador. Era um dogma, que um dia pretendeu se tornar uma doutrina e agora se aproxima de perder a própria biografia. Desde os tempos de São Bernardo do Campo até a rampa do Palácio do Planalto, o Presidente Lula foi um disseminador do “ouvir dizer”. Talvez por esta razão seja aquele perfeito parlapatão traído pelo verbo e maculado pela praxe indesejável. Corre sério risco de acabar ensimesmado.

Mesmo sabendo que o Presidente Lula não é um leitor habitual, tenho o dever parlamentar de recomendá-lo, neste momento de agrura, o sermão de Santo Antonio aos Peixes, pregado em São Luís do Maranhão, em 1654, pelo padre Antônio Vieira. A peça é uma obra-prima da literatura portuguesa e, como todo o sermão, tem um caráter de advertência, mas também algo de motivacional. Um remédio eficaz para angústia da alma de qualquer cristão ou não-cristão.

Presidente Lula, Padre Antonio Vieira vai lhe trazer conforto. No sermão que lhe recomendo, o exímio observador dos primeiros tempos deste País estava, como Vossa Excelência deve se sentir neste momento, completamente descorçoado com os homens e, à maneira de Santo Antonio, decidiu voltar-se da terra ao amar e pregar aos peixes. Vieira argumentou como se estivesse falando em cadeia de rádio e de televisão, tal a contemporaneidade da palavra. E assim iniciou o sermão:

Vós, diz Cristo, Senhor nosso, falando com os Pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra porque quer que façam na

terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm o ofício de sal, qual será ou qual pode ser a causa desta corrupção?

No sermão, Presidente Lula, o sábio religioso vale-se de estímulos alegóricos para qualificar nos peixes os vícios e desmandos dos homens. Mas parece que Vieira observava a lassidão com que Vossa Excelência contaminou a esperança do Brasil, ao assim pregar: “Vede, peixes, quão grande bem é estar longe dos homens”.

O sermão é dividido em duas partes. Na primeira, Padre Vieira louva as virtudes. Na segunda, repreende, com veemência e fina ironia, os defeitos. Eis um resumo da qualidade dos peixes: “Ouvem e não falam”. Foram as primeiras criaturas que Deus trouxe ao mundo. Entre todos os animais são a maioria e os maiores e os únicos que não se deixam domar nem domesticar. Ao condenar os vícios, Vieira é implacável com os peixes. Nos roncadores, embora pequenos, identifica tanto o absenteísmo, quanto a arrogância e a soberba. Presidente Lula, nos bons tempos do otimismo confortável da sua cortesia, não eram os petistas quem tratavam a democracia com insolente malvadez? Até um regulamento para a liberdade de expressão Vossa Excelência propôs para enquadrar o Brasil! Não foi por conta da inapetência do PT ao trabalho que a sua governança mergulhou na calmaria? Não foi a audaciosa inclinação às práticas devassas que levou a pique a sua nau no baixo dos mares enlameados?

Sr^{as} e Srs. Senadores, na conduta dos pegadores, aqueles que se sustentam na servidão dos grandes peixes, Padre Vieira localizou um vício humano muito particular nestes tempos de PT Sociedade Anônima. Trata-se do parasitismo. Presidente Lula, o que diria o religioso seiscentista caso fosse convidado a observar o aparelhamento partidário que Vossa Excelência promoveu na máquina administrativa do Brasil? Quais palavras Vieira buscaria em sua vasta picardia vernacular, diante de tão néscias companhias de que Vossa Excelência se cercou, para sangrar a substância deste País? Presidente Lula, gostaria de sugerir a Vossa Excelência que, ao ler o Sermão de Santo Antônio aos Peixes, se detivesse na pregação sobre os peixes voadores, cuja conduta para o religioso significa a presunção, a vaidade e a ambição. Presidente Lula, eu sei que Vossa Excelência é um apreciador das frases feitas, e nada como esta sentença do Padre Vieira: “Quem quer mais do que lhe convém perde o que quer e o que tem”.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, é brilhante na tribuna, usando, inclusive, o sermão de Vieira aos peixes. Dê um conselho ao Presidente Lula. Sermão para ele fazer é um pouco complicado; vamos arranjar algo mais simples, em que diga: “Fala aos meus tubarões”. Vai ficar muito bem se o Presidente falar sobre os tubarões. Ele vai ver que criou todos os tubarões que estão destruindo o Brasil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a tem a sabedoria de Padre Antonio Vieira. Esperamos que o Presidente o ouça.

O sermão é encerrado como se Padre Vieira dissecasse a alma do PT e nela encontrasse a perfídia em estado puro. Ao fazer as suas reclamações do polvo, o religioso o qualifica de “peixe aleivoso e vil” e certifica que “Judas em tua comparação já é menos traidor”.

O polvo, com seu capelo na cabeça, parece um monge; com aqueles seus raios estendidos, parece uma estrela; com aquele não ter osso nem espinha, parece a mesma candura, a mesma mansidão. E debaixo desta aparência tão modesta, desta hipocrisia tão santa, é o maior traidor do mar.

Presidente Lula, nada que não tenha sido praticado de pior no priorado imoral de Vossa Excelência! Não há nada, repito.

Sr. Presidente, como todo brasileiro, estou estarrecido com a maneira insolente, ambiciosa e vil com que o PT rebaixou o Brasil. Primeiro, eles conduziram ao poder a tecnoburocracia da mala-preta. Depois transformaram a Presidência da República em uma empresa de *factoring* e, como se não bastasse, querem se livrar ilesos por intermédio das artimanhas da advocacia criminal.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a dispõe de mais um minuto, para a conclusão do seu discurso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Presidente Lula, atenha-se às sentenças de Padre Antônio Vieira e deixe de ser mal aconselhado pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos. Vossa Excelência não terá restituída a glória, mas ainda pode salvar a sua própria honra. Para tanto, precisa perseguir a verdade e se despojar da processualística normalmente empregada na defesa do crime organizado. Presidente Lula, o preceptor Bastos fez muito mal, ao recomendar a sua participação na tal Operação Paraguai. Essa impropriedade pode antecipar-lhe o assento nos bancos dos réus. Vossa Excelência está-se com-

portando como Cândido, o personagem de Voltaire, que seguiu os ensinamentos do sábio Pangloss e imaginou que tudo estava o “melhor possível no mundo físico e moral, e nada poderia ser diferente”.

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, é certo que, no âmbito da sociedade petista, reinava harmonia nitente. Mas, como no poema “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade, as coisas não vão acabar bem. Era assim: o Presidente amava Dirceu, que amava Delúbio, que amava Sereno, que amava Genoíno, que amava Silvino, que amava Valério, que pagava o mensalão e faturava bilhão. Acabada a festa, vieram as decepções intestinas. O Presidente Lula foi para a obscuridade. Dirceu acabou no ostracismo dos levantes improváveis. Delúbio chorou. Sereno se tornou professor de corrupção. Genoíno ficou amorfo e desmoralizado. Silvino sucumbiu-se à própria influência bastarda, enquanto estava desfeito o casamento com comunhão universal de bens entre o PT e Marcos Valério Fernandes de Souza.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo mais um minuto, improrrogável, a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A outrora louvação afetuosa com que se nutriam reciprocamente os petistas e agregados foi substituída pela conjugação do verbo trair. No rastro da palavra: a mentira, o choro, o capital e o crime! No epitáfio do PT está a marca do cifrão ilegal, do *l’argent* ignominioso, da nota de 13 dólares, da moeda suja. Busco novamente socorro em Voltaire, exatamente para concluir que o Presidente Lula foi um belo discípulo do otimismo, mas precisa entender a moral da história, deixar de seguir os protocolos das varas criminais do preceptor Bastos, acordar para a realidade e deixar de acreditar “que tudo está bem porque é necessário ter um País desta espécie”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, por permuta com o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito após o orador que está na tribuna.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSOPRONUNCIADOPELOSR.
SENADOREDISONLOBÃO NA SESSÃO DO
DIA 20 DE JULHO DE 2005, QUE, RETIRA-
DOPELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ
PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Jorge, como Líder da Minoria, por até sete minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, estamos aqui vivendo mais um dia de surpresas. A cada dia, a crise aumenta. Ontem, foram nove ou dez Deputados ou assessores de Deputados que estiveram no Banco Rural para retirar dinheiro. Hoje, já são 39, e ainda estamos examinando o ano de 2003.

Ressalto que essa crise também aumenta pela inércia do Governo e pela forma errada como reage aos fatos. Ontem, tivemos mais uma etapa dessa famigerada reforma ministerial, quando foi anunciada a substituição do Ministro Olívio Dutra, que sairia do Ministério das Cidades para dar oportunidade ao Sr. Márcio Fortes, indicado pelo Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara. Tudo estava anunciado e certo, mas hoje foi suspensa a substituição do Sr. Olívio Dutra, porque o seu chefe de gabinete e alguns movimentos sociais acharam ruim; então, o Presidente Lula resolveu suspender a nomeação.

Em segundo lugar, há um novo Ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, por sinal pernambucano. Vim de Recife, na segunda-feira, no avião com os professores da Universidade de Pernambuco que viriam para a posse, que seria hoje. A posse foi adiada, porque fora marcada erradamente. A posse será na sexta-feira.

O Ministro Nilmário Miranda, cuja secretaria iria para o Ministério da Justiça, agora não vai mais, porque algumas pessoas não quiseram que fosse.

Enfim, a cada dia, o Governo realiza nova confusão no sentido dessa reforma ministerial.

E ainda tivemos ontem no PT um julgamento preliminar do Sr. Delúbio Soares, que é réu confesso, pois afirmou que distribuía dinheiro de caixa dois. Ele inventou até um nome novo para esse dinheiro: recursos não contabilizados, o popular caixa dois. Pois ele foi absolvido por onze a sete. Houve onze pessoas da executiva do Partido que votaram a favor do Sr. Delúbio.

Então, o que nós, que estamos de fora, interpretamos? Que essas pessoas têm o rabo preso. São eles que recebiam dinheiro do Sr. Delúbio, inclusive dois ex-ministros recém saídos do Governo: Ricardo Berzoini e Humberto Costa.

O próprio novo Presidente, Tarso Genro, votou a favor da expulsão do Sr. Delúbio Soares, e foi derrotado. Quer dizer, na realidade, o Governo não toma as providências devidas.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E o PT quer realmente manter a atual situação. Não quer mudar, tanto que prestigiou Delúbio contra Tarso Genro. Agora, quero ver se o Severino Cavalcanti tem coragem ou não, com essa desconsideração do Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É verdade. V. Ex^a deve estar lembrado que uma vez, inocentemente, um ano atrás, convoquei o tesoureiro Delúbio para uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre aquele projeto do fim do dizimo do PT. Então, aproveitei uma hora em que havia pouca gente e achei que não iria ter problemas para aprovar o requerimento. No entanto, em cinco minutos, todos os mais importantes Senadores do PT estavam lá para defender o Sr. Delúbio, e fui fragorosamente derrotado no meu requerimento contra o voto dos mais importantes Senadores da Casa, do PT principalmente. Inclusive, até fico feliz de hoje o Sr. Delúbio estar depondo no Senado para ver que o mundo pode até andar devagar, mas anda para frente. Infelizmente, gostaria que ele tivesse vindo em outras condições e não nessas em que veio.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador José Jorge, meus parabéns a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que faz. Quero dizer que o depoimento do Sr. Delúbio, que está acontecendo neste momento na CPMI dos Correios, é lamentável. O Sr. Delúbio está-se limitando a mentir; não fala nada, não diz nada e, da mesma forma que o Sr. Silvio Pereira, o outro diretor do PT faz a mesma coisa. Quanto à questão de afastar o PT, a minha pergunta é a seguinte: com esse

comportamento dele de não falar nada, de não dizer nada, de assumir tudo sem saber o que ele assumiu, será que o PT tem coragem de expulsar Delúbio? Essa é uma pergunta que o Brasil todo está fazendo. Será que a nova Executiva do PT...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, o Delúbio já ganhou ontem: por 11 a 7.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Veja bem, V. Ex^a: será que eles têm coragem de afastar o Sr. Delúbio? Essa é uma pergunta que fica. A outra é uma pergunta que a CPMI não consegue responder, até porque não tem quem dê essa informação. É a seguinte: segundo informações, o Sr. Marcos Valério tem um movimento estimado entre 1,2 bilhão e 1,7 bilhão em sua conta – isso baseado no que é pago de CPMF. Quem depositou o dinheiro na conta do Sr. Valério?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É isso que a gente quer saber.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – O Sr. Valério é aquele carequinha, né?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É ele mesmo.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – São essas as duas perguntas para as quais queremos resposta. Repetindo: o PT tem coragem de expulsar o Sr. Delúbio?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não tem.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – V. Ex^a respondeu bem, vai ganhar o prêmio. Segundo: quem depositou o dinheiro na conta do Sr. Valério?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Também não sei.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, quando diz que ele devia vir de outra forma ao Congresso, é porque pensa que ele deveria vir algemado?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, eu queria que ele tivesse vindo antes, Presidente. Se ele tivesse vindo naquela época, talvez hoje ele não precisasse vir nessas condições.

Por último, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de dizer que nós tivemos agora a instalação de mais uma CPMI, a chamada CPMI do Mensalão. Essa CPMI vai investigar o mensalão por seus dois lados, já que o mensalão tem dois lados: tem o lado da despesa, que é o pagamento dos Deputados, e tem o lado da receita, que é de onde veio o dinheiro. Veio tudo do Sr. Marcos Valério? Não, não veio. Muita gente depositou dinheiro na conta do Sr. Marcos Valério.

Agora mesmo fizemos um esforço – a Oposição – para fazer uma CPMI que tivesse na sua direção Governo e Oposição, para que não fosse uma CPI chapa branca, como é a CPMI dos Correios – o Presidente e

o Relator estão fazendo um esforço para afastar essa imagem de chapa branca, mas nós só saberemos se ela é chapa branca ou não no final, quando o relatório for aprovado. Por enquanto, ainda estamos nas preliminares.

Infelizmente, porém, o Governo mais uma vez não aceitou: usou o seu rolo compressor e elegeu como presidente um parlamentar da Base do Governo; indicou como relator um parlamentar da Base do Governo. Temos, então, a segunda CPMI chapa branca. Só não é chapa branca a CPMI dos Bingos, porque nós elegemos o presidente e pedimos que o Governo indicasse um relator.

Então, Sr Presidente, lamento mais uma vez esse resultado que faz com que o Congresso seja obrigado a ter todas as CPLs sendo governadas inteiramente pelo Governo sem que a Oposição possa exercer o seu papel, como está na Constituição e no Regimento da Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa.

S. Ex^a tem dez minutos, com tolerância de dois.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não irei me reportar à crise que estamos vivendo. Entendo que todos têm todas as razões para falar dela, inclusive, já me manifestei nas vezes em que julguei adequado. Estamos no meio, de fato, dessa grande catarse aristotélica e entendo que, do jeito que as coisas estão, não sabemos qual será o limite.

Entretanto, quero me reportar, numa justa homenagem, a um dos mais belos movimentos e atividades da vida brasileira, do cotidiano brasileiro: nos dias 15, 16 e 17 de julho, no Estado do Acre, em plena Amazônia Ocidental, teve lugar o XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo, um movimento legítimo e belíssimo da Igreja Católica, que, com o tema “Relações Familiares: Manjedoura da Santíssima Trindade na Vivência da Paz e da Solidariedade”, enfocou as relações familiares.

Esse encontro foi dirigido por D. Joaquín Pertiñez Fernandes, Bispo da Diocese de Rio Branco, Acre; D. Lino Dinis, Bispo da Diocese de Itumbiara, Goiás, que é o Assistente Eclesiástico Nacional do ECC; D. Moacyr Grechi, Arcebispo da Arquidiocese de Porto

Velho, Rondônia, que abrilhantou o evento com palestra marcante e notável; D. Moser, Bispo Diocesano do Vale do Juruá, de Cruzeiro do Sul. Enfim, foram onze bispos visitando o Estado do Acre, pela primeira vez em toda a história, e mais de 110 padres acompanhando as famílias representadas pelos casais de todos os Estados do Brasil.

O encontro contou com a participação de pelo menos três mil pessoas, numa atividade de reflexão sobre o cotidiano da família brasileira, com propósitos muito bem definidos. O congresso teve como objetivo geral:

“Fortalecer, através do Encontro de Casais com Cristo, a identidade da família cristã, como experiência de paz, como partilha de Deus na comunidade eclesial, e construtora, numa sociedade pluralista, de um mundo verdadeiramente solidário”.

Os objetivos específicos:

- redescobrir o modelo e a utopia das relações da família na Trindade;

- refletir as características e perspectivas das novas formas de constituição familiar, analisando suas causas e consequências nas relações da Família Cristã, reafirmando a importância de sua missão na renovação da Sociedade;

- destacar as características e perspectivas das relações da família na Comunidade Eclesial, apresentando pistas de ação que favoreçam o engajamento pastoral;

- sensibilizar os casais cristãos para, diante dos desafios dos novos modelos de relações familiares, atuarem como agentes de transformação na constituição de uma sociedade de justiça, paz e solidariedade;

- refletir o espírito e a espiritualidade do serviço ECC, serviço à Igreja, na promoção da paz e da solidariedade;

- favorecer o engajamento pastoral dos casais que vivenciam aquele tipo de atividade;

- apresentar experiências bem-sucedidas tendo em vista melhor desempenho na missão dos dirigentes do Encontro de Casais, bem como o aprofundamento e o fortalecimento da vivência da fé cristã;

- refletir sobre os objetivos pastorais do ECC através da troca de experiência dos seus dirigentes nas diversas realidades do Brasil;

– proporcionar, através de momentos litúrgicos, uma experiência de fé com a Santíssima Trindade, como modelo das relações familiares na busca da paz e da solidariedade.

Enfim, foi um dos mais belos encontros do cotidiano da vida brasileira, com casais do Brasil inteiro refletindo e no qual se teve como fator determinante a doação, o exercício da simplicidade, do voluntarismo, da solidariedade, do afeto nas relações entre as pessoas. Acho que, se o Brasil pudesse viver aquela experiência em todas as suas atividades cotidianas, teríamos um País vivendo momentos bons, momentos de troca, de bons sentimentos, de troca de virtudes, de troca de boas experiências e não um País que, muitas vezes, substitui as virtudes, a solidariedade, o afeto e a capacidade de espiritualidade pela hostilidade, pelo denunciamento apenas.

Acho que é digna de registro no Congresso Nacional a mensagem de Dom Geraldo Majella Agnelo, Presidente da CNBB do Brasil. Disse o seguinte Dom Geraldo antes do encontro:

Saúdo, em nome dos Bispos do Brasil, os participantes do XVII Congresso Nacional de Casais com Cristo, que se realiza na Arquidiocese de Rio Branco, Acre.

Que Deus abençoe e inspire os melhores propósitos para ir ao encontro dos grandes desafios à evangelização da família no mundo de hoje. Que a Mãe de Deus esteja presente ativamente como esteve nas Bodas de Canaã, a lhes dizer: “Fazei tudo o que Ele vos disser”. Vale a pena recordar o ensinamento do pranteado Papa João Paulo II, em 4 de outubro de 1997 no Rio de Janeiro: “A família é patrimônio da humanidade, porque é mediante a família que, conforme o desígnio de Deus, se deve prolongar a presença do homem sobre a terra. Nas famílias cristãs, fundadas no sacramento do matrimônio, a fé nos vislumbra maravilhosamente o rosto de Cristo, esplendor da verdade, que enche de luz e de alegria os lares que inspiram a sua vida no Evangelho.”

Mais ainda, vem Dom Moacyr Grechi, um dos nomes mais extraordinários da inteligência religiosa brasileira, do catolicismo brasileiro, e faz mais uma abordagem marcante a todos os casais. O tema que ele desenvolve diz respeito às relações da família nas novas expressões do mundo de hoje, suas características, seus desafios e suas perspectivas. E discorre, com absoluto brilhantismo, sobre os componentes dos

desafios da família cristã no cotidiano da sociedade brasileira.

Pude testemunhar, no exercício de colaborador voluntário, no exercício de doação e de simplicidade de todos que estavam ali, daqueles milhares que estavam ali, a importância do encontro. Foi um encontro que trouxe doutrinas consagradas da Igreja, Senador Edison Lobão, como homossexualismo, separação, divórcio e outros tipos de enfoques já definidos dentro da doutrina da Igreja, para que os casais que participavam do encontro pudessem refletir e emitir a sua opinião, tentando traduzir o desafio de que a Igreja somos nós: aqueles que a vivenciam, aqueles que participam do seu cotidiano.

Esse foi um avanço extraordinário e marcante dentro das relações entre os cristãos e as suas atividades pastorais.

O casal Ylêdo e Dione deixaram um mensagem marcante, dizendo que a família deve aventurar-se em águas mais profundas, refletir com mais liberdade os desafios do que é a relação entre pais e filhos hoje, que não é mais apenas uma relação do mando, do exercício da autoridade, do exercício da hierarquia, mas uma relação em que se apresentam as virtudes, o esclarecimento, as manifestações de conteúdo, muito mais convincentes e agregadoras.

Acredito que foi um momento consagrado e belo, em que milhares de pessoas participaram e transferiram responsabilidades, para que, daqui a dois anos, haja o próximo encontro nacional de casais da Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Norte, em Natal. No ano que vem, além dos encontros regionais, será realizado o encontro mundial de casais que estão vinculados ao dia-a-dia das atividades pastorais da Igreja Católica.

Foi um momento belíssimo, de justo reconhecimento e homenagem aos 11 bispos que participaram e testemunharam aquela etapa de doação, simplicidade e religiosidade, ao lado de 110 padres, que, junto com as famílias brasileiras, visitaram o Estado do Acre e a Amazônia brasileira.

Antes de concluir, concedo o aparte ao nobre Senador Edison Lobão, que nos antecedeu, expondo um dos maiores desafios da inteligência do Estado brasileiro, que é a consolidação da rodovia que pode permitir a integração nacional de todas as forças produtivas brasileiras.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Tião Viana, fala V. Ex^a sobre esta que considero a mais importante instituição da humanidade, que é o casamento, a família, e refere-se ao primeiro dos milagres de Jesus, feito no casamento em Canaã. A partir dali, Jesus Cristo praticou muitos outros milagres. E Ele, certa

vez, chegando a Jerusalém, foi praticamente escorraçado da sua terra e pronunciou esta frase admirável: "O profeta produz milagres e é homenageado por toda a parte, exceto em sua própria terra, em sua própria casa". Cumprimento V. Ex^a por trazer um assunto tão importante, sobretudo neste momento de tanta convulsão política, neste momento tempestuoso, quando traz V. Ex^a a palavra de Cristo e menciona o retiro a que também se submeteu. Cumprimentos!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e agradeço à Mesa a oportunidade do tempo para fazer o registro.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

XVII CONGRESSO NACIONAL DO ECC
Encontro de Casais com Cristo



TENHO SEDE DE TI, Ó CRISTO, CAMINHO, VERDADE E VIDA

Diocese de Rio Branco
15, 16 e 17 de julho de 2005
Rio Branco - Acre



Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Arcebispo de São Salvador da Bahia

Av. Cardeal da Silva, 26 - sala 303
CEP: 40.231-250 Salvador/BA - Brasil
Tel: (71) 3431-2208 Fax: (71) 3251-5143
E-mail: geraldo@arcebispo.org.br

AO 17º CONGRESSO NACIONAL DE CASAIS COM CRISTO

DOM GERALDO MAJELLA AGNELO
Cardeal Arcebispo de Salvador
Presidente da CNBB

Saúdo, em nome dos Bispos do Brasil, os participantes do 17º Congresso Nacional de Casais com Cristo, que se realiza de 15 a 17 de julho de 2005 na Diocese de Rio Branco, Acre;

Que Deus Pai os abençoe e inspire os melhores propósitos para ir ao encontro dos grandes desafios à evangelização da família no mundo de hoje. Que a Mãe de Deus esteja presente ativamente, como esteve nas Bodas de Caná, a lhes dizer: “Fazei tudo o Ele vos disser”. Vale a pena recordar o ensinamento do pranteado Papa João Paulo II, em 4 de outubro de 1997 no Rio de Janeiro.

“A família é patrimônio da humanidade, porque é mediante a família que, conforme o desígnio de Deus, deve se prolongar a presença do homem sobre a terra. Nas famílias cristãs, fundadas no sacramento do matrimônio, a fé nos vislumbra maravilhosamente o rosto de Cristo, esplendor da verdade, que enche de luz e de alegria os lares que inspiram a sua vida no Evangelho”.

Assim nos disse o saudoso João de Deus. Ainda tão cedo, ele próprio perdeu sua mãe, mas teve a graça de receber do pai atenção, carinho e testemunho de fé que o ajudou superar o vazio deixado pela mãe.

A felicidade da família é de fato o grande patrimônio e herança da humanidade que nada e ninguém pode substituir. Amor e carinho não se compram, não se improvisam, não se fabricam, mas se cultivam na doação, compreensão, no perdão, no diálogo.

A família é obra divina. “Relação Familiares, manjedoura da Santíssima Trindade” é muito inspirador esse tema. Quanto será necessário fazer nossas famílias conscientes dessa fonte inspiradora! Sobretudo aos que procuram o sacramento do Matrimônio para não torná-lo apenas uma festa social. A Santíssima Trindade deve habitar no seio da família humana na qual deve atuar para a sua plenitude. Há conceitos como egoísmo, ausência de diálogo, violência que jamais poderiam se

ORAÇÃO

Ó Trindade Santa, fonte de amor-comunhão, quisestes que os homens e as mulheres pudessem chegar a experimentar esse amor através da vida familiar. Nestas horas tão difíceis da nossa história, queremos que sejais sempre fonte do nosso amor: amor conjugal, amor filial, amor fraternal, amor paternal e maternal.

Neste XVII Congresso Nacional do Encontro de Casais com Cristo, queremos renovar e fazer renascer esse amor em todos os casais que tiveram a felicidade de vivenciar esse encontro com Cristo, amor visível do Pai para com a humanidade.

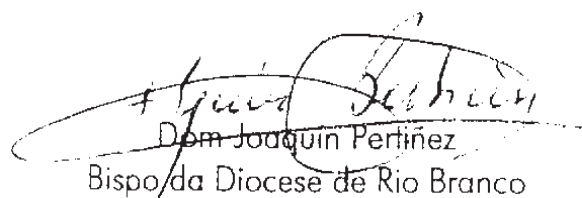
Que todos sintamos, realmente, a sede de Cristo em nossas vidas, para que ele seja o Caminho, a Verdade e a Vida que devemos viver como família cristã.

E que nossas famílias, muitas vezes sofridas, agredidas e desamparadas pela sociedade, sejam, porém, manjedouras da Trindade, onde possam se fazer presentes os valores cristãos que favoreçam a vida e a paz.

Que Maria de Nazaré, Mãe que gerou, criou e fez crescer o Filho de Deus, nos ensine os valores da fidelidade, do amor e da entrega generosa em favor da vida.

Tudo isso vos pedimos em nome do Pai que nos ama, do Filho que nos salva e do Espírito que nos santifica.

Amém!



Dom Joaquín Pertinhez
Bispo da Diocese de Rio Branco

MENSAGEM DO CASAL COORDENADOR GERAL

Avançar, aventurar-se em “águas mais profundas”, este é o provocante desafio de Cristo a todos os cristãos de ontem e de hoje. Assim, lançando-se a este grande desafio, é que a Diocese de Rio Branco, sob as bênçãos de seu Padroeiro São Peregrino, se faz hoje manjedoura da Trindade, para sediar, pela primeira vez em sua história, um Congresso Nacional do ECC, e o acolhe como missão recebida do Pai.

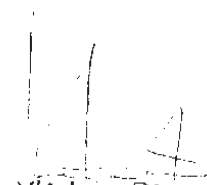
A realização deste Congresso, em nossa cidade, geograficamente tão distante dos grandes centros deste nosso imenso Brasil, constitui uma das provas de que a Palavra de Deus não tem fronteiras.

Ao contrário do vento forte da tempestade, que perde velocidade no encontro com a floresta amazônica, o Evangelho de Jesus arma sua tenda e ganha forças nesses rincões, pois é movido pela Sede do Cristo – amigo, Caminho, Verdade e Vida e pelo espírito missionário de tantos casais e religiosos que acreditam na proposta evangelizadora do Encontro de Casais com Cristo.

Vislumbramos um Congresso onde a SS.Trindade possa se aconchegar na manjedoura divina do coração de cada um, e que pela força do amor Trinitário, a Família Brasileira possa verdadeiramente promover a paz e a solidariedade.

A pequena, mas calorosa e acolhedora cidade de Rio Branco, abençoada por Maria de Nazaré, carinhosamente recebe todos vocês, com alegria estampada no amarelo ouro dos seus Ipês e com o abraço carinhoso dos casais, que há dois anos formam conosco o grande e incansável exército de Cristo, em prol desse evento.

Que o XVII Congresso Nacional do ECC possa colher os frutos plantados pelo Senhor, através de cada um de nós.



Ylêdo e Dione
Casal Coordenador Geral

OBJETIVO GERAL

Fortalecer, através do Serviço ECC, a identidade da família cristã, como experiência de paz, como partilha de Deus na comunidade eclesial, e construtora, numa sociedade pluralista, de um mundo verdadeiramente solidário.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Redescobrir o modelo e a utopia das relações da família na Trindade.
- Refletir as características e perspectivas das novas formas de constituição familiar, analisando suas causas e conseqüências nas relações da Família Cristã, reafirmando a importância da sua missão na renovação da Sociedade.
- Destacar as características e perspectivas das relações da família na Comunidade Eclesial, apresentando pistas de ação que favoreçam o engajamento pastoral.
- Sensibilizar os casais cristãos para, diante dos desafios dos novos modelos de relações familiares, atuarem como agente de transformação na constituição de uma sociedade de justiça, paz e solidariedade.
- Refletir o espírito e a espiritualidade do serviço ECC, serviço à igreja, na promoção da paz e da solidariedade.
- Favorecer o engajamento pastoral dos casais que vivenciam a 1ª etapa.
- Apresentar experiências bem sucedidas tendo em vista um melhor desempenho na missão dos dirigentes do ECC, bem como o aprofundamento e o fortalecimento na vivência da fé cristã.
- Refletir sobre os objetivos pastorais do ECC através da troca de experiências dos seus dirigentes, nas diversas realidades.
- Proporcionar, através dos momentos litúrgicos, uma experiência de fé com a Santíssima Trindade, como modelo das relações familiares na busca da paz e da solidariedade.

4º PALESTRA

As Relações da Família nas Novas Expressões do Mundo de Hoje – suas Características, Desafios e Perspectivas.

Palestrante: Dom Moacyr Grechi, Arcebispo da Arquidiocese de Porto Velho – RO.

1 Objetivo

- Sensibilizar os casais cristãos para, diante dos desafios dos novos modelos de relações familiares, atuarem como agente de transformação na constituição de uma sociedade de justiça, paz e solidariedade.

2 Fundamentação Bíblica

Mateus 28, 16-20; Marcos 16, 15-18; João 20, 19-23; 13, 1-17; Efésios 2, 14; 5, 31-32; Tiago 2, 14-26.

3 Resumo da Palestra

Aos casais de todo Brasil, de modo particular, do Acre, a minha saudação fraterna. Saudando cada família aqui presente, quero saudar “a igreja que está em sua casa”(Rm16,3;AT18), que hoje é chamada a ser um sinal luminoso da presença de Cristo neste mundo.

Em preparação ao Encontro Mundial das Famílias, de julho de 2006, o Papa Bento escreve: “Todos os povos, para dar um rosto verdadeiro humano à sociedade, não podem ignorar o bem precioso da família, fundada sobre o matrimônio. A aliança matrimonial é o fundamento da família, patrimônio e bem comum da humanidade...A Igreja não pode deixar de anunciar que, de acordo com os planos de Deus (Cf. Mt 19, 3-9), o matrimônio e a família são insubstituíveis e não admitem outras alternativas....A família cristã tem, hoje mais que nunca, uma missão nobilíssima e iniludível: transmitir a fé e inserir-se na comunidade eclesial.”

Para fundamentar a missão da família, a CNBB aprovou durante a Assembléia de 2004, o Diretório Nacional da Pastoral Familiar. Em vista dos desafios novos enfrentados pelas famílias engajadas, era necessário um novo documento da CNBB, com orientações atualizadas e que apontasse Diretrizes claras e adequadas para a evangelização da família, na forma de um Diretório, como pedia a *Familiaris Consortio*. No novo Diretório

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, V. Ex^a ficou exatamente no tempo.

Convido V. Ex^a a presidir esta sessão, para que eu possa usar a tribuna por cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de consultar V. Ex^a se vai ou não haver Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendo que haverá Ordem do Dia. Os Líderes estão dialogando para construir um entendimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Já há um entendimento para haver Ordem do Dia, mas já são 17h15min.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, em seguida, consultar o Presidente para tomar os procedimentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de o nosso orador começar.

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se ainda há uma vaga para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está completamente absorvido, no tempo e no espaço, por uma dedicação extrema em defesa do PT.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da tribuna, neste momento, quero homenagear a Direção do Grupo Hospitalar Conceição, de Porto Alegre, na pessoa do seu Diretor-Superintendente, Dr. João Constantino Pavani Motta.

O Grupo Conceição, Sr. Presidente, em Porto Alegre, possui quatro unidades hospitalares, atende 50% da população, realiza cinco mil consultas por dia e mais três mil cirurgias por mês; 100% dos atendimentos são disponíveis ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).

É bom, Sr. Presidente, ver a responsabilidade e a inovação com que o Grupo presta seus serviços ao oferecer políticas afirmativas de inclusão e de acessibilidade às pessoas com deficiência e também políticas voltadas para o combate ao racismo e ao preconceito e para o atendimento dos idosos.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a considerasse como lido na íntegra este pronunciamento em que rendo as minhas homenagens à Direção do Grupo Hospitalar Conceição.

Eu falava aqui da questão do atendimento à saúde da população, mas quero destacar a implantação de um projeto que tive a alegria de levar para o Rio Grande, que é o projeto Cantando as Diferenças. E o que é cantar as diferenças? É fazer com que os excluídos sejam incluídos, respeitando as diferenças. E falamos do negro, do índio, do deficiente e do idoso. O Grupo Hospitalar Conceição comprou essa boa batalha, essa boa luta, e está implantando, dentro dos hospitais, o projeto Cantando as Diferenças, que é articulado pelo meu gabinete e por empresas, inclusive da área privada, pela Ulbra e por prefeituras do meu Rio Grande.

Faço esta declaração, Sr. Presidente, entendendo que a iniciativa do Grupo Hospitalar Conceição deveria servir como exemplo para outros empreendedores do nosso Estado, tanto da área estatal como também da área privada.

E, nessa linha, Sr. Presidente, referindo-me ainda ao Grupo Hospitalar Conceição, quero deixar no meu pronunciamento uma nota de esclarecimento.

Diz a nota:

O Hospital Fêmima, através da sua Direção, com o objetivo de esclarecer e tranquilizar a comunidade hospitalar e os usuários a respeito de sindicância envolvendo o médico Desidério Fülber, funcionário deste hospital, informa:

Temos o dever público de esclarecer, através dos meios legais e providências administrativas cabíveis, todas as denúncias e irregularidades ocorrentes no Hospital Fêmima.

O Dr. Desidério Fülber, em mais de dezessete anos de trabalho no Grupo Hospitalar Conceição, sempre se destacou pelo envolvimento com a instituição, procurando atender os pacientes com o maior respeito, da mesma forma que se relaciona com os funcionários.

Sua atividade profissional é motivo de orgulho ao conjunto do Hospital, por reconhecido envolvimento, razão pela qual destaca-se com quantidade e qualidade de serviços prestados. Esse foi um dos motivos por que foi convidado a colaborar com a gestão hospitalar no período de 2003 a 2004. Dentre outros, sua capacidade de liderança e sua permanente disponibilidade. (...)”

Faço uma homenagem ao Dr. Desidério Fülber pela forma como ele tem colaborado, juntamente com o Diretor Superintendente, Dr. João Mota, para a condução do atendimento na rede de saúde do Hospital Conceição.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a um outro tema: os arrozeiros gaúchos. Não é novidade que eu venha à tribuna defender a situação dos produtores de arroz. É uma situação difícil, provocada principalmente pela importação de arroz dos países integrantes do Mercosul. As entidades representantes dos produtores, sindicatos, federações, confederações, estão atuando junto ao Governo Federal pela prorrogação das parcelas vencidas e vincendas referentes aos contratos de financiamento do custeio do arroz irrigado firmados junto ao Banco do Brasil.

A prorrogação das parcelas, amparada legalmente, depende neste momento de uma decisão da área econômica do Governo Federal.

Sabemos que o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, e o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, têm empenhado enormes esforços no sentido de atender rapidamente a essas reivindicações.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o atendimento da prorrogação dos vencimentos, que já foi assegurada à Região Centro-Oeste e também à Bahia, será estendida aos produtores gaúchos. Por isso, as negociações envolvendo o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil e o Ministério da Reforma Agrária deverão acontecer com rapidez, tranquilizando os produtores do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a essa tribuna parabenizar a atuação da Direção do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) de Porto Alegre, na pessoa de seu Diretor-Superintendente Dr. João Constantino Pavani Motta.

O Grupo, em Porto Alegre, possui quatro unidades hospitalares, atende 50% dessa população, realiza 5 mil consultas por dia e mais 3 mil cirurgias por mês. Cem por cento dos atendimentos são disponíveis aos usuários do Sistema único de Saúde (SUS).

É muito bom ver a responsabilidade e inovação com que o Grupo presta seus serviços ao oferecer políticas afirmativas de inclusão e de acessibilidade às pessoas com deficiência e também políticas voltadas para o negro.

O grupo promove maior inclusão aos usuários e funcionários portadores de deficiência, quando cria a Comissão Especial de Políticas de Promoção da ACESSI-

bilidade e da Mobilidade do Grupo Hospitalar Conceição (CEPPAM-GHC), gerando melhor mobilidade aos funcionários e usuários do hospital. Sem contar com as ações específicas voltadas apenas para os deficientes.

A Comissão deve atuar também na adaptação das estruturas arquitetônicas do hospital, acomodando melhor os portadores de deficiência. Ela deverá ser composta por funcionários portadores de deficiência, ONGs e representantes de conselhos estaduais e municipais.

Nesse aspecto o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, de nossa autoria, supre uma lacuna. Ele enumera objetivos e diretrizes destinadas para assegurar a integração social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas acometidas por limitações físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltiplas, que dificultam a regular inserção social.

É fundamental também a capacitação dos funcionários para o bom funcionamento dos projetos dentro de qualquer instituição. A oficialização da Comissão vai contribuir para a efetiva aplicação da democracia e da acessibilidade.

Queremos registrar, inclusive, nossos cumprimentos às políticas afirmativas para os negros. Por meio da Comissão Especial de Promoção de Igualdade Racial (CEPPIR), o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) tem como objetivo implementar políticas direcionadas à saúde de várias etnias.

A Comissão da Igualdade Racial possui, entre outras, a responsabilidade de pesquisar dados e buscar indicadores da anemia falciforme, por exemplo, doença que atinge a maioria da população negra.

O hospital possui grupos de aconselhamento que proporcionam apoios psicológico e fisioterápico para os portadores da anemia.

Estivemos recentemente em Porto Alegre participando da criação dessa Comissão Especial de Promoção de Igualdade Racial. Acreditamos no projeto do Grupo e incentivamos ações como essas, que buscam, através de políticas positivas, implementar a gestão para tratamentos direcionados.

O Grupo Hospitalar Conceição está de parabéns por abraçar um grande projeto que com certeza vai modificar a vida de milhares de pacientes.

Elogiamos mais uma vez as duas iniciativas e defendemos que seria de fundamental importância que todas as instituições públicas e privadas aderissem a projetos como esses.

É de grande relevância que se aprove e sancione, o mais rápido possível, o Estatuto da Igualdade Racial, já que este é o Ano Nacional da Igualdade Racial.

Aproveito aqui para ressaltar também a importância social do Estatuto do Idoso, que regulamenta os direitos especiais para as pessoas maiores de sessenta anos.

O Estatuto já é lei e deve ser utilizado como peça fundamental para a realização da cidadania plena. Ele estabelece e garante o direito dos nossos idosos, antes, ameaçado ou violado.

Mas alertamos que a sociedade cumpre um papel fundamental nesse processo, o de pressionar para que a lei seja efetivamente cumprida. Assim, por meio das leis que o Estatuto regula, os direitos dos nossos idosos irão se transformar em realidade.

Um projeto que pode representar um pouquinho de cada um dos três Estatutos é o projeto "Cantando as Diferenças", implantado em diversos Municípios do Rio Grande do Sul.

O "Cantando as Diferenças" é mais um projeto social que insere milhares de cidadãos excluídos: uns pela idade, outros por algum tipo de deficiência e alguns pela cor da pele.

O projeto aplica os artigos dispostos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e nos projetos dos Estatutos da Igualdade Racial e da Pessoa Portadora de Deficiência.

A implantação do projeto significa um comprometimento com a construção da cidadania de todas essas pessoas. Apoiamos o projeto, pois cantar as

diferenças com olhares de cidadania é perceber uma realidade que muitos se negam a enxergar. Esse é um exemplo a ser seguido.

Outra grande ação benéfica do Grupo Hospitalar Conceição foi a abertura de um concurso público que vai beneficiar pessoas portadoras de deficiência e os afro-brasileiros.

Do total de vagas abertas, o concurso disponibiliza 5% das vagas para os deficientes e 10 % para os afro-brasileiros.

Essas são ações sociais de grande valor para o desenvolvimento da sociedade e do País. Elas contribuem para a prática efetiva da democracia e do respeito.

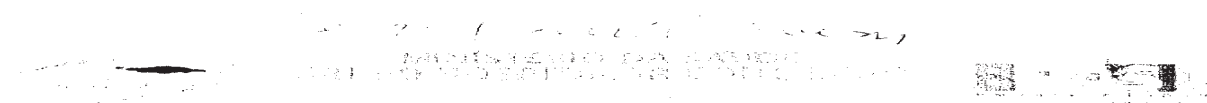
Portanto, deixamos aqui o nosso abraço a todos que fazem parte do grande Grupo Hospitalar Conceição e, mais uma vez, parabenizamos a todos pelo belo trabalho.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)



Porto Alegre, 15 de julho de 2005

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Hospital Fêmina, através de sua Direção, com o objetivo de esclarecer e tranquilizar a comunidade hospitalar e os usuários a respeito de sindicância envolvendo o médico Desidério Fülber, funcionário deste hospital, informa:

Temos o dever público de esclarecer, através dos meios legais e providências administrativas cabíveis, todas denúncias e irregularidades ocorrentes no Hospital Fêmina.

O Dr. Desidério Fülber, em mais de dezessete anos de trabalho no Grupo Hospitalar Conceição, sempre destacou-se pelo envolvimento com a instituição, procurando atender os pacientes com o maior respeito, da mesma forma que relaciona-se com os funcionários.

Sua atividade profissional é motivo de orgulho ao conjunto do Hospital, por reconhecido envolvimento, razão pela qual destaca-se com quantidade e qualidade de serviços prestados. Este foi um dos motivos com que foi convidado a colaborar com a gestão hospitalar no período de 2003 e 2004. Dentre outros, sua capacidade de liderança e sua permanente disponibilidade.

Por isso, reafirmamos que as condutas adotadas pela Diretoria do Grupo Hospitalar Conceição, de conteúdo administrativo, tem como único intuito o esclarecimento definitivo de informações oficiais oriundas do Ministério Público Estadual.

Direção do Hospital Fêmina

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou aproveitar a oportunidade para fazer uma reflexão sobre assunto que é do maior interesse também do Partido que V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, preside. Eu gostaria, diante de todos esses episódios que estão nos preocupando e nos entristecendo e que atingem todo o Congresso Nacional, de pensar a respeito de proposições para o aperfeiçoamento da vida política brasileira e da reforma política.

Quero assinalar que esses episódios devem nos levar, primeiro, a apurar inteiramente toda a verdade e a responsabilizar os que, porventura, cometeram erros. Obviamente que uma organização política ou outra qualquer é constituída de seres humanos; e, como seres humanos, podemos, a qualquer momento, realizar erros. O importante é saber como corrigi-los. Este é o momento em que precisamos tomar os caminhos de correção.

Todos estamos examinando a reforma política. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, aprovou, num primeiro passo, um estágio da reforma, que irá ao plenário e depois virá para cá.

Ainda ontem, o Senador Marco Maciel falou a respeito de diversos aspectos da reforma política, e eu gostaria de comentar alguns deles.

Em primeiro lugar, a questão relativa à fidelidade partidária. Penso que esse é o tema a respeito do qual a grande maioria dos Senadores e Deputados tem consenso. Avaliamos que, quando um Senador ou um Deputado é eleito por um partido, deve permanecer, durante todo seu mandato, naquele partido. Não tenho dúvida sobre isso, assim como acredito que um prefeito, um governador, um presidente da República deve manter a sua filiação ao partido durante o tempo de seu mandato, até porque foi eleito pela população com base não apenas na pessoa, mas também no programa do partido que abraçou.

Além da fidelidade partidária, outro item muito importante refere-se ao financiamento de campanha. Sou favorável ao financiamento público de campanha. Devemos discutir em que medida tal financiamento será

exclusivo ou se irá conviver com o financiamento de pessoas privadas e até de pessoas físicas.

Se, porventura, for para conviver também com financiamento de pessoas privadas e financiamento de pessoa jurídica, então faço uma proposição que vou apresentar na forma de projeto de lei, como uma contribuição nessa direção. Aliás, ela leva em consideração a proposição feita, na reunião do Diretório Nacional do nosso Partido, pelo Deputado Chico Alencar, ainda em 2002, quando travamos um debate a respeito. E qual é a proposição? É que haja a transparência, em tempo real, de todas as contribuições, ou seja, do lado da arrecadação, bem como de todos os gastos, de todas as despesas efetuadas por cada candidato, por cada partido. Que haja um meio de termos isso divulgado, em tempo real, pela Internet. É um meio de comunicação hoje vigente, que não existia, digamos, há dez anos e que nos ajuda a dar maior transparência ao processo. Esses dados, inclusive, devem ser comunicados ao Tribunal Superior Eleitoral, que, por sua vez, digamos, uma vez por semana, estará atualizando aquela informação que, do ponto de vista do partido, será realizada em tempo real, diariamente, para que os eleitores, a opinião pública, a população possam conhecê-la.

Portanto, essa é uma sugestão que formulo, no sentido da transparência, em tempo real, dos gastos e da arrecadação de cada candidato e de cada partido.

Mesmo que essa proposição não se transforme em lei para o próximo ano, é a minha disposição, o meu compromisso, como candidato ao Senado em 2006 – acredito que será confirmada minha indicação; segundo a direção do Partido, municipal, estadual, nacional, em princípio, sou pré-candidato –, disponibilizar as despesas de minha campanha, em tempo real, para conhecimento da população.

Senador Sibá Machado, peço a V. Ex^a que aguarde um pouco pelo aparte, porque preciso avançar na formulação das proposições.

O outro ponto importante refere-se à votação em lista ou votação para o próprio representante, no que diz respeito às eleições para o Parlamento, para a vereança, para deputados estaduais e federais, sobretudo. Deveríamos ter o voto em lista organizada e aprovada pela convenção de cada partido, ou o voto feito pela própria pessoa naquele representante escolhido pela pessoa, tendo obviamente esse representante escolhido o seu partido e sabendo qual é esse partido?

Quero assinalar que, ontem, a Rede Globo de Televisão divulgou dado da pesquisa Ibope informando que 83% dos pesquisados preferem continuar votando

nos candidatos, mas tendo a chance de votar só no Partido e 12% preferem escolher somente o Partido.

Ora, eu quero aqui assinalar, Sr. Presidente, que, como existe a possibilidade, na *home page* de cada um de nós Senadores, de fazermos pesquisas, eu tenho aproveitado isso. Por exemplo, na ocasião da criação da CPI, fiz uma pesquisa a todos os que acessam a minha *home page* se eu deveria ou não assinar o requerimento e o resultado foi que a enorme maioria desejava que eu assinasse o requerimento. Há poucos dias também consultei as pessoas se o PT deveria lançar o meu nome a candidato para mais um mandato e novamente a grande maioria, mais de 83%, respondeu que sim. E, a partir de hoje, faço uma nova enquete, Senador Sibá Machado. V. Ex^a poderá até acessar, aí no terminal do seu computador em sua bancada, a página <http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy> e encontrará um ícone “Dê sua opinião”. O Senador Antonio Carlos Magalhães também, se quiser, pode responder à pesquisa agora: como você prefere votar para o Parlamento, diretamente, escolhendo, portanto, o nome do seu representante, ou em lista fechada?

Até três minutos atrás, o resultado era 94,2% para ‘diretamente’ e 5,88% para ‘lista fechada’. Todos podem votar. Isso, obviamente, servirá para que...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Onde?

O SR EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Na minha *home page*. Basta acessar a página do Senado, Eduardo Suplicy, “Dê a sua opinião” e, então, votar.

Aliás, salvo engano meu, está aberta a página em uma das duas; se quiser, pode votar, Senador Heráclito Fortes.

No que diz respeito à questão do financiamento público de campanha, meu caro Senador José Sarney e Senador Antonio Carlos Magalhães, tenho uma nova proposição, que é a seguinte: vamos ter o financiamento público de campanha e isso significará que os 115 milhões de brasileiros com direito de votar terão, em 2006, o direito de financiar os Partidos políticos, com uma quantia entre R\$5 ou R\$10. Digamos que sejam R\$5 por pessoa. Qual é a proposição que eu formulo? Digamos que, quatro ou seis meses antes, haja uma eleição preliminar, em que cada eleitor escolha a que Partido e que candidato destinará os seus R\$5.

Aqueles que avaliam que o Senador Eduardo Suplicy poderá ser um bom candidato poderão então destinar os seus R\$5. Assim poderão fazer com os Senadores José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes ou Sibá Machado...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu discordo, porque V. Ex^a vale muito mais do que R\$5. Vamos melhorar esse preço, pois ele não faz jus a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Pode ser R\$5 ou R\$10, mas, no que se refere ao financiamento público, será o próprio eleitor a dizer a quem quer destinar os recursos. Ou seja, isso antes de começar a campanha eleitoral.

Senador Heráclito Fortes, tenho a convicção de que V. Ex^a vai refletir bem sobre isso. Quero assinalar que essa é uma idéia de Bruce Ackerman e Ian Ayres, ambos professores de Direito da Universidade de Yale, no livro...

(interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, os Srs. Senadores estão querendo saber como será esse sistema. E apenas com o som poderemos esclarecer.

O nome do livro é **Voting with dollars** ou Votando com Dólares, que sugere um novo paradigma para o financiamento de campanha.

Concedo um breve aparte aos Senadores Sibá Machado e Antonio Carlos Magalhães, antes de concluir, por favor.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Confesso que não entendi, Senador, a história dos R\$5. Mas queria apenas me reportar a sua candidatura de Senador. V. Ex^a já é para nós um símbolo, e creio que não apenas para o PT, como para o Brasil inteiro e para esta Casa. O exercício parlamentar que V. Ex^a tem feito aqui é indiscutível. Foi o primeiro, é o nosso pioneiro nesta Casa. Chegou aqui, naquele momento, como o único Parlamentar considerado de Esquerda. Não são pequenos o trabalho e o esforço de V. Ex^a aqui. Então, é uma honra para nós contarmos com a reiteração de seu nome para mais um mandato aqui no Senado Federal. E gostaria de entender melhor a história dos R\$5, porque não compreendi.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Vou explicar em seguida. Agradeço muito o aparte, Senador Sibá Machado.

Senador Antonio Carlos Magalhães, trata-se de uma proposta original e estamos aqui para pensar e colaborar. Mas fica a idéia e quero ouvir a sua apreciação a respeito.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eu já disse no meu Partido que sou contra as teses que o meu Partido está esboçando. Eu sou contra as listas. Sou a favor do voto direto, sem lista. E sou contra o financiamento público. Esse financiamento de V. Ex^a é um financiamento privado das pessoas mais pobres. O único perigo é que o pessoal do “mensalão” vá querer comprar esse pessoal para votar. É o único perigo. V. Ex^a encontrará o caminho para evitar isso. Agora, o financiamento público não vai evitar o financiamento

privado. E nós vamos ter as duas coisas, quando o povo não quer financiamento público...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – ...o povo quer escolas, hospitais, creches, polícia na rua. É isso que o povo quer e para isso serve o dinheiro do povo. Nas eleições, eu sou contra se utilizar o dinheiro do povo. Penso que o Fundo Partidário já é o suficiente. De maneira que, em tese, estou com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Então, assinalo, Senador Antonio Carlos Magalhães, que ainda não fui persuadido do voto em lista. E, sobretudo, sou extremamente crítico àquilo que a Câmara aprovou. Imagine uma lista composta por aqueles que já têm o seu mandato para assegurar o seu direito e congelar a atual composição da Câmara dos Deputados. Isso é algo que contraria inteiramente qualquer princípio ético. Podemos já avisar à Câmara que isso não passará no Senado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, apenas para colaborar com o discurso de V. Ex^a, registro que é uma volta camuflada da cadeira biônica. A lista que está sendo apresentada, premiando, na primeira leva, todos os parlamentares é a volta da cadeira biônica, indiretamente, mas é isso, e uma tentativa de, já que na nossa colonização tivemos as Capitânias Hereditárias, agora termos as cadeiras hereditárias. De qualquer modo, eu queria dizer a V. Ex^a que eu também tenho muita dúvida com relação ao financiamento de campanha e acho que o único Partido que não pode defender é o Partido de V. Ex^a, porque assumiu prometendo matar a fome dos brasileiros, dar casa e comida pelo menos três vezes ao dia. Não conseguiu fazer isso pelo menos até agora. O maior investimento social que fez foi comprar um avião por R\$168 milhões, deixando a prioridade programática de lado. O Partido endossar agora financiamento público de campanha, com o povo passando fome, é mais uma das incoerências. E tenho certeza de que V. Ex^a jamais concordará com isso...

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, primeiramente, quero dizer que estou acompanhando a evolução do programa Bolsa-Família que visa a atender ao propósito do Presidente Lula de, até o final do ano que vem, fazer com que 11,2 milhões famílias, ou seja, um quarto da população brasileira esteja recebendo esse benefício, que vai, na medida do possível, atender ao propósito de garantir a todos os brasileiros pelo menos três refeições ao dia. Isso significa um passo na direção de termos a renda básica de cidadania.

Com respeito ao financiamento privado de pessoas físicas ou jurídicas, a minha proposta é que haja, se for para conviver com o financiamento público, total transparência na arrecadação e na destinação dos recursos. Finalmente, concluindo, a minha proposta é que, na parte relativa ao Fundo Público, ao financiamento público...

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É a última frase, Sr. Presidente, mais um minuto e termino.

Que possa haver, então, uma eleição, digamos, seis meses antes, para que cada eleitor escolha para qual partido ou candidato os seus recursos – pode ser R\$5,00, R\$10,00, **per capita** –, entre os 15 milhões, serão destinados. Como vai haver um montante global para ser distribuído a todos os Partidos, que sejam os eleitores, seis meses antes, que escolham o candidato e o partido para os quais serão destinados os seus recursos.

Essa é a proposta, cujo mentor especial é o Professor Bruce Ackerman e que considere muito positiva.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para pedir a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Aguardo autorização do Partido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para solicitar a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia, conforme autorização.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, por permuta com o Senador Jefferson Péres.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento

em que as atenções do Congresso estão obviamente concentradas nas três CPIs que apuram as denúncias de irregularidades, o jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje publica na seção Notas & Informações comentário que tem por título uma indagação inquietante: Governo parado?

O comentário detecta, em meio à crise atual, um quadro de paralisia das iniciativas do Governo, advertindo que, caso permaneça em seu imobilismo, o Planalto abreviará na prática a sua administração.

De fato, o tempo voa. Mas, Sr. Presidente, se já eram bastante fracas a atuação e a eficiência administrativa do Governo, agora, em vista dos presentes e graves problemas é que a lerdeza da ação governamental está a indicar que pouco ou quase nada será feito não só neste segundo semestre, mas também no próximo ano.

Esse padrão tartaruga de governar – pelo menos no que diz respeito à administração pública propriamente dita –, não é novo, como já disse. Eu mesmo e inúmeros Senadores Colegas de Oposição, sempre no exercício de uma crítica vigilante, mas construtiva, viemos inúmeras vezes a esta tribuna cobrar resultados efetivos do Governo, mas nunca tivemos uma única resposta cabível e convincente, isto é, ações práticas e visíveis.

Exemplo de inação está no Fust, Fundo de Telecomunicações, que já acumula mais de R\$4 bilhões sem atender um dos seus principais e mais primordiais objetivos, que é a inclusão digital dos alunos das escolas públicas brasileiras.

Outro exemplo está aí na malha rodoviária do País, que se vai desmoronando em buracos, apesar de existir uma fonte própria de recursos para se construir, reparar e manter as nossas estradas, qual seja, a Cide, Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico, arrecadada dos contribuintes brasileiros de cada litro de combustível que compra no País e que soma este ano um saldo acumulado não aplicado de nada menos que R\$4 bilhões – outra vez, R\$4 bilhões; é verdade que o Sr. Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, tem envidado esforços para reverter esse quadro. Quando aqui estive, no Senado, S. Ex^a foi coerente quando manifestou as suas posições.

Ora, se mesmo com o dinheiro da Cide em caixa, o Governo simplesmente não consegue cuidar das nossas rodovias, o que dizer de medidas administrativas e políticas mais ousadas? Esse é o ponto focalizado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, que chega a alertar sobre o risco de não se discutir e votar o projeto do Orçamento Geral da União para 2006. A advertência interessa a todos nós, Congressistas da Oposição, que, responsáveis, como temos sido na atual legisla-

tura, estamos preocupados com o futuro do Brasil nos próximos 18 meses.

Além da falta de resultados na esfera administrativa, já sobejamente conhecida e apontada pela Oposição, causam inquietação a paralisia e o desnorreamento do Planalto quanto a ações que precisariam ser feitas para dar suporte ao desenvolvimento econômico e social do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente, a crise é grave e tensa, mas desse triste e nefando episódio já cuidam o Congresso, o Ministério Público e a Polícia Federal! O que não se admite é que o Governo se dedique apenas a defender a si e ao seu Partido e aliados, deixando de lado as verdadeiras tarefas e missões para as quais foi eleito.

Da articulação política do Governo no Congresso somente se ouve silêncio. Até o momento, não há nenhuma atuação digna de nota dos novos gestores políticos do Planalto. Isso faz crer que, de fato, não se trata de se saber qual o nome que estava ou está à frente da articulação do Executivo com o Legislativo, mas, sim, que se trata de ausência de propostas e objetivos claros capazes de aglutinar apoios e assegurar a aprovação de proposições de real interesse público e nacional.

Sem capacidade para somar esforços, para somar apoios, o resultado é que, por falta de iniciativa governamental, permanecem distantes e inalcançáveis alvos estratégicos do desenvolvimento nacional.

É de se perguntar, como fez o comentarista do jornal a que me referi, em que situação se acham as proposições de lei que tratam da reforma tributária, do saneamento básico, do parcelamento de débitos fiscais, que permitiriam o acesso aos benefícios da nova Lei de Falências. Todas elas estão pura e simplesmente no limbo, do qual não se vê o fim.

Igualmente inerte está o Governo em relação às medidas também importantes para impulsionar novos investimentos na economia. É o caso da não-integralização do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, instituto que foi alardeado pelo Governo como panacéia para todas as demandas de crescimento e que, apesar de havermos alertado para mais essa quimera de **marketing** governista, só foi aprovado graças aos votos patrióticos da Oposição.

Aliás, passados dois anos e meio do mandato do atual Governo Federal, o balanço do que se fez de mais relevante e estrutural, entre os tímidos empreendimentos político-administrativos do Governo, mostra que só foram realizados porque a Oposição foi fiel ao seu posicionamento construtivo. Além da aprovação da lei das Parcerias Público-Privadas, podem-se citar como produto da ajuda oposicionista as reformas da Previ-

dência e a tributária – no caso, aprovada por enquanto apenas no Senado, e há um ano e seis meses.

Por outro lado, como não precisa ser levada ao Congresso e como depende apenas do próprio Executivo, o Planalto não realizou até agora o que a Oposição, com a sua competência técnica e clareza de objetivos, não deixaria de fazer: uma profunda reciclagem de gestão, visando a cortar custos e a enxugar a máquina administrativa, exatamente para disponibilizar recursos para os investimentos públicos, como fazem outros Governos do PSDB, Governos estaduais do meu Partido, como Aécio Neves, em Minas Gerais, e Geraldo Alckmin, em São Paulo.

Ora, o Governo demonstra não ter visão administrativa nem audácia para empreender tal racionalização. Por isso, não consegue sair do círculo vicioso da obsessão em gerar superávits crescentes. Assim, transforma, às custas da Nação e dos contribuintes, o ato de governar em mera escrituração contábil.

Esperamos, Sr. Presidente, que os juros não sejam alterados e que possam até ser baixados. Tem havido deflação, por meio do IGPM. Já era hora de o Governo concluir, juntamente com as suas autoridades monetárias, que não há necessidade de se manter os juros tão altos. Já há três meses seguidos de deflação pelo IGPM, o que justificaria, sem dúvida alguma, uma redução dos juros para possibilitar a volta do crescimento.

Entretanto, para concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero dizer que o andamento das três CPIs de modo algum justifica que o Governo continue de braços cruzados, na vã ilusão de que surtam efeito as tentativas de dificultar as investigações e que elas acabem em nada. Nem é isso o que vai acontecer e nem é a inação que vai ajudar o País a sair da crise. Pelo contrário, a continuar desorientado e sentado à espera de um ilusório final feliz, o Governo só vai piorar as coisas.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Há três CPIs fazendo investigações, mas o Governo deveria continuar trabalhando de forma coordenada e competente. Infelizmente, não é isso o que acontece. Se V. Ex^a ler os jornais de hoje, verá o que está acontecendo com essa pseudo-reforma ministerial: o Governo convida Ministro, volta atrás, marca posse, volta atrás, está perdendo as condições. O mandato do Presidente Lula não acabou, mas, infelizmente, o seu Governo já terminou.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador José Jorge, agradeço-lhe o aparte. V. Ex^a antecipa o final do meu pronunciamento, cujo teor é exatamente o de que é necessário que o País continue funcionando, que os projetos sejam apresentados, discutidos e realizados. Do contrário, nós, brasileiros, acabaremos pagando caro por uma possível contaminação da economia pela gestão administrativa e política atual.

A mudança de Ministros parece ser uma tentativa do Executivo de dar um novo rumo à administração, mas resta saber, em primeiro lugar, se as escolhas foram as melhores, sob o ponto de vista técnico, as mais respaldadas pelos respectivos Partidos e as mais compromissadas com os interesses públicos e, em segundo lugar, se o principal Partido situacionista – o PT – abandonará seu cacoete de concentrar autoritariamente o poder e se irá compartilhá-lo democraticamente, em termos de autêntica aliança política, em vez de cobrar apenas a habitual subserviência que espera de seus parceiros.

Eram essas as palavras que eu queria trazer hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sem nos afastarmos das obrigações com que o Congresso está envolvido nas três CPIs, devemos dar continuidade às discussões neste plenário. O Governo também deve continuar agindo e aplicando os recursos existentes, como os da Cide e do Fust, a que me referi.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade de abordar o importante tema do desenvolvimento econômico e do crescimento do País.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, V. Ex^a está inscrito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Ney Suassuna fica inscrito como Líder do PMDB.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela Liderança do Bloco, por cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho dizer que o Governo está trabalhando. Felizmente, o Governo não terminou, e o País está funcionando, e a prova disso foi a aula inaugural para 1,2 mil jovens realizada hoje pelo Presidente Lula, dando início, em Recife, ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o ProJovem, executado pelo Governo Federal em parceria com Prefeituras das Capitais.

Muito me alegra, Sr. Presidente, que, nessa etapa primeira do programa, a Capital do meu Estado, Porto Velho, esteja entre as cinco Capitais que iniciam sua execução, com 2,4 mil alunos inscritos. Para a nossa Capital, que detém um dos maiores índices de violência do Brasil, é muito importante um programa dessa natureza.

Instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho deste ano, o ProJovem significa inclusão social – é isso o que este Governo está fazendo. A realidade das ruas e da periferia do País é diferente do que acontece aqui, no Congresso Nacional.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu gostaria muito, meu querido, mas estou falando em nome da Liderança e tenho apenas cinco minutos, com muita coisa para dizer.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa é merecedor das melhores qualificações e deve contar com o apoio de todos nós.

Os alunos do ProJovem terão curso para conclusão do Ensino Fundamental, Língua Inglesa, Informática Básica, qualificação adequada ao nível de ensino e oportunidades de trabalho em sua cidade. Receberão, ao término de um ano, certificado de conclusão do Ensino Fundamental e habilitação profissional inicial.

Os jovens terão um incentivo mensal de R\$100,00 e serão orientados a desenvolver ações comunitárias para valorizar a participação social e cidadã e o protagonismo juvenil. É necessário que cumpram 75% da carga horária e todas as atividades previstas no currículo.

Além de Recife e Porto Velho, as Capitais selecionadas nessa fase são Boa Vista, com 1,5 mil alunos; Fortaleza, com 1,2 mil alunos; e Salvador, também com 1,2 mil alunos. Em agosto, começam as aulas em três Capitais, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio

de Janeiro, numa escala crescente, até atingirmos as 26 Capitais e o Distrito Federal.

Executado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o ProJovem terá investimento, neste ano, de R\$311 milhões.

Esse Programa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a Política Nacional de Juventude, instituída por meio da Medida Provisória nº 238, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei de grande relevância.

Para todos nós, que cerramos fileiras nesta Casa em defesa dos direitos de nossas crianças e adolescentes, o Governo avançou de forma extraordinária. Afinal, pela primeira vez na História, o País passa a contar com uma política de Estado voltada para os jovens.

O Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem 48 milhões de habitantes na faixa etária definida pela ONU como juventude, entre 15 e 29 anos. Desses, 34 milhões têm entre 15 e 24 anos, e é nessa faixa que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.

Enfrentar esses desafios é tarefa de toda a sociedade brasileira. Entendo que o Governo do Presidente Lula faz sua parte. Parabenizo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e todos os que tornam o ProJovem uma realidade, tanto quanto o Fundeb, proposta que vai, com certeza, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da formação neste País. O ProJovem tem a parceria de instituições federais, de Prefeituras, de movimento social, de educadores, de orientadores, de assistentes sociais e, especialmente, dos jovens da minha querida cidade de Porto Velho.

Quero parabenizar também o Prefeito Roberto Sobrinho e a Secretária Municipal de Educação, Epifânia, que têm feito todos os esforços para buscar espaços na rede pública e atender 2,4 mil jovens na cidade de Porto Velho.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, por cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo o momento

em que serão escritas as melhores matérias da imprensa e, seguramente, também as piores. É por isso que chamo a atenção da imprensa brasileira para que tenha muito cuidado com aquilo que é publicado, especialmente quando há uma concorrência entre os veículos, aquela intenção, aquele estímulo, aquela adrenalina para o furo diário, para o escândalo da última hora, a fim de que não se cometam injustiças e de que as pessoas possam sempre se defender antes de a matéria ser publicada, para haver o contraditório e para os fatos serem apurados.

Nas últimas 24 horas, fui vítima de pretensa denúncia, publicada primeiramente na **Folha de S.Paulo** pela jornalista Marta Salomon, que me ouviu e, portanto, colocou pelo menos parte da minha versão, e, hoje, no jornal **O Globo**, pela jornalista Regina Alvarez, que não me ouviu. A pretensa denúncia teria sido feita pelo Senador Alvaro Dias e, agora, repetida pelo Deputado Onyx Lorenzoni, na CPMI, e diz basicamente o seguinte: o Senador Mercadante tomou empréstimos do PT no valor de R\$3.750,00.

Quero dizer que tenho 25 anos de militância no PT e me orgulho muito da minha trajetória. Nunca aceitei receber pelo Partido. Nunca!

Eu não tinha mandato, a partir de 1994, quando fui candidato a Vice-Presidente da República com o Presidente Lula. Eu era da Executiva Nacional do Partido, Secretário de Relações Internacionais, contribuía com o meu salário para o Partido e vivia do meu salário de professor universitário. Durante a vida inteira, fui economista e professor. Portanto, nunca aceitei receber, nunca me profissionalizei no Partido e sempre contribuí religiosamente, durante 25 anos, com o Partido: dou 20% do meu salário, todos os meses, para o PT. Por isso mesmo, sinto-me muito indignado com as coisas que estou vendo.

Como Secretário de Relações Internacionais, acompanhei o Presidente Lula numa viagem internacional por vários países da Europa, quando estivemos com vários Chefes de Estado e Primeiros Ministros, do dia 29 de setembro ao dia 09 de outubro de 2001. E, na véspera, o Partido liberou R\$1 mil, para indenizar a compra da passagem, e R\$2.750,00, que equivaleriam, hoje, a algo em torno de US\$100.00, que era a diária que o Partido antecipava; diária que não pagava as despesas, como nunca pagou, em nossas viagens. Parte eu paguei com o meu cartão de crédito. E, como sempre fiz, retornei da viagem e apresentei a prestação de contas. Eu viajava, como Secretário de Relações Internacionais, a eventos, conferências, seminários e, sobretudo, acompanhava o Presidente em viagem que fizemos com o Primeiro-Ministro da França, Jospin, com o Primeiro-Ministro da Itália, com o da

Espanha, com o de Portugal, com várias autoridades e com vários partidos. No entanto, essa prestação de contas, não sei por que razão, ficou perdida na burocracia partidária, que não é das mais eficientes. Um ano depois, fui informado que a prestação de contas não estava... e o Partido queria transformar em diária aquilo que era uma antecipação de gastos com a contrapartida das despesas. Falei: "Não, essa solução não me serve. Faço questão de pagar ao Partido". Dei dois cheques e paguei os R\$3.750,00. Então, o que fiz? Viajei a serviço do Partido, numa missão oficial do Partido, acompanhando o candidato a Presidente da República, e a paguei do meu bolso, do meu bolso! Porque, diferentemente de alguns que hoje estão aí, e que endividaram o Partido, que se beneficiaram do endividamento do Partido, sem discussão no Partido, eu não faço parte dessa história! A minha história está naquela militância que construiu palmo a palmo esse Partido, dando contribuição de seu salário, como dei a vida inteira.

Então, vou repetir: nunca, nunca fui remunerado pelo Partido! Nunca tomei dinheiro do Partido para o que quer que seja, muito menos empréstimo! A não ser aquilo que o Partido faz nas campanhas eleitorais.

Devo muito ao Partido. Não cobro nada do Partido. Devo muito ao Partido. Devo-lhe a minha história de vida, esse projeto de 25 anos! Portanto, vou lutar muito para que a gente supere essa crise e possa ter o Partido, com a importância que ele tem na democracia brasileira, no debate político e ideológico.

Eu queria esclarecer isso. Sei que não houve má-fé por parte do Senador Alvaro Dias, mas a imprensa, no seu açodamento, não tem permitido que as coisas sejam colocadas. Pergunto: como é possível que eu, contribuindo com R\$2.500,00 por mês, durante a minha vida inteira – é o que eu dou hoje ao Partido, o equivalente a isso –, tenha que explicar, mesmo que fosse um empréstimo de R\$3.750,00? Como é possível isso, em detrimento de não publicarem aquilo que deveria ser um elogio a minha atitude de nunca aceitar ser remunerado? Mais do que isso: paguei a passagem do meu bolso, paguei a diária do meu bolso, porque tinha orgulho de acompanhar o Presidente Lula na viagem.

No meu caso, sei que tenho sido bastante preservado nesse processo. A imprensa tem de apurar tudo, divulgar tudo, e, em momentos como esse, é o fato que determina a política: são os documentos, são as provas. É a partir daí que temos de seguir a investigação, sem perseguir quem quer que seja, sem poupar ninguém. Investigar com equilíbrio, com ponderação e isenção. Mas que não se cometam denúncias precipitadas sem apuração.

Outro dia, vi no “Jornal Nacional” – comentei isso com alguns colegas da Globo – uma lista pretensa de dez Parlamentares, feita pelo Líder do PFL na Câmara, dizendo que todos estavam envolvidos com retiradas de recursos no Banco Rural, sem nenhuma comprovação. Agora estão aparecendo os nomes; agora estão aparecendo os cheques; agora estão aparecendo os valores, e quem está naquela lista vai ter que se explicar; e, se não o fizer, seguramente terão de ser tomadas providências em relação a esses Parlamentares, assessores, dirigentes e quem quer que seja. Mas houve uma precipitação naquela denúncia. Alguns Parlamentares, que não estão na lista, que não foram denunciados, que não aparecem nesse processo, foram incluídos na matéria.

A popularidade, podemos ganhá-la ou perdê-la na vida pública; a credibilidade, só se tem uma, e essa tem que ser preservada, e preservada sempre, e preservada com rigor.

Por isso, venho aqui, basicamente, pedir aos membros da CPMI cuidado nas investigações. Não acho que ela tenha se excedido, não acho que ela tenha extrapolado. Às vezes, algumas perguntas – eu diria – são feitas num tom acusatório, violento, contra um sujeito que nem sempre pode sequer se defender. Então, acho que tem que ter respeito; têm que ser feitas todas as perguntas de forma respeitosa, aprofundando a investigação, e, sobretudo, buscando provas documentais, que são, seguramente, o melhor caminho para a apuração dos fatos.

Quero esclarecer esse episódio, menos porque isso, de alguma forma, poderia prejudicar minha história partidária, ou a minha contribuição ao PT, ou a minha vida pública, mas para que sirva de alerta para que se tome cuidado em momentos como esse, porque é muito fácil arranhar a reputação, sobretudo dos anônimos que vão aparecendo, das pessoas que nem têm como se defender: não têm mandato, não têm tribuna, não têm acesso à imprensa e, de repente, é a família que se sente constrangida no trabalho, na profissão. E que se façam as coisas com responsabilidade, com equilíbrio, com ponderação, para que possamos apurar tudo, o Congresso se preservar, o País sair melhor do que está.

Quero terminar dizendo que ouvi, hoje, também, ponderações no sentido de uma concertação. Acho a motivação nobre, mas os argumentos nem tanto. Uma concertação porque o Governo está numa situação extremamente difícil? Não, não acho que seja esse o caminho. Acho que a concertação é sempre bem-vinda. Mas, neste momento, o que o País quer é a apuração de tudo: identificar os responsáveis e puni-los. Feito isso, nesse processo, temos que construir uma agenda de

reformas institucionais que permitam ao País avançar e aprender com esta lição dolorosa que as instituições democráticas estão atravessando: partidos – e muitos partidos – e sobretudo o Congresso Nacional, em particular a Câmara dos Deputados.

Creio que podemos centrar esse esforço de concertação em torno de uma profunda reforma eleitoral e partidária. Esse é o único caminho, é o melhor caminho para darmos um salto de qualidade, e que possamos avançar e aprender com essas lições, não repetir experiências como essa, e construir, portanto, o aprofundamento do processo democrático, pois essa crise abre espaço para isso.

No chinês antigo, crise era perigo e oportunidade, dois caracteres. Os perigos são muitos, sobretudo para aqueles que se envolverem em episódios tão lamentáveis como esse – e devem pagar por isso, e pagar com muita severidade –, mas as oportunidades também se abrem: de entendimento, de ponderação, de equilíbrio, de racionalidade, de espírito público e, sobretudo, de coragem para fazer a reforma política no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

De acordo com o art. 14, V. Ex^a poderá usar da palavra para uma explicação pessoal. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devo transmitir à Casa a real participação minha nesse episódio relatado pelo Líder do Governo.

Cumprindo o dever de membro da CPMI dos Correios, fui investigar, no balanço do PT, os empréstimos realizados pelo Partido no Sistema Financeiro Nacional. Em nenhum momento fiz referência ao adiantamento concedido ao Senador Aloizio Mercadante, sobretudo por uma manifestação de respeito ao Colega. Não transferi à imprensa essa informação. Não porque o valor é irrelevante – o Senador Aloizio Mercadante realmente não necessita desse tipo de empréstimo –, mas, sobretudo, porque reconheço a necessidade de ser duro no ato de investigar, cumprindo o dever que me impõe a condição de representante do meu Partido nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas sem ignorar a importância da elegância em relação aos Colegas do Senado Federal. Portanto, não transferi à imprensa essa informação. É um documento público, à disposição de qualquer cidadão no Tribunal Superior Eleitoral. Trata-se da Prestação de Contas do Partido, em que encontramos o livro razão, a contabilidade,

o balanço, com a aprovação da Comissão Executiva Nacional do PT. Obviamente, um jornalista, no cumprimento também do seu dever, buscou, junto à nossa assessoria, que trabalha conosco na CPML, as informações desse balanço e as publicou no jornal **Folha de S. Paulo**. Não fui ouvido, quando da publicação dessa matéria no jornal **Folha de S. Paulo**. Posteriormente, o jornal **O Globo** repetiu a publicação, e fui ouvido. Apenas manifestei estranheza pelo fato de o Partido dos Trabalhadores realizar adiantamentos na forma de empréstimos. Eu não imaginava que fosse essa uma função do Partido, até porque, conforme se verificou, os recursos são oriundos da conta onde se depositam recursos do fundo partidário, que são recursos públicos consignados no Orçamento da União.

Mas, em nenhum momento, fiz referência ao Senador Mercadante. Hoje, sim, quando do depoimento do Sr. Delúbio Soares, na CPML, indaguei dele – uma vez que ele dissera não ter mantido nenhum contato com o Presidente da República para tratar de assuntos financeiros – se não manteve contato com o Presidente da República para rolar uma dívida acumulada em dois anos, no ano de 2003, quando já Presidente da República, no valor de R\$30 mil, também como adiantamento a terceiros. Isso consta da contabilidade do PT.

Realmente, é surpreendente, porque não é esta a função de um partido político: fazer empréstimos às lideranças partidárias. É evidente que, na contabilidade, se consigna como adiantamento a terceiros. Portanto, trata-se de uma modalidade de empréstimo, sem juros e sem correção monetária.

Justiça se faça. O Presidente pagou o empréstimo no ano passado, mas eu não imaginava que fosse essa a tarefa de um partido. E o tesoureiro do Partido, Delúbio Soares, nesse caso, confirmou que houve, realmente, esse adiantamento.

Portanto, Sr. Presidente, tenho o cuidado de não perder credibilidade ao transmitir informações a quem quer que seja, especialmente à imprensa, que tem prestado uma colaboração extraordinária nessa tarefa de investigar, para se desmontar esse esquema de corrupção instalado, lamentavelmente, no Governo da República, com essa triangulação já visível de Governo, Marcos Valério e outras lideranças políticas do Congresso Nacional ou fora dele.

Portanto, creio que a minha manifestação de apreço...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...ao Senador Aloizio Mercadante, que tem sido, Sr. Presidente, elegante conosco. Travamos sempre um debate elevado e, às vezes, duro, mas com elegância. E não creio que

o Senador Mercadante possa, neste episódio, merecer de minha parte qualquer tipo de censura, uma vez que já deu a explicação. O que houve foi certamente um descuido da organização partidária, especialmente daqueles que tratam da contabilidade do Partido, porque essa não é a forma de contabilizar, em função das explicações dadas pelo Senador Mercadante, de que se tratava de uma despesa de viagem que S. Ex^a quis saldar com o Partido.

Portanto, Sr. Presidente, é evidente que não aprovo essa prática no interior de qualquer partido – não importa que seja o PT. Essa não é uma prática adequada de se oferecer empréstimos, evidentemente a que título não importa, de que natureza não importa, mas não é o melhor exemplo de contabilidade partidária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, requisito também o art. 14, de forma muito breve, por ter sido citado, para concluir este diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, registro a presença do Senador Garibaldi Alves Filho, nosso Relator na CPI dos Bingos.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, com base no art. 14, do Regimento Interno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que os procedimentos do Partido dos Trabalhadores são os mesmos do Senado Federal. Qualquer Senador que for fazer uma viagem tem um adiantamento dos recursos referentes às diárias, compatível com o número de dias que o Senador for viajar.

É assim no Senado, é assim no PT, é assim na maioria das empresas. O jornalista, quando vai viajar, tem um adiantamento da instituição ou na forma de diária, porque, nesse caso, não precisa prestar conta, ou com a contrapartida da prestação de contas das despesas.

O nosso Partido, como sempre foi rigoroso, pelo menos na história do Partido que ajudei a construir, do ponto de vista da sua disciplina fiscal, administrativa e financeira, que foi perdida e comprometida nessa gestão atual, sempre definimos um teto por antecipação, que é inferior, inclusive, às despesas que se tem numa viagem, por exemplo, em qualquer país europeu.

Então, sacamos, nos dias 26 e 27 para viajar do dia 29 de setembro ao dia 9 de outubro, o equivalente a US\$100 por dia, que qualquer um que viajou para a Europa sabe que não paga as despesas, muito menos de uma delegação presidencial, em que se tem

almoços, transportes, convidados e despesas que vão além disso.

Houve, de fato, um problema na administração financeira do Partido – antes fosse só esse o problema, teríamos uma situação muito melhor –, e a prestação de contas não foi efetivada da Secretaria de Relações Internacionais junto à Secretaria Financeira.

Num momento como este, vir discutir R\$3,750 mil, e isso virar um debate do Senado Federal, sem sequer terem a delicadeza de me ligarem antes e perguntar: “Mercadante isso aqui tem alguma procedência?” Eu explicaria na hora.

É evidente que o PT não empresta dinheiro a ninguém. Não emprestou ao Presidente Lula, nem a nenhum dirigente partidário. Antecipou despesas de viagem, e só. Poderia ser feito como diárias, como faz o Senado. No Senado, nós não temos que prestar contas. O Senado antecipa, a União Interparlamentar antecipa as diárias, que são gastas sem se precisar prestar contas. No Partido, não. As diárias são antecipadas, tem-se que prestar contas e há o teto de despesas.

Por isso, espero que esse esclarecimento seja definitivo, que não se repita esse tipo de argumentação. Jamais recebi empréstimo, e mais, vou repetir, jamais aceitei receber do Partido dos Trabalhadores. Nunca fui um dirigente profissionalizado. Sempre me recusei a receber. E trabalhei voluntariamente para construir esse Partido, contribuindo mês a mês a minha vida inteira. E continuo dando R\$2,5 mil por mês, para o Partido, apesar de tudo o que estou vendo hoje, e lastimo, porque nunca fui informado, jamais aceitaria esse nível de despesa, esse nível de endividamento, essa falta de controle da administração, o que tem que ser apurado com rigor.

Mas vamos ter cuidado nos procedimentos e na forma de atuar, porque eu tenho uma tribuna, tenho uma história, sei me defender e explico cada ato da minha vida. Mas nem todo cidadão tem esse espaço e essa possibilidade de defesa. Por isso, peço, sobretudo aos membros da CPI, muito equilíbrio, muita responsabilidade e muita ponderação.

Agradeço as palavras finais do Senador Alvaro Dias e, seguramente, dou esse episódio como superado e espero que possamos tratar com essa responsabilidade os graves fatos que temos pela frente para serem apurados na vida parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, com toda certeza, o centro de toda a civilização é o homem e, certamente, o elemento mais importante de uma sociedade, seja ela nacional ou supra-nacional, é o homem.

A qualificação desse homem, se mais preparado ou menos, se mais qualificado ou menos qualificado, é que faz a diferença, e é isso que conta hoje no mundo globalizado. A qualificação existe sempre por intermédio do ensino no trabalho ou nos cursos, em suas várias gradações, mas principalmente da universidade como um todo.

A Paraíba tem três universidades: duas federais e uma estadual. A Universidade de Campina Grande pretende se expandir para o Cariri, o nosso sertão, e para o Vale do Piancó, que fica paralelo ao sertão, embora não deixe de ser sertão, mas um vale com características específicas.

Ontem, para minha alegria, toda a Bancada do meu Estado esteve com o futuro Ministro da Educação, Fernando Haddad, com o Reitor Thompson, da Universidade Federal de Campina Grande, e com o Governador. Fiquei muito feliz porque não tinha nem Governo nem Oposição. Eram todos paraibanos e pediam o quê? Exatamente aquilo que acabei de falar: a expansão da Universidade Federal de Campina Grande para todo o interior sofrido do nosso semi-árido.

O Senador José Maranhão e eu fomos, como membros da Oposição, acompanhados por Prefeitos e Deputados, e lá fizemos um coro único. O Governo Federal está fazendo bem, quando cria universidades, como as que criou no Rio Grande do Norte, no Ceará, na Bahia, em Minas Gerais. O Governo expandiu cursos por vários lugares. Esperamos que o mesmo aconteça com a nossa Paraíba.

Saúdo a Bancada paraibana como um todo, que, unida, luta por causas que são de importância para o Estado. Saúdo também o Governo, porque está buscando expandir as universidades. Com toda a certeza, isso é importante para a qualificação do trabalhador brasileiro, da juventude brasileira, num mundo globalizado, onde vão enfrentar, cada vez mais, pessoas treinadas em alta tecnologia, em tecnologia de ponta. Só por meio dessa qualificação, teremos condição de enfrentar a concorrência.

Muito obrigado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a ainda dispõe de bastante tempo. V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Esse tema até me comove. Na semana passada, fiz um pronunciamento. Depois, uma pessoa me mandou um

e-mail; acredito que não tenha entendido bem o que falei. Falava justamente sobre o papel das universidades, sobre a criação das novas universidades que o Congresso votou nos últimos momentos do mês de junho, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Mato Grosso e em Minas Gerais. Reportei-me à Universidade do Acre. Aproveito este momento para falar ao Ministro Antônio Palocci e ao nosso novo Ministro da Educação que o que queremos, no Estado, não é a criação de uma nova universidade, mas a expansão da atual universidade para todo o interior. Diante disso, pedi a liberação de duas importantes emendas, uma delas, uma emenda de Bancada. A nossa Bancada inteira – os onze Parlamentares, três Senadores e oito Deputados – aceitou colocar aquela emenda para interiorização. E mais: dentro das emendas individuais, cada um dos Parlamentares destinou cerca de R\$150 mil, para gerar perto de R\$2 milhões, a fim de que possamos instituir a Universidade da Floresta, que vai ter um tema específico para o estudo da nossa biodiversidade. Então, proponho que nos irmanemos nessa grande causa, para que tenhamos essa conquista no nosso Estado. Eu pediria a força de V. Ex^a, para que nos ajude neste empreendimento de garantir recursos para a Universidade Federal do Acre, dentro da sua expansão, que é colocar centros de trabalho em cada um dos nossos Municípios no Estado. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador Sibá Machado. Com toda a certeza, conte comigo para ajudar no que seja possível.

Eu cometi um equívoco, quando disse que a Paraíba tem três universidades. Não, o Estado tem mais. Ele tem universidades privadas e até uma universidade do trabalho, a Universidade Corporativa, que é da Federação das Indústrias, que treina, num grau mais aperfeiçoado, pessoas que, uma vez qualificadas, encontram emprego com muita facilidade. Basta dizer que todos das últimas turmas que passaram pela Universidade Corporativa da Indústria em Campina Grande, sem exceção, obtiveram emprego imediato.

Então, estarei lutando juntamente com V. Ex^a, porque esse é um objetivo dos nossos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Em função da necessidade de votarmos a Medida Provisória nº 242, que trata da Previdência Social e cuja eficácia está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal, conforme reunião que fizemos, ontem, com os Líderes partidários, combinamos – e precisamos da aquiescência do Plenário, obviamente – transformá-la em projeto de lei, para que possa tramitar, evidentemente abrindo tempo e condições para que seja aprimorada, emendada e revogada, se for o caso.

Em seguida, votaremos a Medida Provisória que abre crédito para o Ministério da Defesa e convocaremos sessão do Congresso Nacional, para dar concretude ao acordo que fizemos com os Líderes das duas Casas do Congresso Nacional, a fim de votarmos apenas alguns poucos créditos que foram entendidos como consensuais.

Realizaremos, dessa forma, a última sessão deliberativa do Senado Federal e do Congresso Nacional do mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 1:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 242, de 2005), que *altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 de julho, quando teve sua apreciação transferida em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

À medida provisória foram apresentadas 43 emendas perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Henrique Fontana (PT – RS), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito favorável à Medida Provisória e às Emendas de nºs 2, 3, 9, 15 a 18, 24 a 27 e 32 a 35, pela aprovação parcial das Emendas de nºs 1, 4, 5, 7, 8, 14, 19, 28, 29 e 30, na forma do Projeto de Lei de Conversão que oferece; com alterações que promove, e pela rejeição das demais Emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 29 de março e não se instalou;
- a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 11 de abril, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 15 de junho;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 12 de maio, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 18, de 2005, e se esgotará no dia 25 de agosto;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de julho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 1.313, DE 2005 – PLEN

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Medida Provisória tem como objetivo fundamental buscar construir novos procedimentos relacionados ao problema do déficit da Previdência Social, em particular, dos gastos com auxílio-saúde.

O gasto médio, até 2001, era de R\$2,5 bilhões e hoje chega a mais de R\$10 bilhões. Houve um crescimento exponencial pela forma e pelos procedimentos como a Previdência passou a atuar em relação a essa matéria. A falta de médicos peritos, a terceirização do parecer médico geraram uma deformação muito grande no sistema, que não consegue absorver esses gastos, o que seguramente abriu espaço para fraudes que precisam ser revertidas.

Foi em função disso que o Governo promulgou essa Medida Provisória, que, no entanto, está com efeitos suspensivos com base em um **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal.

Estamos no mês de julho, evidentemente não há quórum pelo fato de as CPIs estarem trabalhando, e não há acordo com a Oposição para a aprovação dessa Medida Provisória. Como ela vence no dia 25 e, sofrendo qualquer alteração, teria de voltar para Câmara e não poderia ser aprovada em tempo hábil, acordamos, com os Srs. Líderes, um encaminhamento – que é o único que resta a esta Casa; não vejo outra solução – em que o Senado não acataria os pressupostos de urgência e relevância.

Deixando de aprová-los, poderíamos, em seguida, quanto ao mérito, transformar em projeto de lei a Medida Provisória, que é meritória e necessária e cuja discussão deve ser aprofundada, para que se faça o ajuste dos gastos abusivos que estão ocorrendo com o auxílio-saúde. Depois, abriríamos espaço para votar a outra Medida Provisória, que diz respeito a crédito para as Forças Armadas brasileiras.

Meu parecer, portanto, é essa proposta de encaminhamento que foi acordada com os Líderes da Casa, no sentido do não-atendimento dos pressupostos de urgência e relevância e da transformação da Medida Provisória em projeto de lei, cuja tramitação permitirá uma discussão mais detalhada da matéria, para que no futuro – tenho certeza – aprovemos essa Medida, que é necessária para diminuir o déficit previdenciário do País.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2005 (Medida Provisória nº 242, de 24 de Março de 2005)

O PLV nº 15 de 2005, estabelece condições para implementar medidas de racionalização na concessão de benefícios, combater fraudes e irregularidades contra a Previdência Social e equalizar regras que requerem base legal, de modo a aumentar a inclusão de cidadãos à condição de segurado da Previdência Social.

I – Relatório

A Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, modificada pelo Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2005, tem por objetivo assegurar base legal para melhor combater as fraudes e irregularidades que, se não forem contidas, colocam em risco o equilíbrio do sistema e as garantias dos direitos previdenciários das futuras gerações.

Outro objetivo relevante da Medida Provisória em tela é enfrentar o fato de que milhões de trabalhadores não têm direito à cobertura da Previdência Social. A Medida Provisória cria regras que facilitam o ingresso do trabalhador autônomo ao sistema da Previdência Social por meio da opção da redução da alíquota sobre o salário-de-contribuição de 20% para 11%, para o segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria e para o segurado facultativo.

Os principais elementos integrantes do PLV 15 de 2005 são listados a seguir:

“Art. 1º Cria a opção da alíquota de 11% sobre o valor correspondente ao limite míni-

mo mensal do salário-de-contribuição para o contribuinte individual que trabalhe por conta própria. Neste caso, prevê que para a obtenção de aposentadoria por tempo de serviço o segurado deverá complementar a contribuição mediante o recolhimento de mais 9%.

Estabelece para os Cartórios de Registro Civil a necessidade de comunicação na época própria referente a óbitos de segurados, aplicando a penalidade por óbito não informado ou informado com inexatidão. Institui que o Cartório de Registro Civil responde, subsidiariamente, com o beneficiário pelo ressarcimento de benefícios pagos indevidamente em razão da falta ou inexatidão de comunicação de óbito.

Art. 2º Institui que cabe à empresa enviar à Previdência Social, até o dia da contratação, os dados de identificação do trabalhador, a respectiva norma para este procedimento e institui multa se houver ocorrência de acidente de qualquer natureza com o empregado cuja contratação não tenha sido informada à Previdência Social.

Estabelece que a renda mensal do auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição.

Impede que o beneficiário condenado por crime que resulte na morte do segurado tenha direito à pensão.

Assegura à Previdência Social meios de recuperar recursos originados de atos comprovadamente fraudulentos, mesmo depois do prazo decadencial de 10 anos.

Art. 3º Obriga o INSS a revisar, de ofício, os benefícios concedidos e os pedidos indeferidos de acordo com a Medida Provisória nº 242 de 24 de março de 2005, de modo a ajustá-los ao disposto na forma deste PLV.”

II – Análise

Desde o ano de 2001 a concessão do Auxílio-Doença praticamente dobrou, sem qualquer relação com os indicadores demográficos e de saúde do País, e os valores quase quadruplicaram, passando de 2,5 bilhões de reais para mais de 9 bilhões de reais.

O aumento referente ao auxílio-doença, tanto na quantidade de benefícios concedidos quanto no valor dos mesmos, e uma distorção não correlacionada com o aumento demográfico ou com as condições de saúde do povo brasileiro.

É importante notar que este aumento explosivo se deu a partir de 2001, quando os peritos do INSS não tiveram mais como atribuição fazer a homologação dos laudos médicos emitidos pelos médicos credenciados.

Neste sentido, foi oportuna a edição da Lei nº 10.876 de 2004, pelo Congresso Nacional, que criou a carreira de perito médico da previdência social, bem como a portaria do Ministério da Previdência Social, de 16-6-2005, dando posse aos novos concursados. Este é um caminho importante que está sendo trilhado.

Mas, há brechas no texto legal que precisam ser sanadas para impedir a percepção do benefício fora do propósito legalmente estabelecido.

A concepção do auxílio-doença é a de um direito para o atual momento da vida do trabalhador. Não é um benefício perene. É justo que os diversos tipos de aposentadoria e pensões sejam regidos pela história contributiva do trabalhador e que o auxílio-doença guarde relação com a realidade atual do trabalhador.

Por outro lado, é amplamente reconhecido o grave problema social representado pelos cerca de 18 milhões de brasileiros que trabalham na informalidade sem contribuir para a Previdência Social. O mérito da redução da alíquota do contribuinte individual para 11% é inquestionável.

A Exposição de Motivos nº 7/2005 justifica o uso da Medida Provisória para que, prontamente, sejam asseguradas à Previdência Social condições para implementar medidas de racionalização na concessão de benefícios e para combater as fraudes e irregularidades.

Em que pese o seu evidente mérito, os pressupostos de urgência e relevância da Medida Provisória nº 242, foram questionados pelo Supremo Tribunal Federal, na concessão de Medida Cautelar às ações diretas de inconstitucionalidade, suspendendo os seus efeitos. Em consequência, para evitar eventuais novos questionamentos na Justiça, propõe-se rejeitar o PLV nº 15, dela originado.

No entanto, dado o mérito da matéria é necessário discuti-la com profundidade no âmbito do Congresso Nacional visando equacionar os problemas relacionados com racionalização na concessão de benefícios, o combate às fraudes e irregularidades contra a Previdência e a inclusão de cidadãos hoje fora do regime de Previdência Social.

III – Voto

Em vista do exposto, recomendamos a rejeição da Medida Provisória 242 por não atender os pressupostos de relevância e urgência. Nesta mesma oportunidade

submetemos à apreciação dos nobres pares o seguinte projeto de lei que preserva o mérito da matéria.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2005

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21.

§ 2º É de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ou para a concessão das prestações decorrentes de acordos internacionais deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei.” (NR)

“Art. 45.

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o § 1º deste artigo, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, limitados ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

..... “(NR)

“Art. 68.

§ 2º A falta de comunicação na época própria, bem como o envio de informações inexatas, sujeitará o titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais à penalidade prevista no art. 92 desta Lei, aplicada por óbito não informado ou informado com inexatidão.

§ 5º O titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais responderá, subsidiariamente, com o beneficiário, perante o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo ressarcimento dos benefícios pagos indevidamente em razão da falta ou inexatidão de comunicação do óbito do segurado, especialmente quanto ao ressarcimento dos valores pagos.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 92.

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

..... ” (NR)

“Art. 18.

§ 3º O segurado contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuem na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.” (NR)

“Art. 23-A. Caberá à empresa enviar a Previdência Social, até o dia da contratação, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social, o nome completo do trabalhador que pretende contratar como empregado, além de 1 (um) dos seguintes elementos a ele correspondentes:

I – o Número de Inscrição do Trabalhador – NIT;

II – o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

III – o número da identidade e do respectivo órgão emissor;

IV – o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

V – a data de nascimento e o nome da mãe.

§ 1º Ocorrendo acidente de qualquer natureza ou causa com empregado cuja contratação não tenha sido informada à Previdência Social na forma do **caput** deste artigo ou que não conste de documento de apresentação obrigatória entregue ao órgão competente, na forma do § 2º deste artigo, fica a empresa sujeita ao pagamento de multa equivalente a até 48 (quarenta e oito) vezes a remuneração mensal do empregado correspondente ao mês do acidente, limitada ao limite máximo do salário-de-contribuição, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º A multa de que trata o § 1º deste artigo será aplicada da seguinte forma:

I – até 12 (doze) vezes a remuneração mensal, no 1º (primeiro) anos de vigência deste artigo;

II – até 24 (vinte quatro) vezes, no 2º (segundo) ano;

III – até 36 (trinta e seis) vezes, no 3º (terceiro) ano; e

IV – até 48 (quarenta e oito) vezes, a partir do 4º (quarto) ano.

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica ao acidente que ocorrer em data posterior à da efetiva entrega, por parte da empresa, da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP ou do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em que o nome do trabalhador acidentado esteja consignado como empregado.

§ 4º A informação de que trata o **caput** deste artigo deverá ser enviada por meio eletrônico e, excepcionalmente, por outra forma disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 5º O disposto neste artigo não prejudica a aplicação do art. 120 desta lei.”

“Art. 26. Não se aplica o disposto no inciso II ao segurado que optar por contribuir na forma do § 2º art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, aplicando-se, na hipótese, a carência prevista no inciso I do art. 25.”

“Art. 29.

§ 10. A renda mensal do auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes.” (NR)

“Art. 55.

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta Subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do citado artigo.”(NR)

“Art. 74.

Parágrafo único. Não fará jus à pensão o beneficiário condenado, com trânsito em julgado, por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.” (NR)

“Art. 103-A. O direito de a Previdência Social anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, exceto nos casos de fraude ou comprovada má-fé do beneficiário, hipóteses em que o referido prazo será contado a partir do conhecimento do fato pela Previdência Social.

§ 2º Qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato considera-se exercício do direito de anular e suspende, de imediato, o decurso do prazo decadencial.

§ 3º A partir da impugnação da validade do ato administrativo, a Previdência Social terá o prazo de 3 (três) anos para decidir sobre sua manutenção ou revisão.

§ 4º A percepção cumulativa de benefícios vedada por lei acarretará a penalização do beneficiário, na forma da lei.” (NR)

Art. 3º O Instituto Nacional do Seguro Social fica obrigado a revisar, de ofício, os benefícios concedidos e os pedidos indeferidos de acordo com a Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, de modo a ajustá-los ao disposto nesta lei.

Art. 4º O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, passa a vigorar como § 1º.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao art. 23-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. — **Aloizio Mercadante**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Aloizio Mercadante é pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. O parecer preliminar do Relator Deputado Henrique Fontana é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e o do Relator revisor Aloizio Mercadante, pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, nos termos da Resolução nº 1, art. 8º, de 2002, do Congresso Nacional.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência. O parecer do Relator revisor é pelo não-atendimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator revisor.

A medida provisória vai, portanto, ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos passar à apreciação do Item 2 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda sobre o item anterior, entendo que o PSDB deve prestar uma satisfação à opinião pública, à Nação brasileira, porque se viu, neste momento, uma vitória clara de teses defendidas e esposadas pela Oposição nesta Casa.

O Projeto de Lei vai ser debatido com toda a urgência que a prudência permita, e nós, do PSDB, que fomos ao Supremo Tribunal Federal e obtivemos uma vitória parcial, sentimo-nos, portanto, recompensados duplamente, primeiro porque não queremos impedir a tramitação da matéria – e, portanto, não jogamos para zerar o jogo – e, segundo, porque foi vitoriosa a tese que preconiza que aquilo que não seja urgente e relevante, ao mesmo tempo, vire projeto de lei para passar por um debate, por uma maturação de peso na Casa.

Portanto, concordamos com a decisão a que chegou o Líder do Governo, Senador Mercadante, e mantemos claramente a posição do PSDB, que era, desde

o início, a de estudar a fundo a matéria, desde o início tendo denunciado o PSDB que não via como sendo ela motivo para edição de medida provisória por não ser urgente e relevante ao mesmo tempo, conclusão a que chegou, antes tarde do que nunca, o Governo – e a ela chegou sabiamente, e é bom que reconheçamos isso. O Governo chegou a uma tese que já era esposada pela Oposição há mais tempo.

Portanto, Sr. Presidente, nada a acrescentar a não ser o fato de que o Brasil começa a demonstrar claramente ao Governo que também é findo o tempo da edição indiscriminada e abusiva de medidas provisórias, atravancando a pauta do Congresso Nacional e impedindo a análise em profundidade de assuntos que precisam ser maturados para renderem bons frutos à sociedade e à economia brasileiras.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Jorge, Líder da Minoria no Senado Federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra apenas para dizer que também concordamos com essa questão da Medida Provisória nº 242, com a rejeição, mesmo porque o nosso Partido, o PFL, em reunião da Executiva Nacional do Partido, fechou questão quanto a essa Medida Provisória.

Desde que essa Medida Provisória tramitou na Câmara dos Deputados, fomos contrários. Ela foi aprovada, apesar do nosso voto contrário. Agora, chega ao Senado Federal, e, como já éramos contrários desde aquela época, mantivemos a nossa posição. Agora, estamos de acordo com que ela seja rejeitada e tramine como projeto de lei, quando, então, teremos tempo de discuti-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha posição é a mesma do Senador José Jorge, ou seja, o PFL, o tempo todo, foi contrário a essa Medida Provisória. Ela não tem razão de ser, e achamos que ela devia tramitar mesmo como projeto de lei. Daí por que votaremos pela sua rejeição e pela sua tramitação como projeto de lei, como deveria ter acontecido desde o início.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, que responde pela Liderança do PFL, nesta oportunidade.

Senador Aloizio Mercadante, de acordo com o art. 314, inciso XI, do Regimento Interno, V. Ex^a tem o prazo de dois dias para apresentar à Mesa o Projeto de Lei conseqüente da decisão do Senado Federal.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que eu preferia apoiar e aprovar a Medida Provisória. Isso não é possível politicamente, mesmo com essa decisão do Supremo, que prejudica o entendimento do Senado.

Mas o que estamos fazendo aqui, pela segunda vez, deve ser o caminho mais importante de mudança no processo de tramitação das medidas provisória. Essa foi uma sugestão que V. Ex^a e o Presidente do Supremo, Nelson Jobim, fizeram. Considero que isso distenciona a relação entre Executivo e Legislativo, porque, se simplesmente não aprovamos uma medida provisória, não podemos legislar sobre a matéria.

Dessa forma, quando não considerarmos a urgência e a relevância, podemos permitir a tramitação na forma de um projeto de lei, com um debate mais aprofundado, mais detalhado.

Parabenizo, portanto, esse procedimento, esperando que, no mérito, possamos construir uma solução para um tema que é indispensável à situação da previdência social do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a. Fazendo exatamente o que estamos fazendo aqui, entre outras coisas, estamos também principalmente respeitando a decisão da Câmara dos Deputados.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou apresentando já, em tempo hábil, o Projeto de Lei, para que possa tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Parabéns! Agradeço muito a V. Ex^a.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2005

Altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21.

§ 2º É de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

§ 3º O segurado que tenha contribuído na forma do § 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ou para a concessão das prestações decorrentes de acordos internacionais deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei.”(NR)

“Art. 45.

§ 2º Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o § 1º deste artigo, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.

§ 4º Sobre os valores apurados na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, limitados ao percentual máximo de 500/o (cinquenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

..... “(NR)

“Art. 68.

§ 2º A falta de comunicação na época própria, bem como o envio de informações inexatas, sujeitará o titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais à penalidade prevista no art. 92 desta Lei, aplicada por óbito não informado ou informado com inexatidão.

§ 5º O titular de Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais responderá, subsidiária-

mente, com o beneficiário, perante o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo ressarcimento dos benefícios pagos indevidamente em razão da falta ou inexactidão de comunicação do óbito do segurado, especialmente quanto ao ressarcimento dos valores pagos.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social – RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

..... “(NR)

“Art. 18.

§ 3º O segurado contribuinte individual que trabalha por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuem na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição.”(NR)

“Art. 23-A. Caberá à empresa enviar à Previdência Social, até o dia da contratação, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social, o nome completo do trabalhador que pretende contratar como empregado, além de 1 (um) dos seguintes elementos a ele correspondentes:

I – o Número de Inscrição do Trabalhador – NIT;

II – o número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

III – o número da identidade e do respectivo órgão emissor;

IV – o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF;

V – a data de nascimento e o nome da mãe.

§ 1º Ocorrendo acidente de qualquer natureza ou causa com empregado cuja contratação não tenha sido informada à Previdência Social na forma do **caput** deste artigo ou que não conste de documento de apresentação obrigatória entregue ao órgão competente, na forma do § 2º deste artigo, fica a empresa

sujeita ao pagamento de multa equivalente a até 48 (quarenta e oito) vezes a remuneração mensal do empregado correspondente ao mês do acidente, limitada ao limite máximo do salário-de-contribuição, na forma a ser disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 2º A multa de que trata o § 1º deste artigo será aplicada da seguinte forma:

I – até 12 (doze) vezes a remuneração mensal, no 1º (primeiro) ano de vigência deste artigo;

II – até 24 (vinte quatro) vezes, no 2º (segundo) ano;

III – até 36 (trinta e seis) vezes, no 3º (terceiro) ano; e

IV – até 48 (quarenta e oito) vezes, a partir do 4º (quarto) ano.

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica ao acidente que ocorrer em data posterior à da efetiva entrega, por parte da empresa, da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP ou do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em que o nome do trabalhador acidentado esteja consignado como empregado.

§ 4º A informação de que trata o **caput** deste artigo deverá ser enviada por meio eletrônico e, excepcionalmente, por outra forma disciplinada pelo Ministério da Previdência Social.

§ 5º O disposto neste artigo não prejudica a aplicação do art. 120 desta Lei.”

“Art. 26. Não se aplica o disposto no inciso II ao segurado que optar por contribuir na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 1991, aplicando-se, na hipótese, a carência prevista no inciso I do art. 25”.

“Art. 29

§ 10. A renda mensal do auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o número de 12 (doze), a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes.”(NR)

“Art. 55

§ 4º Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do

benefício de que trata esta Subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do § 3º do citado artigo.”(NR)

“Art. 74

Parágrafo único. Não fará jus à pensão o beneficiário condenado, com trânsito em julgado, por prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.”(NR)

“Art. 103-A. O direito de a Previdência Social anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em 10 (dez) anos, contados da data em que foram praticados, exceto nos casos de fraude ou comprovada má-fé do beneficiário, hipóteses em que o referido prazo será contado a partir do conhecimento do fato pela Previdência Social.

.....
§ 2º Qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato considera-se exercício do direito de anular e suspende, de imediato, o decurso do prazo decadencial.

§ 3º A partir da impugnação da validade do ato administrativo, a Previdência Social terá o prazo de 3 (três) anos para decidir sobre sua manutenção ou revisão.

§ 4º A percepção cumulativa de benefícios vedada por lei acarretará a penalização do beneficiário, na forma da lei.”(NR)

Art. 3º O Instituto Nacional do Seguro Social fica obrigado a revisar, de ofício, os benefícios concedidos e os pedidos indeferidos de acordo com a Medida Provisória nº 242, de 24 de março de 2005, de modo a ajustá-los ao disposto nesta lei.

Art. 4º O parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, passa a vigorar como § 1º.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao art. 23-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Justificação

Desde o ano de 2001 a concessão do Auxílio-Doença praticamente dobrou, sem qualquer relação com os indicadores demográficos e de saúde do País, e os valores quase quadruplicaram, passando de 2,5 bilhões de reais para mais de 9 bilhões de reais.

O aumento referente ao auxílio-doença, tanto na quantidade de benefícios concedidos quanto no valor dos mesmos, é uma distorção não correlacionada com o aumento demográfico ou com as condições de saúde do povo brasileiro.

É importante notar que este aumento explosivo se deu a partir de 2001, quando os peritos do INSS não tiveram mais como atribuição fazer a homologação dos laudos médicos emitidos pelos médicos credenciados.

Neste sentido, foi oportuna a edição da Lei nº 10.876 de 2004, pelo Congresso Nacional, que criou a carreira de perito médico da previdência social, bem como a portaria do Ministério da Previdência Social, de 16-6-2005, dando posse aos novos concursados. Este é um caminho importante que está sendo trilhado.

Mas, há brechas no texto legal que precisam ser sanadas para impedir a percepção do benefício fora do propósito legalmente estabelecido.

A concepção do auxílio-doença é a de um direito para o atual momento da vida do trabalhador. Não é um benefício perene. É justo que os diversos tipos de aposentadoria e pensões sejam regidos pela história contributiva do trabalhador e que o auxílio-doença guarde relação com a realidade atual do trabalhador.

Por outro lado, é amplamente reconhecido o grave problema social representado pelos cerca de 18 milhões de brasileiros que trabalham na informalidade sem contribuir para a Previdência Social. Para promover a incorporação desse contingente ao sistema de previdência, propõe-se a redução da alíquota do contribuinte individual para 11%.

Justifica-se a presente proposição em face da necessidade de que, prontamente, sejam asseguradas à Previdência Social condições para implementar as medidas de racionalização na concessão de benefícios e combater as fraudes e irregularidades apontadas, mas também para permitir que se possa assegurar a quem de direito a garantia do acesso aos benefícios, por meio da equalização de regras e procedimentos que requerem base legal.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 244, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14 de julho, quando deixou de ser apreciada, em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do Item 1 da pauta.

A medida provisória foi apresentada uma emenda perante a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado João Leão (PL – BA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e pela rejeição da emenda.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 11 de abril, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 15 de junho;
- a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 20 de maio, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por mais sessenta dias pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 20, de 2005, e se esgotará no dia 2 de setembro.
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 12 de julho.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antecipadamente, quero cumprimentar o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Relator, concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Senador Aloizio Mercadante, que, a par do brilhantismo com que exercita a Liderança e participa das articulações políticas, demonstra hoje uma produtividade como Relator que é de se chamar a atenção. Portanto, é super-Relator. Enfim, parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante, para proferir parecer sobre a matéria.

PARECER Nº 1.314, DE 2005 – PLEN

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço os comentários, mas, lamentavelmente, como Líder do Governo, é só o osso que relatamos. O filé *mignon*, sempre faço questão de distribuir aos parceiros, inclusive para os Senadores da Oposição, para que possam colocar em seus currículos uma contribuição inestimável à vida parlamentar.

Essa não é propriamente uma contribuição inestimável, mas é uma contribuição indispensável e inadiável às Forças Armadas do País.

Passo, então, à análise da Medida Provisória.

A Constituição Federal, em seu art. 62, §1º, alínea “d”, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167, §3º, que somente permite a abertura de crédito extraordinário para “atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Relativamente à imprevisibilidade, embora considerando que os conflitos no Estado do Pará já vêm ocorrendo desde longa data, há que se considerar que, de fato, eles foram muito intensificados no início do corrente ano, passando a ter forte repercussão nacional e internacional, especialmente após o assassinato de lideranças localmente atuantes. Por isso, pode-se concluir que as ações em realização pelo Comando do Exército na região conflituosa do Estado do Pará conformam-se ao caráter de imprevisibilidade e urgência requerido pela Constituição para a abertura de crédito extraordinário.

No que se refere à relevância e ao mérito, também há que se concluir que as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Comando do Exército na região, desde 16 de fevereiro de 2005, no contexto da denominada Operação Pacajá, com o objetivo precípuo de garantir a lei e a ordem, revestem-se de grande relevância e mérito.

A participação efetiva do Exército Brasileiro, em segurança e logística, compreendendo a realização de diversas operações conjuntas com outras instituições governamentais, tem criado as condições necessárias para que esses órgãos executem as suas tarefas de forma regular.

Além disso, há que se ressaltar a ação Cívico-Social que o Exército Brasileiro também está desenvolvendo em diversos municípios da região conflituosa, abrangendo o atendimento médico-farmacêutico-odontológico à população carente, que já ultrapassou a marca de 50 mil atendimentos médicos, entre consultas, tratamentos odontológicos e exames laboratoriais.

Por tudo isso, parece não restar dúvida de que a presença do Exército Brasileiro na região tem suprido uma crônica ausência do Estado, respondendo, pelo menos em caráter emergencial e temporário, às demandas da sociedade local em termos de proteção dos cidadãos e de seu patrimônio e na garantia da lei e da ordem.

Diante do exposto, pode-se concluir que a Medida Provisória em exame atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, imprevisibilidade das despesas, assim como pelo mérito das ações por ela custeadas. Da mesma forma, considera-se que ela atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Considera-se, por último, que a Emenda nº 00001 deve ser rejeitada, por não se conformar às normas vigentes.

Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 244, de 2005, nos termos da proposta original do Poder Executivo e pela rejeição da Emenda nº 1.

Está feito o parecer.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2005

Do Plenário do Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 244, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de 20.327.000.00, para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Histórico

Com base no art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 28, de 2005-CN (184, de 2005, na origem), submete

ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 244, de 4 de abril de 2005, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 20.327.000,00, para os fins que especifica”.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 72/2005-MP, a aprovação da Medida Provisória – MP “possibilitará o apoio às ações das Polícias Federal e Militar e Civil do Estado do Pará nas atividades de logística, segurança, inteligência e nas operações de busca e apreensão, envolvendo 40 organizações militares do Exército, bem como atender aos gastos com o deslocamento das tropas e materiais pela Aeronáutica, em razão das características da região envolvida, que não permite outro tipo de transporte, de forma a assegurar a ordem e o equilíbrio social nas áreas de conflito”.

Esclarece, ainda, a EM 72/2005-MP que a urgência e relevância da Medida justificam-se pela imprevisibilidade dos fatos que originaram a necessidade de abertura do crédito extraordinário em exame, consistente na exacerbação de ilícitos (assassinatos, grilagem de terras públicas, venda ilegal de madeira, tráfico de drogas etc.), que estão a exigir ação tempestiva e firme do governo central no sentido de restabelecer a lei e a ordem na região de conflitos naquele Estado.

Informa, por último, que o crédito extraordinário de que trata a MP em exame será atendido, integralmente, com recursos provenientes de anulação parcial da Reserva de Contingência, e está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

Afirma, por último, que a abertura do crédito extraordinário está amparada nas disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e será viabilizada por meio da anulação das dotações das seguintes ações:

No prazo regimental foi apresentada a Emenda nº 1 à Medida Provisória em exame, de autoria do Deputado Anivaldo Vale.

É o relatório.

I – Análise da Medida Provisória

A Constituição Federal, em seu art. 62, § 1º, alínea d, veda a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas aos planos plurianuais, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos e aos créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º, que somente permite a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Relativamente à imprevisibilidade, embora considerando que os conflitos no listado do Pará já vêm ocorrendo desde longa data, há que se considerar que,

de fato, eles foram muito intensificados no início do corrente ano, passando a ter forte repercussão nacional e internacional, especialmente após o assassinato de lideranças localmente atuantes. Por isso, pode-se concluir que as ações em realização pelo Comando do Exército na região conflituosa do Estado do Pará conformam-se ao caráter de imprevisibilidade e urgência requerido pela Constituição para a abertura de crédito extraordinário.

No que se refere à relevância e ao mérito, também há que se concluir que as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Comando do Exército na região, desde 16 de fevereiro de 2005, no contexto da denominada de Operação Pacajá, com o objetivo precípua de garantir a lei e a ordem, revestem-se de grande relevância e mérito.

A participação efetiva do Exército Brasileiro, em segurança e logística, compreendendo a realização de diversas operações conjuntas com outras instituições governamentais, tem criado as condições necessárias para que esses órgãos executem as suas tarefas de forma regular.

Além disso, há que se ressaltar a ação Cívico-Social que o Exército Brasileiro também está desenvolvendo em diversos municípios da região conflituosa, abrangendo o atendimento médico-farmacêutico-odontológico à população carente, que já ultrapassou a marca de 50.000 atendimentos médicos, entre consultas, tratamentos odontológicos e exames laboratoriais.

Por tudo isso, parece não restar dúvida que a presença do Exército Brasileiro na região tem suprido uma crônica ausência do Estado, respondendo, pelo menos em caráter emergencial e temporário, às demandas da sociedade local em termos de proteção dos cidadãos e de seu patrimônio e na garantia da lei e da ordem.

Diante do exposto, se pode concluir que a Medida Provisória em exame atende aos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas, assim como pelo mérito das ações por ela custeadas. Da mesma forma, considera-se que ela atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Considera-se, por último, que a Emenda nº 00001 deve ser rejeitada, por não se conformar às normas vigentes.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 244, de 2005, nos termos da proposta original do Poder Executivo e pela rejeição da Emenda nº 1.

Sala das Sessões, 20 de julho de 2005. – **Aloizio Mercadante.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O parecer do Senador Aloizio Mercadante é favorável; portanto, é pela aprovação da matéria.

Os pareceres preliminares do Relator, Deputado João Leão, e do Relator revisor, Senador Aloizio Mercadante, são pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002.

Em votação os pressupostos de urgência, relevância e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Em discussão a medida provisória e a emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a medida provisória, sem prejuízo da emenda.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a Emenda nº 1, de parecer contrário, da Comissão Mista.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 244, DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$20.327.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$20.327.000,00, (vinte milhões, trezentos e vinte e sete mil reais) para atender à programação constante do Anexo 1 desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U E	F I Z E	VALOR
1032 ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS								20.327.000
		ATIVIDADES						
05 182	8032 86BN	APOIO DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIAO DE CONFLITO NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						20.327.000
05 182	8032 86BN 0001	APOIO DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIAO DE CONFLITO NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL						20.327.000
			F 3	2	90	0	100	17.327.000
			F 4	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL								20.327.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								20.327.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S I M P L E	G R P O	R M O	I U	F T E	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA								20.327.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA						20.327.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL						20.327.000
TOTAL - FISCAL								20.327.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								20.327.000

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não chegou à Presidência informação sobre acordo de lideranças para a apreciação dos Itens 3 a 5.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 3 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 247, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de quinhentos e oitenta e seis milhões, onze mil e setecentos reais.*

Relator revisor:

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 248, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 248, de 2005, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.*

Relator revisor:

– 5 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 250, de 2005

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 250, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de trinta milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de encerrar a presente sessão, vou conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, vamos encerrar esta sessão para dar continuidade à sessão do Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, antes que o nosso orador comece a falar,

apenas para tirar uma dúvida. Fiz minha inscrição para uma comunicação inadiável, e a minha pergunta é: se a sessão está encerrada, aí nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É porque o tempo da sessão acabou. O Senador Arthur Virgílio acabou de pedir a palavra como Líder, e não tínhamos como não conceder a palavra a S. Ex^a. Fizemos, aliás, a advertência de que, tão logo concedêssemos a palavra ao Senador Arthur Virgílio, encerraríamos a sessão para retomarmos a sessão do Congresso Nacional, conforme o acordo de Líderes que acabamos de realizar.

Na sessão do Congresso Nacional, concederei, com muito prazer, a palavra a V. Ex^a e ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSOPRONUNCIADOPELOSR.
SENADORARTHURVIRGÍLIONASESSÃO
DO DIA 20 DE JULHO DE 2005, QUE, RE-
TIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Convoco sessão conjunta a realizar-se às 19 horas, reabertura da sessão do Congresso Nacional, neste plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Jefferson Péres, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan e Reginaldo Duarte, a Sr^a Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com muita satisfação que recebemos, no final de abril, a notícia de que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, autorizou a confecção de um novo modelo de título eleitoral.

Por um tempo, ganhou força a idéia de que os novos títulos conteriam um **chip** capaz de armazenar todas as informações do eleitor, o que foi descartado

devido ao elevadíssimo custo que a implantação dessa tecnologia acabaria acarretando aos cofres públicos.

De qualquer maneira, o novo título de eleitor valerá como carteira de identidade e, pela quantidade de informações nele contida – tais como retrato, impressão digital eletrônica, registro geral, CPF e tipo sanguíneo –, será o documento de identificação mais completo do País.

É válido ressaltar que a modernização do título eleitoral é uma bandeira defendida desde a posse do Ministro Carlos Velloso como Presidente do TSE. Essa tem sido, também, uma preocupação nossa, o que acabou motivando a proposição do Projeto de Lei do Senado nº 71/2004, que não só defende a modernização do documento eleitoral, mas também sustenta a necessidade – e a oportunidade – de efetuarmos um recadastramento geral de eleitores, minimizando ao máximo a possibilidade de fraudes.

Tudo indica que o recadastramento será feito simultaneamente ao plebiscito sobre a venda de armas. A expectativa do Tribunal é de que, até 2008, todos os mais de 120 milhões de eleitores já estejam com o novo título.

Devo confessar a V. Ex^{as} que fiquei muito contente ao perceber que as iniciativas do TSE têm convergido, em larga medida, com os objetivos que me motivaram a apresentar o PLS nº 71/2004.

É inevitável reconhecer os avanços que temos vivenciado no âmbito do armazenamento de dados e da apuração da vontade do eleitor por meio do voto. Quando lembramos da confusão advinda das eleições presidenciais do ano de 2000 nos Estados Unidos e fazemos o cotejo com as eleições de 2004 no Brasil, que terminou sem um pedido sequer de impugnação de resultados, é claro que sentimos orgulho do êxito brasileiro.

A urna eletrônica, no Brasil, provou ser um sucesso inequívoco, ao unir praticidade e confiabilidade em um sistema que, além do mais, permite a apuração de resultados com celeridade, impensável há alguns anos.

Não é à toa que os técnicos do TSE foram instados a prestar consultoria em vários países, mostrando as vantagens e a segurança da tecnologia de apuração eletrônica de votos desenvolvida no Brasil.

Nesse contexto, entendo que um recadastramento geral de eleitores coroaria os enormes avanços obtidos por nossa já consolidada democracia. A emissão de um novo documento, sustentada sobre banco de dados plenamente confiável, expurgaria de vez bizarrices tais como a substituição e a ressurreição de eleitores.

Ora, Sr. Presidente, se nos lembrarmos de que as eleições – e o voto – simbolizam o elemento legitimador do processo democrático, os custos envolvidos na emissão de um novo documento eleitoral e no recadastramento de eleitores se diluem na certeza da lisura dos procedimentos eleitorais. Por outras palavras, atualizarmos o banco de dados da Justiça Eleitoral bra-

sileira significa continuarmos os avanços na esteira da modernização que a urna eletrônica nos trouxe.

Até porque, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dinamismo das novas tecnologias é inexorável e não nos permite descansar em berço esplêndido. Para V. Ex^{as} terem uma idéia do que já está sendo testado por aí, alguns estados federados dos Estados Unidos, bem como a Inglaterra e a Holanda, já implementaram experiências-piloto no sentido de viabilizar o voto pela Internet! Por meio de certificação digital, já é factível falar em atualizações de dados, efetuadas em tempo real, nos sítios de tribunais eleitorais de alguns países europeus, feitas pelo próprio eleitor!

É claro que o voto pela Internet, por exemplo, ainda está envolto numa densa bruma de polêmicas. Porém, avanços de tal natureza não tardarão muito a chegar por aqui, e logo serão objeto de debate entre nós também.

Para que possamos dar os próximos passos, porém, é mister podermos contar com um banco de dados que reflita, de modo impecável, a realidade do eleitorado brasileiro.

Felizmente, é nesse sentido que se encaminha o TSE. E são essas as razões a justificar o recadastramento dos eleitores e a emissão de um novo modelo de título eleitoral.

Quando olhamos para o lado e verificamos que alguns países vizinhos ainda lutam para manter a realidade democrática, é com orgulho que percebemos que, no Brasil, nossas preocupações giram em torno do aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos democráticos.

É nesse tom que parablenho os frutíferos esforços do Tribunal Superior Eleitoral, na pessoa de seu Presidente, o Ministro Carlos Velloso!

Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Tudo isso parece um pesadelo” – gemeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no último dia 8, ao saber que o militante petista José Adalberto Vieira da Silva, assessor do Deputado Estadual cearense José Nobre Guimarães – irmão do até então Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno –, havia sido preso no aeroporto de Congonhas com R\$200 mil em dinheiro vivo na mala e US\$100 mil escondidos na cueca.

Para Lula, o “pesadelo” começou cerca de dois meses antes, quando o ex-Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, Deputado Roberto Jefferson, denunciou o pagamento de generosas mesadas a Parlamentares da base governista em troca de votações favoráveis às propostas do Executivo. De lá para cá, novos indícios e evidências, surgidos diariamente, constroem uma série aparentemente sem fim de escândalos envolvendo autoridades do Governo, dirigentes petistas, aliados de outros partidos e empresários fornecedores de bens e serviços à administração federal.

Para o País, no entanto, esse pesadelo deita raízes em passado muito mais remoto. E aqui peço licença aos historiadores para cometer uma ousadia metodológica e usar as confissões do prócer petebista, que até agora tem fornecido uma linha segura de investigação à CPMI dos Correios, a fim de lançar um pouco de luz também naquelas espessas sombras da nossa história.

“Todo mundo sabe de onde vem o dinheiro” sentenciou Roberto Jefferson: vem de empresas estatais, como os Correios e as gigantes do setor elétrico, cujos conselhos e diretorias são loteados entre afilhados de políticos. Esses afilhados fraudam licitações, às vezes bilionárias, para favorecer parceiros na iniciativa privada, que retribuem a generosidade daqueles padrinhos com doações em dinheiro “lavado” em operações como aquelas de que está sendo acusado o empresário Marcos Valério de Souza, suposto pagador do “mensalão”.

Ora, Sr. Presidente, sofisticações tecnológicas e financeiras à parte, eis aí, em pleno funcionamento, o modelo do Estado patrimonialista, herança da colonização ibérica, implantado aqui e em outros países da América Latina pelas coroas portuguesa e espanhola e lucidamente dissecado por notáveis intelectuais como o falecido escritor mexicano Octávio Paz, no livro **O ogro filantrópico**, e o nosso compatriota, também de saudosa memória, Raymundo Faoro, na obra **Os donos do poder**.

O patrimonialismo, conceito originalmente cunhado por Max Weber, descreve a confusão entre público e privado, dada a inexistência de fronteira nítida a separar o patrimônio particular do rei – e dos “amigos do rei” – do patrimônio do Estado.

Com a evolução política do Brasil, sobretudo desde a proclamação da República, tais campos foram formalmente demarcados, mas, de fato, o Estado continuou a ser parasitado pelo estamento governante.

É assim que a coisa pública é tratada como **cosa nostra** nas velhas e novas repúblicas de sempre.

A rigor, a ascensão do PT ao vértice do Estado brasileiro não rompeu esse longo padrão histórico – o que se me afigura, a um tempo, espantoso e revoltante.

Revoltante porque, no último quarto de século, o PT, empunhando vigorosamente o estandarte da ética na política, vergastou todos os governos anteriores com sérias e abundantes acusações de desonestidade na manipulação do dinheiro público, até cristalizar-se no imaginário coletivo como o detentor do monopólio da moralidade. Agora, o partido que jurava ser feito de um barro diferente da lama usual da política brasileira, o partido isento de todos os pecados habituais de nossa vida pública, o único partido que estava moralmente proibido de delinquir ocupa o epicentro da pior crise política nacional desde 1992, quando Fernando Collor, para fugir ao impedimento iminente, renunciou ao mandato.

Espantoso porque as suspeitas e informações ora trazidas ao conhecimento público já permitem entrever um projeto de poder hegemônico de caráter realmente sistêmico, no qual os recursos financeiros e organizacionais do aparelho de Estado se achavam totalmente submetidos ao imperativo de perpetuação do PT no poder.

Parenteticamente, lembro que, há mais de um ano, quando o Presidente da República e seu Governo singravam o céu de brigadeiro de uma aprovação popular quase unânime, eu mesmo cheguei a divisar, em meus discursos parlamentares e artigos para a imprensa, que era na história de 70 anos de domínio ininterrupto do Partido Revolucionário Institucional (PRI) sobre a política mexicana – muito mais que no castrismo cubano ou no populismo chavizta venezuelano – que se escondia o modelo acalentado pela cúpula petista: perpetuar seu mando no Brasil, a cavaleiro da dupla estratégia de aparelhamento da administração pública, de um lado, e controle dos movimentos populares e organizações sindicais da sociedade civil, de outro.

Do aparelhamento, a evidência mais cabal foi o “grande salto para a frente” da receita partidária, graças aos descontos compulsórios sobre o salário da militância, boa parte da qual agora instalada em cargos públicos. Sem computar os descontos de Parlamentares, que são obrigados a deixar 30% do que recebem para o partido, o “dizimo” dos filiados em 2004, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, totalizou R\$3,32 milhões, em contraste com apenas R\$341 mil em 2002. Ora, descontada a inflação do período, isso equivale a um crescimento de 730%!

O que realmente explica esse espantoso crescimento é, como já disse, a invasão petista da máquina pública, quase sempre sem qualquer consideração pelos requisitos técnicos, profissionais e mesmo educacionais ao preenchimento dessas posições, unicamente com base na filiação dos seus ocupantes ao Partido dos Trabalhadores.

O saldo negativo do aparelhamento se traduz não apenas nos prejuízos sociais decorrentes da ineficácia gerencial da máquina pública e do esbanjamento do dinheiro do contribuinte, mas também em um flagrante e injusto favorecimento eleitoral.

Por isso, têm razão aqueles que afirmam não possuir o PT nenhum plano de governo, mas tão-somente um projeto de poder alicerçado no círculo vicioso de criação de cargos públicos, nomeação de petistas, drenagem de recursos públicos para o caixa partidário, campanhas eleitorais vitoriosas e novas nomeações – ao infinito...

Quanto a evidências do controle dos movimentos sociais em benefício desse projeto petista, creio que o exemplo mais eloquente seja o inchaço dos cofres do Movimento Sem-Terra com dinheiro público. De janeiro de 2003 a fevereiro deste ano, três organizações notoriamente ligadas ao MST receberam do Governo, no mínimo, R\$22 milhões. Oficialmente destinado a

atividades de assessoria técnico-educacional, o dinheiro é desviado para o financiamento de invasões. O Senador Alvaro Dias, Presidente da CPI que investiga irregularidades na aplicação de recursos públicos na reforma agrária, chama atenção para a clara correlação entre o aumento de repasses governamentais para as organizações comandadas pelo MST e a proliferação das invasões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao lado dessas nocivas inovações introduzidas pelo modo petista de governar, o Governo Lula, legitimado na promessa solene de mudar o País, de passar o Brasil a limpo, entre outras ardentes profissões de fé, acomodou-se rapidamente às mais vetustas mazelas do nosso sistema político, a saber: a eleição proporcional uninominal com lista aberta, responsável por um individualismo doentio das campanhas eleitorais para cargos proporcionais, onde se consomem montanhas de dólares; a convivência com a perpetuação do 'caixa dois', de onde se origina a parcela esmagadora do financiamento das campanhas; o orçamento autorizativo, pretexto de chantagens mútuas entre o Executivo e o Legislativo em torno da liberação de emendas de parlamentares; e o fomento do troca-troca partidário a fim de engordar a maioria governista no Congresso.

Para ser sincero, em face de tantos erros de "fabricação própria" – por omissão, ou omissão –, torna-se revoltante o cinismo do Governo e seus aliados quando tentam convencer a opinião pública de que estão sendo vítimas de um "golpe branco" da oposição, orquestrado por elites dispostas a interromper "no grito" uma inédita experiência de "poder popular" sob a égide impoluta de autêntico líder operário. Aí, já é o pesadelo transformado-se em puro delírio.

Aliás, vários desses delirantes da má-fé, para reforçar o colorido emocional de suas alucinações, recorrem às frases feitas da política brasileira acusando a nós, da oposição, de moralismo udenista. Julgam, com essa pirueta retórica, poder desviar a perplexidade, a desilusão, a indignação e as críticas que chovem sobre um PT prestes a se arrebentar no abismo da incoerência entre a rigorosa ética que sempre cobrou dos outros e a amoralidade com que se comporta no poder.

Moralista, minhas Sr^{as} e meus Srs. Senadores, é a atitude condenável e hipócrita daqueles que lutam para impor aos outros padrões de conduta que não ousam aplicar a si mesmos. Nesse sentido, o PT é moralista.

Moralismo não pode, por um segundo sequer, ser confundido com a defesa da ética na política. Ética na política se identifica com a igualdade de todos perante a lei e com a exigência de que a lei seja cumprida, doa a quem doer.

Moralismo é um capricho arbitrário de consumo privado. Ética é o mais precioso dos bens públicos.

Não podemos permitir que o PT e seu Governo, depois de enganar, iludir e decepcionar um País inteiro, ainda tentem subverter o significado da ética e as-

sim desmoralizá-la para sempre na política brasileira! Mesmo porque, conforme o ensinamento da milenar sabedoria chinesa, a crise ético-política que abala o País já está grávida de oportunidades para a sua própria superação.

Bem sei, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que, neste momento, a visão da maioria dos brasileiros é bem outra. Sentem indignação e desalento, descrem da classe política e até desesperam do futuro do Brasil. Percebo tudo isso nas manifestações que me chegam de todos os lugares e por todos os meios. São inúmeros os e-mails, cartas e telefonemas. Inúmeros, também, são os comentários que ouço, de viva voz, de conhecidos e desconhecidos que me abordam em aeroportos, lojas, supermercados, restaurantes e nas ruas.

Claro que eu também me sinto nauseado por esse lamaçal. Mesmo assim, insisto, não tenho uma visão pessimista da crise.

Na contracorrente das opiniões generalizadas, estou convicto de que o Brasil vai ficar bem melhor depois de cessada a turbulência que ora vivemos, qualquer que seja o desfecho político e jurídico das investigações em curso.

Da mesma forma que, no passado recente, a Constituinte de 1987/88 introduziu avanços, como a autonomia do Ministério Público e a exigência de concurso para as carreiras de Estado; ou que o escândalo dos precatórios partejou a lei de responsabilidade fiscal, também agora a exibição das vísceras pútridas do nosso sistema político vai impor mudanças institucionais profundas, por exigência de uma sociedade que amadureceu e não mais aceita conviver com essa nojeira.

Doravante, dificilmente a Justiça Eleitoral aceitará prestações de contas mentirosas de campanhas milionárias. Doravante, dificilmente partidos exigirão diretorias de estatais para fazer caixa. Doravante, dificilmente alguém terá coragem de propor pagar ou receber mensalões. Doravante, dificilmente as licitações deixarão de ser transparentes. Doravante, dificilmente sobreviverão dezenas de milhares de cargos de livre provimento na administração pública, para serem aparelhados por militantes partidários ou afilhados de políticos. Doravante, dificilmente se elegerão, para os cargos mais importantes, candidatos que não comprovem por suas ações práticas um firme compromisso com a ética.

Verdade é que esses avanços deverão ser secundados por medidas que fortaleçam as instituições encarregadas do combate à corrupção, tais como o aprofundamento da reforma do Judiciário, com modificações no Código de Processo Penal que eliminem o excesso de expedientes protelatórios à disposição de advogados bem pagos a serviço de criminosos de colarinho branco; e a reestruturação filosófica e organizacional do sistema de Segurança Pública nos estados. (Por sinal, faço ardentes votos de que o MP e a

PF colaborem com as investigações da CPI ostentando uma parcela, minúscula que seja, do brioso empenho exibido na recente invasão da Daslu, cuja presidente, pelo menos, foi capaz de criar cerca de 3 mil postos de trabalho, em agudo contraste com o fiasco do programa Primeiro Emprego, do Governo federal...)

Acima de tudo, é preciso ter sempre em mente as lições de dois sábios do iluminismo setecentista: o italiano Cesare Beccaria, para quem é a certeza da punição que inibe o malfeitor (aí incluídas a pena de prisão e a devolução do dinheiro roubado) e o francês Montesquieu, segundo o qual sem bons costumes não pode haver boas leis. Em outras palavras, seremos coniventes com toda essa corrupção se negligenciarmos o fato de que uma de suas principais causas reside na extrema tolerância com que nossa sociedade e nossa cultura encaram a roubalheira e a mentira. Afinal, o problema não é só do cidadão extremamente pobre e desassistido que troca seu voto por uma cesta básica, um par de sandálias de borracha, uma camiseta ou material de construção, é também da classe média e até mesmo dos ricos que procuram os políticos para pedir sinecuras e privilégios para si mesmos ou seus familiares. Claro está que a responsabilidade maior compete sempre àqueles homens e mulheres que aspiram ao papel de líderes políticos ou sociais, em qualquer esfera ou nível – uma responsabilidade fundada na força legitimadora do exemplo moral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar desses desafios e dificuldades, quero encerrar aqui reafirmando meu otimismo realista.

Essa crise é fecunda.

Essa crise nos possibilita transformar o lodo em adubo, que haverá de fertilizar o terreno para o renascimento de um novo Brasil.

Essa crise nos dá a oportunidade de acordar do pesadelo e retomar o sonho de um País muito melhor.

Muito obrigado!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A radiografia do mensalão”, publicada na revista **ISTOÉ**, em sua edição de 13 de julho do corrente.

Como a CPMI dos Correios virou um emaranhado de informações, ficou difícil, para quem não a acompanha diariamente, desvendá-la. Dessa maneira, faz-se mister, para que todos entendam, publicar o presente mapa, que traça o papel dos 64 atores que participam desta história, dando destaque para os três principais: Roberto Jefferson, José Dirceu e Marcos Valério.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto que trago a esta tribuna, Sr. Presidente, diz respeito ao comportamento das opo-

sições, o qual, desde que foi deflagrada a crise ética e moral sem precedentes que se abateu sobre a República, vem se pautando pela irrestrita observância da mais elevada e digna postura democrática. Em momento algum, qualquer integrante do Bloco da Minoria, seja na Câmara dos Deputados seja no Senado Federal, ocupou a tribuna do Parlamento para pregar a interrupção do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo contrário, a palavra de ordem da oposição tem sido “Fica, Lula”, um contra-ponto ao bordão “Fora, FHC”, tão entoado pelos integrantes do Partido dos Trabalhadores.

Recentemente, o instituto de pesquisa de opinião Ibope revelou que 42% dos cidadãos pesquisados acreditam que o Presidente Lula corre o risco de perder seu mandato. A inclusão desse questionamento específico no rol de perguntas do referido instituto indica que já está esboçada para a sociedade brasileira a possibilidade de que o Presidente da República não tenha condições de concluir o seu mandato, em face da avalanche de denúncias que cresce a cada semana.

Há sinais preocupantes de que a governabilidade pode ser afetada em razão do flagrante descontrole da máquina de Estado. No Palácio do Planalto, em que pese a presença profissional da ministra Dilma Rousseff à frente da Casa Civil e do núcleo ultra-ortodoxo (o FMI doméstico – Fundo Monetário Internacional) da Fazenda, e as honrosas atuações pontuais dos ministros Roberto Rodrigues e Luiz Furlan nas pastas da Agricultura e do Comércio Exterior, o que impera é a mais completa paralisia gerencial diante do clima de corrupção que se instalou no País.

Nesse contexto, para agravar os contornos da *débâcle* do brio e da decência governamentais, os depoimentos da semana, colhidos no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI – “dos Correios”, contribuíram de forma definitiva para configurar a moldura de um governo em ruína.

Os Srs. Silvio Pereira e Delúbio Soares, na seqüência patética encenada para sustentar a fantasiosa versão apresentada à nação para justificar os vultosos recursos movimentados nos porões da Executiva do Partido dos Trabalhadores e irrigados pelas conexões bilionárias do Sr. Marcos Valério, com a chancela de circuitos oficiais de inúmeras instâncias do Governo federal, insistem em desafiar as faculdades mentais do povo brasileiro.

O testemunho prestado pelo ex-secretário-geral e secretário de Finanças do Partido dos Trabalhadores à CPMI “dos Correios” é a prova cabal de que a farsa continua, bem como do enredo burlesco que a nação perplexa assiste.

A velocidade dos acontecimentos e a virulência das revelações que parecem advir de um poço sem fundo expõem as vísceras do derradeiro espectro da crise: ausência de condições objetivas de o Presidente Luís Inácio Lula da Silva concluir o seu mandato.

Se eu fosse instado a traçar um cenário da conjuntura política nos próximos noventa dias, centrado na figura do primeiro mandatário, não me restaria alternativa: recorreria a uma máxima do inefável Paulo Francis: "... só o imprevisível pode salvá-lo".

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O

SR.SENADORALVARODIASEMSEUPRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso

I e § 2º, do Regimento Interno.)



A atual crise é um entaranhado de informações indecifrável para quem não acompanha os capítulos diariamente. Para entender a história, que traz uma novidade a cada dia, é preciso conhecer dezenas de personagens, além, é claro, dos três principais: Roberto Jefferson, José Dirceu e Marcos Valério. E é a partir deles que o mapa a seguir traça o papel de 64 atores desta novela

Roberto Jefferson

Partido dos Trabalhadores

José Genoino – O presidente do PT negou as denúncias, inclusive a relação entre o partido e Marcos Valério. A afirmação caiu por terra com a revelação de um empréstimo feito pelo PT que teve Valério como avalista. Em outra acusação, Genoino teria oferecido R\$ 20 milhões ao PTB para as campanhas de 2004. Segundo Jefferson, foram entregues R\$ 4 milhões não declarados.

Silvio Pereira – Secretário-geral do PT, pediu afastamento em 4 de junho, um mês depois das primeiras denúncias. Era responsável pelas indicações de cargos do governo que negociava com os partidos da base aliada.

Delúbio Soares – O tesoureiro do PT é um dos principais envolvidos no escândalo. Tinha feito para Jefferson a proposta de pagar o mensalão aos deputados do PTB, além de arrolar, com o amigo Marcos Valério a entrada do dinheiro. Delúbio pediu afastamento do PT um dia depois de Silvio

Marcelo Sereno – Jefferson diz que o secretário de Comunicação do PT sabia do mensalão e esteve presente na reunião em que foram oferecidos R\$ 20 milhões ao PTB.

Luiz Gushiken

Globalprev – A frente da Secretaria de Comunicação, a Secom, Gushiken tem ligações com a Globalprev Consultores Associados, empresa que ganhou contratos com vários fundos de pensão a partir de janeiro de 2003. Em 2002, o ministro se desligou da Globalprev, que se chamava Gushiken & Associados e hoje pertence aos seus ex-sócios.



José Janene



Pedro Corrêa

Pedro Henry



Waldemar da Costa Neto



Sandro Mabel

Carlos Rodrigues



José Borba

son. citou os aliados do partido da esquerda governista que seriam beneficiários do mensalão. ISTOE revela que Janene possui patrimônio incompatível com seus vencimentos e, seu assessor, João Carlos Genu, que seria responsável pela distribuição do mensalão, está desaparecido desde a explosão do escândalo

"Eu afirmo que Vossa Excelência recebe os repasses", disse Jefferson ao presidente do PL, Waldemar da Costa Neto. Mabel também foi acusado pela deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) de oferecer R\$ 1 milhão de luvas e mesada de R\$ 30 mil para que ela ingressasse no PP. Já Carlos Rodrigues seria o "inventor do mensalão", segundo Jefferson. "Tudo começou com ele na Assembléia do Rio", disse. Todos negam

O nome do líder está na lista dos que foram à agência do Banco Rural em Brasília, onde, segundo Jefferson, eram sacadas quantias do mensalão. Borba negou ter recebido o dinheiro, mas disse que negociava cargos no governo com Marcos Valério (leia à pág. 38)

CORREIOS

Correios — A divulgação de um vídeo no qual o funcionário Maurício Marinho aparece recebendo uma propina de R\$ 3 mil é o estopim da crise. Na fita, ele diz que age em nome de Jefferson para engordar os cofres do PTB. A gravação foi feita a mando do empresário Arthur Washeck, com a ajuda de ex-agentes da Abin. Marinho é seu chefe, Antônio Osório, são afastados. Jefferson disse que os contratos mais gordos estão no departamento de tecnologia, cujo ex-diretor, Eduardo Medeiros, teria sido indicado pelo secretário-geral do PT, Sílvia Pereira



FURNAS

Furnas — Roberto Jefferson denuncia um suposto caixa dois na estatal que iria para os cofres do PT. O esquema teria sido relatado pelo ex-diretor de engenharia do órgão Dimas Toledo. "Ele explicou que sobram R\$ 3 milhões por mês. Deste total, R\$ 1 milhão vai para o PT nacional, pelas mãos de Delúbio, e R\$ 1 milhão vai para o PT de Minas, por meio de Rodrigo Botelho, diretor de Administração de Furnas". O governo afastou os dois diretores e José Roberto Casaroni Cury, diretor financeiro



IRB — O ex-presidente da estatal Lúcio Duarte, indicado pelo PTB, teria sido pressionado a arrecadar R\$ 400 mil por mês para os cofres de seu partido. As pressões viriam de Henrique Brandão, dono da corretora Assurê e amigo de Jefferson há 30 anos. Todos negaram as informações. O sucessor de Lúcio, Luiz Apolônio Neto, também era ligado ao PTB e deixou o cargo. Depois das denúncias, Lula nomeou o técnico Marcos Lisboa para a presidência do órgão

Caso Celso Daniel — Jefferson relacionou o assassinato do prefeito de Santo André, petista, em janeiro de 2002, ao mensalão. Na última semana, fitas revelaram conversas suspeitas entre Gilberto Carvalho, secretário de Lula, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) e o empresário Sérgio Gomes, o Sombra, acusado do homicídio. João Francisco, irmão de Daniel, já havia denunciado um esquema de propina na prefeitura que irrigava o PT

Quem foi avisado sobre o mensalão

Aldo Rebelo, ministro da Articulação Política
Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional
Miro Teixeira, deputado pelo PT-RJ, então ministro das Comunicações
Walfrido Mares Guia, ministro do Turismo
José Dirceu, então ministro da Casa Civil, teria sido avisado, mas não confirmou
Antonio Palocci, ministro da Fazenda, também nega que tenha conversado com o deputado sobre o assunto

Quem confirma as afirmações de Jefferson

José Múcio — O deputado do PTB diz que esteve no encontro com a cúpula do PT para tratar de uma doação de R\$ 20 milhões ao PTB durante a campanha de 2004.
Emerson Palmieri — O tesoureiro do PTB confirma a versão de que o PTB teria recebido R\$ 4 milhões não declarados do PT
Marconi Perillo — O governador de Goiás declarou ter conversado com Lula sobre o mensalão numa visita do presidente a seu Estado
Raquel Teixeira — A deputada licenciada e secretária do governo de Goiás confirmou no Conselho de Ética a proposta financeira feita pelo deputado Sandro Mabel para trocar de partido

José Dirceu

O ex-ministro da Casa Civil é o principal alvo de Roberto Jefferson. Segundo ele, Dirceu sabia do mensalão. "Sai já daí, Zé, sai senão você vai fazer réu um homem inocente, o presidente Lula." E Zé saiu dois dias depois da declaração, em 16 de junho. Foi a primeira grande baixa do governo

Sandra Cabral — A assessora especial da Casa Civil confirmou que recebeu Marcos Valério em seu gabinete, três, quatro ou cinco vezes, segundo ela, para tratar da eventual candidatura de Delúbio Soares, da quem é amiga há 29 anos, ao governo de Goiás

Glênio Guedes — Documentos revelaram depósitos que somam R\$ 902 mil feitos por Marcos Valério na conta do procurador da Fazenda Nacional, membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, ligado ao Ministério da Fazenda. O procurador também pareceu favorável ao Banco Rural, onde Valério possui contas, pedindo o arquivamento de um processo do Banco Central contra a instituição. Guedes foi afastado

Aluguel — O ministro já morou na casa que hoje é a sede da Globalprev, em Indaiatuba. O imóvel pertence à cunhada de Gushiken, mas o aluguel é pago pela mulher do ministro, Elizabeth Rodnei Ferreira

Contrato — Na gestão de Gushiken, a Secom alterou as regras de uma licitação para um contrato de publicidade dos Correios, o que beneficiou a agência de Marcos Valério na concorrência

Marcos Valério

O nome do empresário aparece pela primeira vez na segunda entrevista de Roberto Jefferson (PTB-RJ) ao jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 12 de junho. O mineiro seria o operador do mensalão e teria entregue pessoalmente a Jefferson R\$ 4 milhões dos R\$ 20 milhões prometidos pelo PT ao PTB. Em seu depoimento à CPI dos Correios, Valério negou tudo. Suas agências, entre elas a SMP&B e a DNA, fizeram contratos de R\$ 507,7 milhões com estatais – entre elas os dos Correios, do Banco do Brasil e da Eletronorte

Fernanda Karina Somaggio

A ex-secretária de Valério revelou, em entrevista à ISTOÉ Dinheiro, que o ex-patrão tinha freqüentes contatos com Delúbio Soares e Sílvio Pereira. Segundo ela, funcionários da empresa sacavam grandes somas em dinheiro antes de viagens a Brasília. Na semana passada, ela confirmou que Valério e o deputado José Borba (PMDB-PR), suspeito de operar o mensalão no PMDB, conversavam toda semana pelo telefone

Saques

Um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) revelado por ISTOÉ mostrou que, entre julho de 2003 e maio de 2005, mais de R\$ 20 milhões foram sacados das contas das agências SMP&B e DNA. Jefferson afirmou que os saques também eram feitos numa agência do Banco Rural em Brasília. Na portaria, estão registradas as entradas de políticos como José Borba e João Carlos Genu, assessor do deputado José Janene (PP-PR), e das funcionárias da SMP&B Geiza Dias dos Santos e Simone Vasconcellos

Bancos

Banco Rural – É o mesmo banco usado por PC Farias para abrir contas fantasmas no esquema de corrupção nos tempos de Collor. Marcos Valério admitiu ter boas relações com o banco, do qual o PT emprestou R\$ 5,2 milhões entre 2003 e 2004

Banco do Brasil – É o principal cliente da DNA no governo e, em 2004, gastou R\$ 262,8 milhões em publicidade. Um terço da quantia (R\$ 87,6 milhões) é administrado pela empresa de Valério. O banco emprestou R\$ 20,6 milhões ao PT depois que Lula assumiu o governo. Na quarta-feira 6, os vice-presidentes de Finanças e de Varejo, Luís Eduardo Franco de Abreu e Edson Monteiro, foram demitidos

Banco BMG – Empréstou R\$ 2,4 milhões ao PT tendo Marcos Valério como avalista e tem mais de 36% dos contratos de empréstimo com desconto na aposentadoria do INSS. Esta modalidade foi aprovada por medida provisória em 2003

Investigações

CPI dos Correios – Criada para apurar apenas os supostos esquemas de corrupção no órgão, mas também investiga o mensalão

Presidente: Delcídio Amaral (PT-MS); **relator:** Osmar Serraglio (PMDB-PR)

Quem já depôs: Roberto Jefferson, Mauricio Marinho, Arthur Washeck, Arlindo Molina, Eduardo Medeiros, Antônio Osório, José Fortuna, Edgar Lange, Jairo Martins, Kasser Bittar, Marcos Valério e Fernanda Karina

Conselho de Ética
Investiga a suposta quebra de decoro de Roberto Jefferson por dizer que parlamentares receberiam o mensalão

Presidente: Ricardo Izar (PTB-SP); **relator:** Jairo Carneiro (PFL-BA)

Quem já depôs: Roberto Jefferson, Miro Teixeira, Carlos Alberto Leréia, Sandro Mabel, Raquel Teixeira, Fernanda Karina, José Múcio, Pedro Henry e Carlos Rodrigues

Corregedoria da Câmara – Apura representações por quebra de decoro contra Jefferson e sobre os repasses que os indicados do PTB em estatais fariam ao partido

Presidente: Ciro Nogueira (PP-PJ); **relator:** Robson Tuma (PFL-SP)

Quem já depôs: Roberto Jefferson, Fernanda Karina, José Genoíno, José Dirceu, Carlos Rodrigues, Emerson Palmieri, Aldo Rebelo, Walfrido Mares Guia, Pedro Corrêa, José Janene, Pedro Henry e Ciro Gomes

CPI do Mensalão – Instalada na terça-feira 5 para apurar compras de votos desde 1995

CPI dos Bingos – Instalada no dia 29 de junho, convocou Carlinhos Cachoeira para depor na quarta-feira 13. Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu flagrado cobrando propina de Cachoeira em 2002, será ouvido uma semana depois

Outras investigações: Polícia Federal, Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União e Receita Federal

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de ocupar a tribuna neste momento para registrar dois artigos publicados nas duas últimas semanas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** e pela revista **Veja**.

Os artigos, intitulados, respectivamente, “A única agenda positiva” e “Mensagem dos Correios para Lula”, mostram que “a sociedade já tem motivos para perder a paciência não só com os chavões do presidente, mas sobretudo com a distância abissal entre as suas exibições de desassombro verbal e as ações concretas dos parlamentares do seu partido para esconder os

pratos sujos”. Além disso, mostram que as palavras e os atos do presidente Lula “andam numa estrada que, de repente, se bifurca – e os atos vão para um lado e as palavras vão para o outro”.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requiero que os dois artigos acima citados sejam considerados parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA:

30

MÊS/ANO:

Junho/05

A única agenda positiva

No encontro com o presidente Lula, a que o levou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na segunda-feira à noite, o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, ouviu de seu aulitião, entre uma queixa e outra sobre as suas dificuldades: “Quero tudo em pratos limpos.” Lula já deve ter perdido a conta de quantas vezes disse isso ou coisa parecida desde que irromperam as denúncias de corrupção no governo e no relacionamento do PT com os outros partidos da base aliada. E a sociedade já tem motivos para perder a paciência não só com os chavões do presidente, mas sobretudo com a distância abissal entre as suas exibições de desassombro verbal e as ações concretas dos parlamentares do seu partido para esconder os pratos sujos.

Tanto na CPI mista do Congresso como no Conselho de Ética da Câmara, a conduta dos representantes governistas se orienta claramente pela intenção de atrapalhar as apurações. Na Comissão, passando por um episódio que por pouco não termina em baixaria, envolvendo o deputado petista Maurício Rands e a senadora ex-petista Heloísa Helena, o PT conseguiu impedir a antecipação, da semana que vem para ontem, do depoimento do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o mais do que provável “homem da mala” do esquema de suborno de políticos denunciado pelo deputado Roberto Jefferson. E, no Conselho, as intervenções dos deputados do PT ao longo do depoimento da ex-secretária de Marcos Valério Fernanda Karina Soma-ggio tinham o evidente propósito de desqualificá-la.

Eles sabem o que fazem – e não é crível que o presidente da República não saiba que o que fazem é tudo, menos limpar pratos. De fato, a CPI que nasceu (porque o governo não conseguiu abortá-la) como uma investigação sobre cobrança de propinas nos Correios e eventualmente em outras estatais logo se transformou, pela força das coisas, em CPI de Jefferson – e agora em CPI de Valério. Há poucas dúvidas de que ele, mais do que ninguém, é a figura cujas atividades e teias de lucrativas relações no PT e no governo, quando expostas à luz do dia, permitirão ligar os pontos no intrincado mapa da corrupção federal. No fim da semana passada, a

imprensa comprovou, com base em dados do Conselho de Controle das Atividades Financeiras, o que Fernanda Karina vinha dizendo, de forma genérica, sobre seu ex-patrão.

Entre julho de 2003 e maio de 2005, ele sacou, em dinheiro, um total de R\$ 20,9 milhões. Quase 3/5 dessa dinheirama entre setembro e março de 2004, no auge do troca-troca de partidos promovido na Câmara pelo então ministro José Dirceu e dos acordos para a definição de candidaturas às eleições municipais. E ontem se comprovou, com base na agenda de Fernanda entregue à Polícia Federal, que datas dos saques coincidiam com as das reservas em um hotel de Brasília para o chefe e, ao menos em um caso, para a sua gerente financeira Simone Vasconcelos. Ao Conselho de Ética, Fernanda disse que ela relatou que ficava em um quarto de hotel, o dia todo: “Era um entra-e-sai de homem (...). Só contava dinheiro e passava para essas pessoas.”

As fontes primárias da bolada ainda são desconhecidas. Mas é significativo que no ano passado a Receita tenha multado uma das agências de Valério, a DNA, em R\$ 63,2 milhões por receber, em sua conta no Banco do Brasil, depósitos de origem não comprovada e por movimentar recursos muito superiores ao faturamento declarado. Em suma, tudo que servir para não manter o foco da apuração no publicitário “amigo do peito” do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e do secretário-geral Sílvio Pereira, é abafa ou diversionismo, o que vem a dar no mesmo. É o caso da transparente jogada petista para criar na Câmara uma CPI do “mensalão”, que investigaria também – a esta altura – compras de votos em 1997, quando o Congresso aprovou a emenda da reeleição.

Diante disso, o presidente Lula deve entender que esgotou a sua cota de juras de não deixar “pedra sobre pedra” em busca da verdade, enquanto o PT trata de fazer o contrário. Ou ele manda já o partido mudar de atitude – publicamente –, ou será tido como cúmplice, quando não mentor, do ocultamento das evidências de podridão. Ao governador Aécio, Lula defendeu uma “agenda positiva”. Ele que não se iluda: a única agenda positiva, hoje, é a do esclarecimento cabal das falcaturas denunciadas, com a identificação e punição dos seus responsáveis últimos.

ANDRÉ PETRY

Mensagem dos Correios para Lula

Presidente Lula: existe uma torcida coletiva para que o senhor não esteja envolvido nessa lama toda. Parece que os 52 milhões de brasileiros que votaram no senhor em outubro de 2002 estão, neste momento, cruzando os dedos para que não se tenham enganado em relação a um aspecto sobre o qual, a rigor, nem nutriam dúvidas — o de que o senhor faria um governo de respeito à ética e à moralidade pública.

Em nome dessa torcida coletiva, presidente, tome uma providência: transforme suas palavras em atos de tal modo que um e outro passem a andar no mesmo sentido. O que fica mal, presidente, o que gera dúvidas e desconfiança, o que acaba deixando aquela torcida com um receio danado de estar na arquibancada errada é verificar que suas palavras e seus atos andam numa estrada que, de repente, se bifurca — e os atos vão para um lado e as palavras vão para o outro.

O senhor já disse que investigaria tudo, que cortaria na própria carne, que não sobraria pedra sobre pedra. O senhor já disse que “nenhum governo na história republicana” fez “20%” do que o seu tem feito no combate à corrupção. O senhor já disse tudo o que o país precisava ouvir. Agora, é a vez de seus atos entrarem em sintonia com suas palavras. Por exemplo: o senhor chegou a mandar imprimir uma edição extra do *Diário Oficial da União*, com uma página apenas, só para publicar uma medida provisória e, assim, evitar a instalação da CPI do Mensalão no Congresso Nacional. Logo o senhor, que, num discurso recente dirigido a uma platéia de agricultores, disse que os parlamentares

deveriam investigar tudo e arrematou assim: “Que criem quantas CPIs quiserem criar!”.

Agora mesmo, presidente, alguns de seus mais próximos correligionários, como o presidente do PT, José Genoino, e o ex-ministro José Dirceu, se empenharam em evitar que a CPI dos Correios quebrasse o sigilo bancário das empresas de Marcos Valério, acusado de ser o operador do mensalão. Presidente: repita aos seus liderados que sua ordem é para investigar tudo, sem ficar pedra sobre pedra, e isso inclui examinar as contas de Marcos

Valério. O senhor prometeu, naquele discurso aos agricultores, que seriam feitas investigações “contra quem quer que seja, sem bravata”. Repetindo: sem bravata. São palavras suas.

Presidente: o senhor acaba de lançar um pacote contra a corrupção, apertando o torniquete contra roubalheiras de servidores públicos. É bom que seja assim. O problema é que, em seu governo, há

“O problema é que, em seu governo, presidente, há ministros que, à luz do seu pacote anticorrupção, deveriam ser afastados. Assim, presidente, não há pacote que resista”

ministros que, à luz do seu pacote anticorrupção, não poderiam ser mantidos no cargo. Assim, presidente, não há pacote que resista.

O senhor tem prometido um duro combate à corrupção e o senhor sabe que boa parte das roubalheiras é comandada pelos partidos por meio de seus apaniguados nos cargos públicos. Mesmo assim, o senhor acaba de oferecer quatro ministérios ao PMDB. Ao PMDB, presidente! O PMDB é o partido de Romero Jucá, que está sob suspeita de desvio de dinheiro! O PMDB é o partido do ministro que cuida dos Correios. Dos Correios, presidente!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para dar seqüência ao registro das matérias publicadas pela imprensa sobre a reação do Presidente em relação às denúncias de corrupção que, há quase dois meses, permeiam o atual Governo do PT.

O Presidente Lula nunca esteve tão preocupado, decepcionado e irritado com o seu partido e seus amigos, que não conseguem se livrar da lama que está impregnando o Governo. A crise já é tamanha que começa a denegrir a imagem do Presidente, pois, segundo a pesquisa da Ipsos-Opinion, 55% dos brasileiros acreditam que o Lula sabia de toda essa corrupção.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

“Punhaladas”, revista **IstoÉ**, 13 de julho do corrente;

“A maioria acha que ele sabe”, revista **Veja**, 13 de julho de 2005;

“Rio de lágrimas”, revista **IstoÉ**, 13 de julho de 2005;

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como seguindo assunto, mais uma vez desejo abordar um tema que já se tornou repetitivo.

No início do mês de junho, descrevi aqui a situação dos pescadores artesanais de camarão, que, por causa do defeso da espécie, estavam passando por necessidades, sobrevivendo da caridade alheia ou então furando o período de defeso e arriscando a ter seu material de pesca apreendido pelo Ibama. Isso porque os pescadores artesanais não receberam o seguro defeso referente aos meses de março a maio. Convidado por mim para esclarecer a política de pesca do Governo Lula, na Comissão de Agricultura, o Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch nos garantiu que o pagamento desse seguro seria feito logo no dia 10 deste mês.

Pois bem, minha assessoria entrou em contato com as comunidades de pescadores e verificou que ninguém até agora recebeu qualquer parcela do seguro-desemprego. Nenhum dos oito mil pescadores artesanais de camarão recebeu o seguro prometido pelo Ministro na Comissão de Agricultura.

Para piorar a situação, nesta semana a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, assina uma portaria determinando um novo período de defeso, que vai de 15 de julho a 15 de novembro, mais quatro meses que, somados aos três meses do início do ano, deixam os pescadores artesanais sem trabalho por mais de meio ano.

O pior de tudo isso é a arrogância deste Governo, que não conversa, que não escuta quem conhece o

mar. O defeso determinado pelo Ibama visa proteger o camarão rosa, aquele grande pescado em alto mar por grandes embarcações. Mas acontece que, por falta de uma estrutura eficiente de fiscalização, o Ibama incluiu nesse período de defeso o camarão sete barbas, que é a fonte de sustento dos pescadores artesanais. A Unival já apresentou estudos a respeito que provam que o camarão sete barbas precisa de um período de defeso de quatro meses por ano, entre agosto e novembro, mas, ao que parece, o Governo Lula se faz surdo aos argumentos tanto da comunidade científica de Santa Catarina, quanto aos apelos dos pescadores.

Quero esclarecer que o pescador artesanal é o equivalente ao lavrador que planta para seu sustento e que precisa plantar na época certa para ter uma boa colheita. Os pescadores artesanais também precisam de uma época certa para a captura do camarão, que vai de janeiro a julho, após o que a espécie migra para reproduzir em outras áreas. Mas como o defeso é feito também no começo do ano, quando a espécie não se reproduz, e liberado por apenas dois meses, quando o camarão migra e já não é mais encontrado pelos pescadores, o líder da comunidade de pescadores de piçarras, Emanuel de Souza, informou que não existe defeso para o camarão sete barbas, mas, sim, para o camarão rosa. Só que, por não haver fiscais suficientes, o Ibama prefere generalizar o período do defeso, porque é mais fácil impedir que todos os barcos saiam para o mar do que fiscalizar cada embarcação.

Nessa história, o prejudicado, como sempre, é o pescador artesanal. Quando a pesca não era proibida, no início do ano, um pescador artesanal chegava a capturar até 150 quilos de camarão sete barbas por dia. Agora, nos dois meses permitidos, junho e julho, só se conseguem no máximo 40 quilos, vendidos a R\$3,00 o quilo, algo em torno de R\$120,00 depois de um dia no mar. E daqui a alguns dias, nem isso esses pescadores terão, porque mais um período de defeso será decretado de forma autoritária, sem que a comunidade seja ouvida, sem que se pague o seguro-desemprego.

Até onde fui informado, receberam esse seguro apenas os pescadores que vivem e trabalham nas regiões onde o PT obteve votos. Quero lembrar ao Presidente Lula de sua promessa durante a posse em 1º de janeiro de 2003: o senhor afirmou que seria o Presidente de todos os brasileiros e não dos filiados do PT.

Ainda estamos esperando que o senhor cumpra suas promessas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PUNHALADAS

Decepcionado e irritado com o PT, Lula tenta evitar que os radicais assumam o comando do partido e passem a atirar na política econômica de Palocci

FLORENCIA COSTA

Com a estrela do PT rasgada de ponta a ponta e os companheiros de muitos anos se esvaindo em sangue, o presidente Lula nunca esteve tão preocupado, irritado e decepcionado com o seu partido e com os amigos que mergulharam em desgraça em meio à torrente de denúncias. O furacão de acusações que há quase dois meses paralisa o governo obrigou Lula a trocar ao mesmo tempo dois pneus com o carro em movimento. Na sexta-feira 8, o presidente acertava detalhes da terceira reforma ministerial. No mesmo dia em que retocava seu governo, ele interveio também na reformulação do PT, para evitar que o partido afunde de vez na planície. Lula estendeu seus tentáculos a São Paulo e enviou Ricardo Berzoini, que acabava de abandonar a Pasta do Trabalho, para a reunião dos setores moderados do PT – o chamado Campo Majoritário. O grupo tem maioria no Diretório Nacional – instância decisória máxima do partido, integrada por 83 pessoas. Mas os moderados, humilhados, perderam força com as notícias de que o homem-bomba Marcos Valério – publicitário que tem contratos com o governo – avalizou dois empréstimos para o PT, com as assinaturas do então tesoureiro Delúbio Soares e do presidente nacional do partido, José Genoíno. A plástica no rosto do PT inclui a substituição na direção partidária dos quadros inexpressivos por figuras públicas de peso, vindas do Planalto e do Parlamento.

Como se não bastasse a montanha de problemas, mais um pesadelo tomou conta do Planalto nos últimos dias: o de que o rachado PT caia nas mãos da ala mais radical, que detona a política econômica liderada pelo ministro Antônio Palocci (Fazenda). Uma preocupação que vem aumentando e promete tirar o sono do governo até setembro, quando será realizado o Processo de Eleição Direta (PED) do PT, com a renovação da direção partidária pelo voto dos seus 800 mil filiados em todo o País. O grupo moderado tem as rédeas do partido nas mãos, representado na presidência por Genoíno. Mas ele e os outros caciques do PT caíram em desgraça após as denúncias do deputado Roberto Jefferson sobre o chamado mensalão. Como peças de dominó, Jefferson empurrou a primeira, e as outras foram caindo enfileiradas. Começou com José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil), que presidiu o partido de 1995 a 2003. Mesmo quando reinava no Planalto, Dirceu continuava dando as cartas no partido presidido por Genoíno. O ex-ministro era o mentor da estrutura burocrática do PT encabeçada por Delúbio Soares e por Sílvio Pereira (ex-secretário-geral). Dirceu deu o pontapé inicial no processo de “profissionalização” do partido, que incluiu a sua informatização em todo o País e até o sonho de comprar um prédio inteiro para servir de sede nacional em uma das regiões mais ricas de São Paulo. O partido estava sendo organizado para servir de espinha dorsal do projeto de poder de longo prazo.

Bombas – A alma de guerrilheiro impiedoso de Dirceu passou o trator sobre os adversários internos que se insurgiram contra seu projeto de poder. A coluna vertebral desse plano era a formação de um leque amplo de alianças, inclusive com partidos como o PP de Paulo Maluf e o PTB de Roberto Jefferson. Tudo deu certo até quando um dos novos companheiros, Jefferson, detonou várias bombas sobre o PT. Agora, os xiitas estão vitaminados e ganham adesões até de setores do centro ideológico do partido, envergonhados com o sangue jorrado sobre uma de suas bandeiras mais caras: a da ética. Caos na planície, medo e solidão no Planalto. Do tripé que sustentava Lula, só sobrou firme e forte o ministro Antônio Palocci, aplaudido pela opinião pública. Dirceu tombou e Luiz Gushiken (Comunicação e Gestão Estratégica) está ferido por rajadas de denúncias. Mas Lula, com seu estilo de governar com o coração, insiste em manter a seu lado o amigo Gushiken, o “China”, como o chama carinhosamente. Na crise, o ministro que mais se aproximou de Lula foi o da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Um dos melhores advogados criminalistas do País, Bastos é amigo de Lula há anos. Bastos e Palocci são hoje os donos das vozes mais influentes nos ouvidos presidenciais. Além de conselheiros nos momentos de pânico, os dois ministros transitam fácil pela oposição e tentam construir pontes com PSDB e PFL. Várias cartas estão sendo colocadas na mesa de negociação para evitar o cerco total a Lula, uma delas a desistência do projeto de reeleição.

VOZ DA RAZÃO

Com Dirceu na planície, Márcio Thomaz Bastos é hoje um dos ministros mais influentes do Planalto

Coração – No início, quando a estrela vermelha reluzia até nos jardins presidenciais, Lula estava amparado por amigos dos tempos das greves do ABC. Mas esses companheiros foram se desiludindo com as agruras do poder. O primeiro a deixar o barco foi o empresário e amigo Oded Grajew, que estava ao lado de Lula desde a campanha presidencial de 1989. Depois, o jornalista Ricardo Kotscho e o dominicano Frei Betto, ambos velhos companheiros. Restaram ainda os conselheiros petistas Gilberto Carvalho, chefe de gabinete, Clara Ant, que anota as audiências, e o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. Apesar de não ter nascido no berço petista, o comunista Aldo Rebelo, que tenta fazer a articulação política, apesar do bombardeio do PT, conquistou o coração de Lula por sua disciplina e fidelidade.

Anteparo emocional de Lula, a primeira-companheira Marisa Leticia acabou até se instalando em um gabinete a 50 metros da sala do marido. Sem interlocutores dentro de seu partido, Lula trata de refazer as pontes para evitar que o PT se transforme na principal pedra a ser atirada nas vitórias do Planalto. Assim, o presidente tem chamado para atuar como bombeiros no front petista amigos como Jaques Wagner, presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e o governador do Acre, Jorge Viana, este com lugar cativo no quarto de hóspedes do Alvorada, a residência oficial. Wagner e Viana são petistas com perfil bem diferente do de

Dirceu: ambos têm jogo de cintura e não pisam na bola. É o mínimo que o presidente Lula precisa.

Um parto de reforma

O longo parto da reforma ministerial, prolongado pelos nove meses de hesitação e induzido pelas contrações dolorosas de uma crise política sem precedentes, aconteceu finalmente na sexta-feira 8. Lula amarrou o apoio da família governista do PMDB, liderada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), e deu ao partido um novo Ministério – o da Saúde, para onde foi o deputado Saraiva Felipe (MG), no lugar do petista Humberto Costa. E fez trocas. Eunício Oliveira (PMDB-CE), que vai disputar o governo cearense, deixou as Comunicações para outro mineiro, o senador Hêlio Costa. O partido trocou a Previdência pelas Minas e Energia, para a qual foi nomeado um apadrinhado de José Sarney com perfil técnico: Silas Rondeau, ex-presidente da Eletrobrás. No Trabalho, Lula trocou o petista Ricardo Berzoini pelo presidente da CUT, Luiz Marinho. O objetivo de Lula é reforçar o apoio petista extrapartidário. A meta de Renan é ganhar os votos de Minas e garantir a maioria em qualquer convenção do PMDB.

REFORÇO Hêlio Costa, Silas Rondeau e Saraiva Felipe: tentativa de ampliar a base política

Lula anunciou que a reforma será concluída na terça-feira 12. O governador do Acre, Jorge Viana, é o ministro do Conselho de Desenvolvimento

Social, Jaques Wagner, estão cotados para assumir cargos no Palácio. Aldo Rebelo, hoje na Coordenação Política, pode ir para a Pasta da Defesa. O PMDB

entra no governo, como sempre, rachado. Na quarta-feira 6, enquanto Sarney e Renan fechavam o acordo com Lula, a ala oposicionista do partido divulgava uma dura nota oficial, assinada pelos sete governadores, exigindo o afastamento do governo. Lula também iniciou uma operação limpeza nas estatais, afastando nomeações exclusivamente petistas. A operação começou pelo Banco do Brasil, com a demissão de dois diretores na quinta-feira 7. Outros já sabem que cairão.

LUÍZ CLÁUDIO CUNHA E SÔNIA FILGUEIRAS

Brasil

E um clichê, mas certamente o maior do que o da política sendo corrompido com malas de dinheiro: assim como se dizia a respeito da mulher de César, não basta a um presidente ser honesto. Ele precisa parecer honesto. E, infelizmente, na percepção da maioria dos brasileiros, Luiz Inácio Lula da Silva já começa a não parecer tão honesto ou capaz de garantir a honestidade de seu governo. A lama da corrupção, na qual socorreu o Partido dos Trabalhadores, sujou sua imagem. Uma pesquisa feita pelo instituto Ipsos-Opinion mostra que 55% dos brasileiros acreditam que o presidente sabia, sumário, o que mantinha em sala montado por seu partido para enganar políticos da base aliada. De seus 16% apontam o dedo acusado de um julgamento sumário, Lula não se sabia envolvido. Os outros 29% dizem que, informado sobre o esquema, ficou omissivo. O dado conflitante que emenda a pesquisa do instituto Ipsos é que, apesar de a maioria acreditar que Lula sabia do esquema, 55% da população afirma que o presidente é honesto. A explicação para esse paradoxo, segundo os pesqui-

sadores, é que partindo de que os olieres não têm a alternativa de sair do município, não se trata de uma simples mudança de território, mas de uma mudança de vida, de uma mudança de cultura. Assim, se o que se quer é garantir a sobrevivência da atividade, não se trata de uma simples mudança de território, mas de uma mudança de vida, de uma mudança de cultura. Assim, se o que se quer é garantir a sobrevivência da atividade, não se trata de uma simples mudança de território, mas de uma mudança de vida, de uma mudança de cultura.

A MAIORIA ACHA QUE ELE SABE

O PRESIDENTE E OS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO: NA OPINIÃO DOS BRASILEIROS

45%

Lula não sabia de nada

39%

Lula sabia, mas não fez nada

16%

Lula sabia e
for envolvido

Pesquisa realizada pela Ipsos-Convinn de 21 a 29 de junho de 2007. n=1.000. margem de erro: ± 3 pontos percentuais.



bizarrias como petista sendo preso em aeroporto com dólares na cueca (veja reportagem na pág. 78), só um otimista irrecuperável diria que é possível deter a erosão por que passa o governo Lula. Um governo que, mais do que qualquer outro na história recente do Brasil, cometeu o erro de confundir-se com o partido político do qual se originou.

De acordo ainda com a pesquisa do instituto Ipsos-Opinion, o PT, que dava a impressão de ter o monopólio da honestidade, hoje é visto como um partido de larápios. Apenas 36% da população acha que o PT é honesto. E chega a 54% a parcela dos que acreditam que toda, fri-se-se, toda a cúpula do partido está envolvida em corrupção. O que inclui o ex-

ministro da Casa Civil José Dirceu, que foi o homem mais forte do governo nos primeiros trinta meses da gestão Lula. "Para o eleitor, o PT acabou no sentido de ser um partido diferenciado dos outros", afirma Carlos Augusto Montenegro, do Ibope. As desculpas esfarrapadas para os indícios e provas de corrupção que envolvem os petistas somente reforçam que o PT é mesmo um partido igual às mais fisiológicas agremiações da República — ou pior que elas. Ministros que dizem não saber o que faziam seus auxiliares mais próximos, políticos que afirmam ter assinado contratos de empréstimos milionários sem ler (um genuíno Genóio), líderes de bancada que juram desconhecer o mensalão, para não

falar daquela malandragem de dizer que todas as acusações são "golpismo das elites contra o governo operário" (operário ou de operadores?) — todos esses argumentos e justificativas píffios, se não convenciam, agora irritam.

O pior é que fica cada vez mais difícil acreditar que Lula não sabia de nada. Diz-se que o presidente teria tomado conhecimento das denúncias do mensalão em mais de uma ocasião. O deputado Roberto Jefferson afirma que contou tudo a Lula em janeiro. Essa versão foi confirmada pelo ministro de Coordenação Política, Aldo Rebelo. O líder do PTB na Câmara, José Múcio Monteiro, declarou ter presenciado outro relato feito por Jefferson ao presidente. E o governador de Goiás,

Marconi Perillo, afirma que relatou a Lula no ano passado o pagamento de mensalidade a parlamentares da base do governo. Será possível que todos estejam mentindo? Sim, é possível. No entanto, se as CPIs em curso no Congresso comprovarem a existência do mensalão e se for provado que o presidente foi informado de tudo, Lula estará numa situação crítica. A comissão, aqui, pode ensejar a abertura de um processo de impeachment.

A crise liquidou o humor de Lula. Seus ministros dizem que o presidente ainda deprimido, solitário e, não raro, pático. Seu estado de espírito piorou bastante na semana passada, depois que o EJA revelou que o lobista Marcos Valério Fernandes de Souza havia avalizado e pago um empréstimo feito pelo BMG ao PT. Também não foi reconfortante saber (se é que não sabia) que o patrimônio da antiga empresa de consultoria do ministério

da Secretaria de Comunicação do governo, Luiz Gushiken, um de seus amigos mais íntimos, havia crescido 600% na gestão petista. Para evitar que o ensinamento do presidente seja entendido pela população como incapacidade para lidar com a crise, seus assessores o aconselharam a manter a viagem à Escócia, onde participou como convidado do encontro do G8, a reunião dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia, no qual Lula manteve um breve colóquio com o presidente americano, George W. Bush. Mas até no exterior a imagem do líder brasileiro está arranhada. Seus assessores também vendem a idéia de que o presidente comanda integralmente a reforma ministerial — uma reforma que pretendia conduzir ao Planalto figuras ilustres, como o médico Drauzio Varella e os empresários Antônio Ermírio de Moraes e Abílio Diniz, e que só conseguiu atrair a segunda linha do PMDB.

Os ministros que ficaram com Lula estão divididos entre aqueles que acham que ele deve se preocupar apenas em concluir o mandato e salvar a biografia e os que acham que ele pode sair da crise e conseguir um novo mandato. Entre os que acreditam que a maior tarefa de Lula é controlar a crise e tentar sair não muito chamuscado dela estão os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Nos últimos dias, começou a ter eco em Brasília uma idéia surgida no ninho do PSDB. Por ela, Lula deveria articular uma saída honrosa para desistir da reeleição. O caminho seria aprovar com o apoio dos tucanos uma emenda constitucional eliminando essa alternativa. Por enquanto, Lula não cogita levar o projeto adiante. “Vamos deixar o povo decidir se serei ou não candidato”, disse a um colaborador. O povo que, unido, dificilmente será convencido. ■

SÓ PALAVRAS

Genoino tenta explicar na TV por que mentiu ao dizer que Valério não era avalista do PT, mas não convence. Lula larga a crise para se encontrar com Bush na Escócia. As denúncias também corroeram sua imagem internacional

RIO DE LÁGRIMAS

Na semana passada, o País assistiu a cenas de choradeira. Mas nem sempre o pranto é sincero

GREICE RODRIGUES

A crise política está provocando muito mais que discussões e troca de acusações entre políticos. Tem causado também muito choro. Nos últimos dias, o País assistiu a alguns dos envolvidos nas denúncias desabarem em lágrimas em situações nas quais estavam expostos à opinião pública. A lista dos chorões incluiu o presidente do PT, José Genoino, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares, o publicitário mineiro Marcos Valério e o deputado Carlos Rodrigues (PL/RJ). Cada um mostrou seu pranto em momentos e por motivos diferentes. “O choro é uma resposta a um tipo de situação, de tristeza ou de alegria, que pode

POR QUE CHORAMOS

Algumas emoções podem provocar o choro. Entenda como o cérebro traduz esses sentimentos em lágrimas

Diante de uma situação ou emoção que provoque algum tipo de reação, o cérebro responde da seguinte forma:

- 1 O sistema límbico (sistema do cérebro responsável pelo processamento das emoções) associa esse estímulo com aqueles que já temos guardados (afeto, amor, tristeza, raiva, medo)
- 2 Esse processo gera uma resposta. Uma delas é o choro. Quando se chora, várias substâncias envolvidas no processamento dos sentimentos são liberadas. Entre elas a noradrenalina e a serotonina. Por meio do sistema nervoso autônomo (responsável por atos como piscar dos olhos), causarão a contração da glândula lacrimal, liberando a lágrima (líquido composto por sais, proteínas, glicose e água).

ser ou não controlada pela pessoa”, explica o neurologista Ivam Hiedeyokamoto, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Na verdade, esse tipo de reação pode até ser uma necessidade provocada pelo organismo. Quando o sistema límbico (estrutura do cérebro responsável pelo processamento dos sentimentos) é estimulado por emoções

... e as lágrimas de crocodilo

Essa é uma expressão antiga e conhecida de todos. Está baseada na observação de que, quando os crocodilos comem uma presa, eles a engolem sem mastigar. Para isso, abrem

a boca de tal forma que ela comprime a glândula lacrimal, localizada na base da órbita, o que faz com que os répteis lacrimem. Por isso, passou-se a dizer que as pessoas que choram sem razão, ou por fingimento derramam lágrimas de crocodilo.

fortes, é gerada uma necessidade de resposta que pode se expressar em forma de choro. No entanto, nem todo pranto é originado desse processo. Algumas pessoas têm a capacidade de treinar essa manifestação em situações específicas. Um recurso muito utilizado por artistas em novelas, por exemplo. “O ator que usa essa técnica pensa em algo pessoal que ajude a desencadear a sua emoção”, explica a atriz Layla Roiz, do teatro *Oficínio do Galpão* de Belo Horizonte. A técnica foi criada pelo russo Constantin Stanislavski (1863-1938) e é aplicada em escolas de teatro. Muitos artistas também recorrem ao chamado “cristalzinho japonês”. O produto, vendido em farmácias, é à base de mentol. Os atores o esfregam nas mãos e passam debaixo do olho para produzir lágrimas.

Finalidade – Segundo especialistas, o choro é resultado de uma cascata de fenômenos neurológicos e endócrinológicos (*leia quadro à pág. ao lado*) e está relacionado ao instinto de defesa do homem. Existem alguns tipos identificáveis de choro, segundo o psiqui-

atra Orestes Vicente Forlenza, do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo. Além daquele resultante de algum tipo de emoção, há ainda o intermitente ou persistente, que pode derivar de motivos injustificáveis ou banais. Esse pranto pode sinalizar a presença de alguma enfermidade – uma depressão, por exemplo.

Mas nem sempre essa reação se traduz como uma manifestação verdadeira, sincera. “O choro pode ser usado só para provocar uma reação. Esse é um artifício utilizado pelas crianças, por exemplo, quando querem chamar a atenção da mãe. Ou seja, o pranto é

também um recurso que pode ser adotado dependendo do objetivo que se quer atingir”, explica o oftalmologista Rubens Belfort, da Unifesp. A verdade é que o choro pode de-

desencadear uma reação de empatia, de solidariedade. Quem nunca usou das lágrimas ou viu alguém se valer do pranto para conseguir alguma coisa? ■

EMOÇÕES José Genoino, Marcos Valério, deputado Rodrigues e Delúbio Soares caíram no choro quando estavam expostos à opinião pública

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar os artigos intitulados “Operação Paraguai” e “Lula endossa a farsa”, publicados na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, em suas edições dos dias 18 e 19 de julho do corrente, respectivamente.

Os textos tratam das declarações de Delúbio Soares e Marcos Valério que visaram construir uma versão claramente fantasiosa para desmentir o chamado “mensalão”. Tratam, também, da última entrevista do Presidente Lula, concedida a uma produtora independente de TV, na França, e que, segundo o texto “foi concebida para cancelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-tesoureiro do PT

Delúbio Soares, as quais, por sua vez, avalizaram a entrevista do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza”. O Presidente da República, infelizmente, associou-se pessoalmente a essa armação cuja fragilidade é gritante.

Sr. Presidente, é no contexto desse caos que requero que os artigos acima citados sejam considerados parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOSA QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3
O ESTADO DE S. PAULO • SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2005

Conselho de Administração:

PRESIDENTE
Roberto C. Mesquita
MEMBROS
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Marta Cecilia V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Júlio Mesquita (1891-1977)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
(1903-1997)
Américo de Campos (1875-1984)
Nelson Rangel Pestana (1927-1993)
Plicio Borelli (1927-1994)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PARX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS E INFORMAÇÕES

Operação Paraguai

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza tornam os brasileiros por nós mesmos. De fato, só imaginando que vive em meio a uma população de alprodrados poderia alguém construir — como eles fizeram — uma versão tão primária a respeito das realidades que não cessam de ganhar corpo nesses quase dois meses, a contar da exibição do vídeo do recebimento de propina nos Correios e da primeira entrevista do deputado Roberto Jefferson que incorporou ao léxico nacional o termo mensalão.

Não resiste a um sopro o produto da tosse jogada ensaiada pelo companheiro que o efelava presidente da PT, José Dirceu, *pos a euidar* das finanças do partido, como instrumento do projeto de poder conectado no bojo da eleição de Lula, e pelo seu bom amigo acusado de ser o homem da mala das mesadas pagas a um número ainda indeterminado de membros da base aliada do governo na Câmara. A armação não poderia ser mais transparente: em depoimentos “espontâneos” ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, e em entrevistas ao *Jornal Nacional* (JN), em

dias subsequentes, eles tiveram um risível conto-da-carochinha — que, resta esperar, terá o final que eles e outros merecem.

Valério, que deve ter deixado o comparsa de cabelos em pé no primeiro momento, ao se candidatar, sem êxito, à delegação premiada — o acordo pelo qual acusados abrem o coração em troca do abrandamento das penas a que estiverem expostos —, disse que tudo o que fez foi emprestar dinheiro das suas empresas a um PT atolado em dívidas de campanha, “a pedir” de Delúbio. Os seus montanhosos saques no Banco Rural, calculados em R\$ 20,9 milhões, seriam parte dessa benemerência confinada que transferiria ao partido, ou a pessoas indicadas pelo tesoureiro, R\$ 30 milhões, a contar de 2003.

Naturalmente, a origem da dinheiroana seriam as bem-sucedidas atividades profissionais das empresas de propaganda SMPB e DNA, de Belo Horizonte — as agências preferidas por 10 entre 10 petistas em posição de declinar na administração, nas estatais, a começar dos Correios e do Banco do Brasil, e na Câmara dos Deputados. Assim como os empresti-

mos, tudo conforme a letra e o espírito das leis. “Não foi ao partido, mas à pessoa que me pediu”, disse Valério à TV Globo, referindo-se aos incessantes financiamentos. “Essa pessoa nunca nos beneficiou em nada.” Portanto, nada de favorecimentos em licitações e contratos superfaturados. Nada também de mensuração: não tinha conhecimento, muito menos envolvimento.

Assim como o publicitário esqueceu por completo as suas literalmensagens — as incriveis alegações anteriores para as opulentas retiradas — compra de gado e pagamentos a fornecedores —, o seu comparsa perdeu a memória da teoria conspiratória que alardeou para explicar a crise: “um movimento de direita que pretende derrubar o governo”. Falando ao JN



no sábado, avalizou a história da caridade valeriana — a sua origem, o seu fim e, sobretudo, a sua limitação ao âmbito das relações entre duas pessoas. Ninguém sabia de nada: nem o chefe imediato de Delúbio, o presidente petista José Genoino, nem o seu chefe mediato, José Dirceu, nem o chefe dele, Luiz Inácio Lula da Silva. E o mensalão é uma ficção.

É um cenário à inteligência de qualquer um. Em que organização, empresa ou país, o tesoureiro toma empréstimos — “vários, vários”, nas palavras de Valério —, somando, por baixo, algo como US\$ 13 milhões, ao câmbio médio do período, sem consultar o seu superior? E onde seria admissível este não levar a consulta ao topo do topo da hierarquia? Para azar de Delúbio, ele deixou de combinar com Valério o proverbial “pequeno detalhe” — ou se combinou, o amigo o traiu. Pois ele, sim, disse ao procurador-geral ter ouvido do outro que Dirceu estava a par das transações. Paradoxalmente, as lórolas da dupla estão fazendo com que as peças se encaixem no quebra-cabeça.

A “Operação Paraguai”, como um deputado chamou esse arremedo da Operação Uruguai — o falso empréstimo de US\$ 5 milhões a Fernando Collor —, também deixa claro o esforço de circunscrever a um solitário “bode expiatorio” os extravagantes negócios do PT e de acobertar a verdadeira finalidade das recursos aportados por esse bom samaritano. Pelo galope dos fatos, tudo isso virá abaixo antes cedo do que tarde. Prepare-se, pois, o País, para as consequências.

NOTAS E INFORMAÇÕES A3

O ESTADO DE S. PAULO • TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2005

Conselho de Administração:

Presidente:
Roberto C. Mesquita

Membros:

Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Marin Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita

Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)

Julio de Mesquita Filho (1927-1969)

Francisco Mesquita (1927-1960)

Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

(1959-1997)

América de Campos (1875-1884)

Nestor Rangel Pestana (1927-1933)

Plínio Barreto (1927-1958)



www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Cárter Álvares, 95 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP

Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

NOTAS E INFORMAÇÕES

Lula endossa a farsa

A estranha entrevista que o presidente Lula concedeu sexta-feira em Paris a uma produtora independente de TV, brasileira residente na França, e que a *TV Globo* levou ao ar domingo à noite, contém indícios fortíssimos de que foi concebida para chancelar, com a autoridade presidencial, as declarações do ex-leitor do PT Delúbio Soares, transmitidas no sábado à noite pela mesma emissora - as quais, por sua vez, avalizaram a entrevista do publicitário Marcos Valério. Fernandes de Souza, divulgada na sexta-feira à noite, sempre pela emissora. No que foi imediatamente apelidado Operação Paraguai, em alusão à mentirosa Operação Uruguai no governo Collor, Valério e Delúbio construíram uma versão claramente fantasiosa para desmentir o mensalão denunciado pelo deputado Roberto Jefferson e a corrupção no governo Lula que começou a aparecer no vídeo dos Correios.

Plus negaram uma coisa e outra. O que houve entre 2003 e até bem pouco foram apenas os empréstimos "possíveis" de Valério, cujos termos foram por ele, coisa de R\$ 80 milhões,

com os quais Delúbio permitiu que os seus companheiros e os dos partidos da base aliada quitassem dívidas da campanha de 2002 e bancassem a de 2004. Os empréstimos irrigaram o caixa 2 de candidatos a todos os cargos eleivos - menos o de presidente da República - do PT, PP, PL, PPSB, PC do B e da ala governista do PMDB. Para não admitir delitos piores, como cobranças de propina, favorecimentos e contratos superfaturados na administração federal, além dos meios utilizados para a formação da base parlamentar do governo Lula, a dupla confassou a prática de um crime eleitoral presumivelmente cometido por políticos de todas as legendas - o financiamento ilegal da disputa pelo voto popular.

O estratagemma, a que decerto não ficou alheia a criatividade profissional dos criminalistas contratados por Valério e Delúbio, é provavelmente a defesa menos ruibosa ao seu alcance. Ao mesmo tempo, embute uma ameaça: se a oposição for logo demais nas investigações, lampouco sairá ilesa. Não teria o ex-ministro José Dirceu dito que, se tiver de de-

por na CPI dos Correios, poderá "arrastar junto o Brasil"? E não disse o presidente Lula em Paris que "o PT fez do ponto de vista eleitoral o que é feio no Brasil sistematicamente"? E não é absolutamente estranha a própria entrevista? De um lado, tem-se um presidente que, alegando estar no exterior, se negou a falar de assuntos domésticos aos jornalistas brasileiros que cobriam a visita e só quando assediado por um deles, que conseguiu atravessar o bloqueio armado ao seu redor, disse que "o Brasil não merece o que está acontecendo" (sem se dar conta do duplo sentido da frase).

De outro lado, tem-se um presidente que, pouco antes de voltar ao Brasil, aceita ser entrevistado para uma TV francesa indefinida por uma desconhecida *Free-lancer* brasileira que conseguiu entrar no palácio onde ele se hospedava sem a companhia de um cinegrafista. Depois, a delicada entrevista de 7 perguntas é comprada pela *Rede Globo* para exibição no *Fantástico*. Em suma, Lula escolheu uma forma de se dirigir aos brasileiros sobre a qual tinha absoluto controle e que não o sujeitaria

ao risco de um embaraço. E isso para afirmar, em óbvia sintonia com Delúbio e Valério, que "o PT está sendo vítima do seu crescimento", que as atuais denúncias "não chegaram ao governo", que depois de ser eleito não pode mais participar das decisões do partido e que "a direção ficou muito enfiada" (porque os "melhores quadros" foram para o governo) e "possivelmente por isso cometemos erros que outrora não cometeríamos".

E o caso de invocar o ditado do "pior a pior a melhor". Pois com essa entrevista Lula se associou pessoalmente a uma armadilha cuja fragilidade e gritante (daí o título Operação Paraguai) e que será desmanchada, se não pela oposição, com certeza pela mídia - para não falar na CPI. Daí não se infere necessariamente que o presidente tivesse parte com os escândalos. A hipótese mais plausível é a de que ele aceitou ser "poupado dos detalhes". Se um governante precisa se esforçar para saber o que os seus colaboradores não querem que saiba, que dirá então quando dá a impressão de que não quer saber. No caso de Lula, a única dúvida é se agiu assim para se proteger ou por autêntico desinteresse em conhecer como funcionam as coisas no seu governo.



A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para uma celebração, uma mensagem positiva em meio ao noticiário corriqueiro dos últimos dias. Porque as boas-novas também existem no mundo e em nosso País – é importante que não nos esqueçamos disso no meio da tempestade.

Aliás, as tempestades são fenômenos naturais e, como tais, necessários e inevitáveis. Transformadoras, mais ou menos recorrentes, dependendo do tempo e do lugar, as tempestades são passageiras, por natureza. É fundamental não esquecermos disso também.

Portanto, como eu gostaria de ter feito há alguns dias, saúdo, desta tribuna, as 52 brasileiras selecionadas pelo projeto Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 – uma iniciativa que objetiva destacar o papel da mulher na construção da paz no mundo.

Em 104 anos de premiação do Nobel, apenas 13 mulheres foram contempladas.

Em 2005, no entanto, mil mulheres concorrerão juntas ao prêmio – após dois anos de democrático processo seletivo, entre as muitas guerreiras na luta pela paz em todo o mundo.

No Brasil, o comitê executivo do projeto Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz recebeu 262 indicações de nomes e biografias em condições de concorrer. Desses 262 nomes e biografias, 52 foram selecionados.

Entre as escolhidas estão algumas das mulheres que o nosso mandato teve oportunidade de indicar: a líder indígena Maninha Xucuru e a escritora feminista Rose Marie Muraro – em nome de quem abraço as demais brasileiras selecionadas.

Rose Marie Muraro, escritora e editora, empresta sua vasta experiência de autora – com 19 livros publicados – para desvendar o universo feminino no País e no mundo.

Rose Marie Muraro desde jovem se interessou pelas letras. Escreveu para jornais estudantis, e, em 1961, começou a trabalhar na Editora Vozes, em Petrópolis, organizando coleções de livros nacionais. Em 1966 escreveu seu primeiro livro, **Mulher na construção do mundo futuro**.

Por sua iniciativa, muitas obras literárias, banidas pelo então regime militar, foram produzidas pela Editora Vozes durante os 17 anos em que Rose Marie Muraro foi sua diretora editorial junto com Leonardo Boff. Em 1986 dedicou-se à fundação da editora Rosa dos Tempos, a única especializada em Gênero na América Latina.

Muitas vezes premiada por diferentes instituições brasileiras, em reconhecimento à sua obra e à sua militância feminista, a vida não foi fácil para essa mulher:

Nasceu cega – tem apenas 5% da visão em um dos olhos e com o outro não enxerga nada. Teve de reaprender a andar, vítima de mal reumático, ainda na infância.

De família abastada, viu a riqueza se transformar em carência, depois da morte de seu pai. Dessa condição viu aflorar sua vigorosa opção pelos oprimidos – conforme sua autobiografia, intitulada **Memórias de uma mulher impossível**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, no exemplo dessa mulher que transmutou suas limitações em grandeza e amplitude de realização criativa, quero saudar o movimento de mulheres brasileiras, lembrando aqui um rito preservado entre alguns povos do Parque Nacional do Xingu, no Estado do Mato Grosso, que ilustra bem a universalidade da causa feminista:

No meio da floresta amazônica, mulheres de uma comunidade convidam as mulheres dos povos vizinhos, adornam-se com a pintura corporal e os adereços e as armas dos homens, reúnem-se no pátio da aldeia anfitriã e dançam a noite inteira, evocando uma história muito antiga, na milenar cerimônia de Yamurikumã.

A festa ritual rememora que um dia os homens saíram para caçar e não voltaram. Depois de longa espera, as mulheres resolveram procurá-los e os encontraram vivendo entre os animais, sem qualquer intenção de voltar a viver com as mulheres.

Os homens acreditaram que se bastavam – e perderam a festa.

Sim, porque as mulheres retornaram à aldeia e ocuparam os espaços e as funções até então atribuídas aos homens. E, para celebrar a nova condição, as mulheres se cobriram com as pinturas e os adereços dos homens, e então dançaram e cantaram a noite inteira.

A festa das mulheres afinal atraiu os homens. Mas elas não os aceitaram de volta.

Estabeleceram-se com sucesso sobre o padrão masculino que herdaram, governaram com eficiência e guerrearam com mestria.

Elas também acreditaram que se bastavam – e perderam o seio direito no manuseio do arco.

Não sei quanto tempo nem o que se passou depois disso. Sei apenas que, entre os povos que hoje contam essa história, homens e mulheres compartilham a comunidade em harmônico equilíbrio e revivem, na festa de Yamurikumã, o processo de construção da consciência do masculino e do feminino como universos independentes e complementares.

Complementares e independentes, homens e mulheres desses povos rememoram a ousada travessia da disputa excludente para a solidariedade que agrega. E, há milênios, atualizam e maturam a compreensão de que tudo se completa, revigora e recomeça no abraço.

Portanto, saúdo tempos de Yamurikumã no Brasil e na humanidade.

Como festa de Yamuricumã, vibrem entre nós a causa e a luta de Rose Marie Muraro e Maninha Xucuru – em nome de quem saúdo todas as mulheres em luta por um mundo mais solidário e em paz!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O combate à corrupção no governo”, de autoria do Cardeal-Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 20 de julho do corrente.

Segundo o autor, as numerosas denúncias e os diversos indícios de ampla rede de corrupção que atingem o Governo federal, instituições públicas e membros de partidos políticos, estão deixando os bra-

sileiros profundamente abalados e decepcionados. E endossa mensagem da CNBB, de 23 de junho, que diz: “O Brasil, uma vez mais, está desafiado a combater a corrupção política, que se nutre da impunidade. Ela é acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do poder político em benefício de interesses privados. A apuração das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob qualquer pretexto”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIAL	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	20	Julho/05	Espaço Aberto	A	2

O combate à corrupção no governo

Numerosas denúncias e sérios indícios de ampla e intrínseca rede de corrupção atingem neste momento o governo federal, instituições públicas, membros do partido que está no poder e de outros partidos políticos. A investigação já está em andamento. Nós, o povo brasileiro, estamos profundamente abalados e indignados. Pedigimos que tudo seja plenamente investigado, esclarecido e, se houve crimes, que os culpados sejam realitemente punidos segundo a lei, pois a impunidade alienta a corrupção.

Diante deste quadro, muitos já se manifestam em preocupação. Também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em mensagem ao povo brasileiro, de 23 de junho passado, ela diz: “O Brasil, uma vez mais, está desafiado a combater a corrupção política, que se nutre da impunidade. Ela é acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, usando as estruturas do poder político em benefício de interesses privados. A apu-

reção das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob qualquer pretexto.”

A Igreja assina sempre dentro do princípio da autonomia que rege seu relacionamento com o governo. Ela é autônoma e independente, não deve ser subordinada à Igreja, não deve ser subordinada ao Estado nacionalista, não deve ser subordinada ao poder político, sobretudo quando o necessário emitir uma crítica construtiva no tempo da ética na política, mantendo nos diálogos de entendimento partidário. Por outro lado, a Igreja quer contribuir para a manutenção e o fortalecimento das

instituições públicas democráticas e do Estado de Direito, que devem prevalecer sobre as crises políticas que periodicamente ocorrem. Por isso, queremos também contribuir para que o povo não perca a esperança nem apele para o cinismo, neste momento de desencanto e indignação diante de políticos corruptos, que ameaçam um governo tão esperado e festejado pela maioria da população que o elegera e se orgulha, com razão, por ter levado ao poder presidente um metaforizado, um verdadeiro mecânico, portanto, alguém das ramadas populares.

Não se pode cair no pessimismo, porque, se os líderes civis são corruptos, então, todos podem sê-lo e se virar cada um como puder! Além, os políticos não são todos corruptos. O presidente Lula continua preservado. Cabe, então, reagir positivamente, procurando combater a corrupção, viver e exigir a ética em todos os níveis da vida pública, social e individual. Também não se deve cair na desesperança, mas acreditar na possibilidade real de se continuar a construção de um Brasil que vença a desigualdade social, a miséria e a fome, um Brasil justo, fraterno, próspero para todos, e não apenas para alguns, construção essa já iniciada, sem dúvida, antes do atual governo. O processo histórico de construção de um Brasil moderno e justo é e deve ser maior do que um governo ou um partido.

Portanto, não bastará punir os corruptos, mas urge também finalmente fazer a reforma política, que ataque nas raízes a endêmica corrupção e aperfeiçoe a democracia. Então, a crise atual poderá gerar um salto de qualidade para frente. O povo exige este salto. Mas precisa haver vontade política no Congresso Nacional e no Executivo para que a crise

não se torne oportunidade perdida de avanço real para a virada de trampo para interesses das elites em se promover política-mania, sem atenção ao bem comum, aproveitando um momento de fragilidade. O País tem todas as condições de vencer a crise e continuar avançando na construção e construção de um verdadeiro e integral progresso para todos os brasileiros.

Não cabe à Igreja se pronunciar sobre questões técnicas da reforma política, mas ela deve contribuir com critérios éticos. A mensagem da CNBB, que citei, declara: “O poder econômico, a multiplicidade de partidos políticos sem programas definidos e a falta de fidelidade partidária fragilizam sempre mais o sobre-sentido da política e frustram o voto do eleitor. O atual sistema administrativo e eleitoral beneficia favorece a clientelismo e a corrupção. A responsabilidade, a punição dos culpados, bem como a restituição dos bens subtraídos não deve ser, pois, relegar ao esquecimento o desafio maior: a reforma do Estado e do próprio sistema político.” Em exemplo, prevê-se que, após a implementação da consequência da legislação partidária e das práticas políticas, se torna difícil um partido sozinho eleger um governo e ao mesmo tempo dar-lhe suficiente visibilidade. O mesmo argumento para uma maior governabilidade, com a consequência de precisar negociar alianças para ter uma base parlamentar suficiente, o que pode abrir as portas da corrupção, da compra e venda de votos.

O papa atual, num discurso, dia 16 de junho, a uma reunião de cardeais, disse: “em poucas palavras o que significa ética na administração pública: ‘é que acastorarem administrar os negócios públicos’ devem fazê-lo ‘não para si

mesmos, mas em vista do bem comum.”

A ética constitui-se num valor maior, que deve ser buscada e defendida constantemente. Ela exige respeito à dignidade e à igualdade fundamental de direitos de todos os seres humanos e de cada um, bem como respeito e justiça no que se refere à administração das coisas públicas e ao bem comum da sociedade. Resultará no fortalecimento do tecido social e na melhoria da convivência humana. Na verdade, a ética necessita ser construída e reconstruída em cada pessoa e em cada geração no dia-a-dia da vida, a partir das pequenas coisas. Disse Jesus: “quem é fiel nas pequenas coisas será também fiel nas grandes e quem é injusto nas coisas pequenas sê-lo-á também nas grandes” (Lc 16,10).

Dom Cláudio Hummes é Cardeal-Arcebispo Metropolitano de São Paulo

NÓS, O POVO, ESTAMOS PROFUNDAMENTE ABALADOS E INDIGNADOS

ração das recentes denúncias é imprescindível. Não pode ser esvaziada, sob qualquer pretexto.”

A Igreja assina sempre dentro do princípio da autonomia que rege seu relacionamento com o governo. Ela é autônoma e independente, não deve ser subordinada à Igreja, não deve ser subordinada ao Estado nacionalista, não deve ser subordinada ao poder político, sobretudo quando o necessário emitir uma crítica construtiva no tempo da ética na política, mantendo nos diálogos de entendimento partidário. Por outro lado, a Igreja quer contribuir para a manutenção e o fortalecimento das

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

OS Nº 14765/05

PARECER Nº 13, DE 2005–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 12, de 2005-CN (nº 304-SGS-TCU/2005, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 247, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de construção do Hospital Regional de Cacoal/RO (TC nº 009.574/2004-5).”

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso nº 12, de 2005-CN (nº 304-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 247, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 16-3-05. Tal deliberação está inserida nos autos TC nº 009.574/2004-5, que cuidam das obras de construção do Hospital Regional de Cacoal/RO.

O referido Acórdão resultou do exame dos embargos de declaração opostos pelas Construtoras Mendes Carlos Ltda., e Pilar Engenharia Ltda., contra o Acórdão nº 1.264/2004 – Plenário.

Conforme ficou consignado no Voto condutor do Acórdão sob exame.

Diferente é o comando contido no item 9.2.1, no sentido ao Departamento de Viação e Obras que adote as providências para obter o ressarcimento dos valores pagos a maior à empresa Pilar Engenharia Ltda., em razão dos reajustes mensais. Embora seja possível que o direito de defesa seja assegurado pelo Estado de Rondônia, entendo conveniente proceder ao chamamento da empresa nos autos deste processo.

No que se refere à determinação para a realização de novo procedimento licitatório, em razão não só da sub-rogação observada mas também da inexistência de projeto básico e executivo adequado ao objeto que vem sendo realizado, seria conveniente assegurar às empresas o direito ao contraditório e à am-

pla defesa, já que suas esferas de interesse poderão ser atingidas pela realização de novo certame.

Muito embora a própria construtora Mendes Carlos Ltda. tenha assegurado que não quis dar continuidade à obra por falta de interesse (fl. 10, anexo 9), entendo necessário chamá-la para produzir suas razões quanto à realização de novo certame, uma vez que a Administração vinculou-se originalmente a essa empresa por contrato e que o vínculo com Pilar Engenharia Ltda., decorreu do contrato de sub-rogação, que ora se questiona.

Quanto aos demais argumentos colacionados pelos embargantes, observo, sua inadequação à espécie recursal ora em exame, já que não decorrem de omissão, contradição ou obscuridade do Acórdão guerreado.

Desse modo, diante das razões expostas pelo Relator, os Ministros do Tribunal de Contas da União acordaram, entre outras coisas, o seguinte:

9.1. conhecer dos presentes embargos para, no mérito, acolhê-los em parte para:

9.1.1. tornar sem efeito os subitens 9.2.1 e 9.2.8 do Acórdão nº 1.264/2004 do Plenário:

9.1.2. convocar as empresas Mendes Carlos Ltda. e Pilar Engenharia Ltda., para, se entenderem conveniente, apresentar razões acerca das seguintes irregularidades, que podem ensejar a realização de novo procedimento licitatório:

9.1.2.1.(...)

9.2. alterar a redação do subitem 9.2.9, que passa a ser a seguinte:

“9.2.9. proceda à aposição de placa de identificação com menção Governo Federal, enquanto agente financeiro do empreendimento;”

É o relatório.

II – Voto

As obras referentes a construção do Hospital Regional de Cacoal, em Rondônia, encontram-se no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005), em face dos indícios de irregularidades graves constatadas no Contrato nº 91/1991 – PGE. Por conseguinte, o respectivo convênio que permite a transferência voluntária de recusas da União para a execução do mencionado contrato também foi relacionado no Anexo VI da LOA/2005.

Segundo relatório que fundamentou o Acórdão nº 1.264 – Plenário, os indícios de irregularidades graves apontados pela equipe de auditoria do Tribunal de Contas da União foram:

- a) projeto básico/executivo deficiente;
- b) superfaturamento;
- c) sobrepreço;
- d) ausência de licenciamento ambiental;
- e) sub-rogação irregular;
- f) reajustamento mensal irregular.

Quanto à sub-rogação, não há amparo legal para tal procedimento. No entanto, poder-se-ia entender tal fato como uma subcontratação, pois esta figura encontra suporte no art. 72 do Estatuto de Licitação¹, desde que não se afaste a responsabilidade do contratado original. Assim, aspecto importante a considerar é questão sobre a continuidade da responsabilidade da Construtora Mendes Carlos Ltda. Dessa maneira, se esta empresa permanecer responsável pelas implicações legais e contratuais durante a execução do restante das obras, não há que se falar em sub-rogação, mas subcontratação, que está respaldada pela Lei de Licitações. Trata-se, então, de um vício formal sanável, que não pode ensejar a manutenção da suspensão cautelar da obra, pois tal procedimento acarretaria maiores prejuízos aos cofres públicos e à sociedade.

Por outro lado, caso se considere que houve realmente sub-rogação o correto seria a realização de nova licitação. Todavia, a realização de certame licitatório não garante a execução da obra por um preço inferior ao que está sendo praticado, bem como exigiria gastos financeiros do Poder Público e atrasaria a conclusão do empreendimento. Portanto, a paralisação da obra por esse motivo, sem que se tenha comprovado o superfaturamento ou o sobrepreço, desatenderia o interesse público. No entanto, em face da gravidade da irregularidade praticada, cabe aos órgãos competentes adotar as medidas corretivas pertinentes, inclusive com a aplicação de sanção aos responsáveis, se for o caso.

Com referência ao superfaturamento e ao sobrepreço, as informações constantes das peças que fundamentam os Acórdãos nºs 1.264/2004 e 247/2005 apenas revelam indícios, uma vez que o Tribunal de Contas da União ainda não logrou êxito na apuração da correspondente importância. Ademais, tais indícios relacionam-se com as obras executadas pela empresa originalmente contratada, visto que a sub-rogação ocorreu em novembro de 2002, por meio do Termo 001-PGE/2002. Logo, não seria causa de paralisação das obras, mas de tomada de contas especial, em função da execução da despesa. O trecho a seguir, extraído do Voto condutor do Acórdão nº 1.264/2004, confirma esse entendimento:

¹A subcontratação também estava prevista no art. 62 do Decreto-Lei nº 2.300/56 a saber:

Art. 62. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

O quarto ponto relevante levantado pela equipe (quarta e quinta irregularidades) são fortes indícios de superfaturamento, supostamente ocorridos em fases anteriores da obra. São eles: repactuação do Contrato nº 91/1991, em 1996, com redução de 48.53% no valor original. Embora a revisão dos contratos seja determinação da Lei nº 8.880/94 e 9.069/95, tamanha redução de valores constitui forte indicativo de que os pagamentos anteriormente realizados (no montante atualizado até 1996 de R\$10.869.424,56) foram superfaturados. Corroboram ainda mais esses indícios o Relatório de Fiscalização nº 45/96, realizado pela então Delegacia Federal de Controle em Rondônia, que resultou no TC 004.468/2003-1, ainda não apreciado. Após analisar os preços originais de 14 itens da planilha contratada, a DFC/RO concluiu haver superfaturamento de 121% nos valores da obra.

No mesmo sentido foi o Relatório de Inspeção realizado pela SECEX/RO (TC 750.052/1996-1), que revelou que o preço por m² da obra foi de R\$2.771,90, enquanto que a tabela de custo da Construção de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde informava o valor de R\$1.073,71 para o m², em dezembro de 1995.

Depreende-se o presente Relatório de Levantamento de Auditoria que, apesar de todos esses indícios, até hoje este Tribunal não logrou apurar o **quantum** do superfaturamento (...).

No que tange ao projeto básico/executivo deficiente, isso é consequência, especialmente, da suspensão da execução das obras. O Voto que fundamentou o multicitado Acórdão nº 1.264/2004 apontou os seguintes fatores para tal circunstância, a saber:

- a) impossibilidade de aproveitamento de toda a estrutura já existente, em decorrência dos estragos ocasionados por intempéries;
- b) necessidade de adequar o projeto original às novas concepções e exigências arquitetônicas das obras hospitalares.

Por conseguinte, o projeto executivo é corrigido de acordo com o andamento da obra, de modo que é impossível saber, previamente, os serviços a serem executados pela empresa Pilar Engenharia Ltda. Assim, a hipótese de dano ao Erário decorre da falta de conhecimento dos serviços prestados pela atual executora ou pela antiga contratada. Contudo, essa tarefa cabe aos encarregados pela supervisão das

obras, que deverão responder por qualquer falha de construção ou dano aos cofres públicos decorrente da sua negligência. Não pode, então, ser causa de suspensão das obras. Não é demais dizer que a própria Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 1º, permite a elaboração do projeto executivo, concomitantemente com a realização das obras, nestes termos:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I – projeto básico;

II – projeto executivo;

III – execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

No tocante ao licenciamento ambiental, o próprio Relatório do TCU que fundamentou o Acórdão nº 247/2005 contém menção à correção da irregularidade em comento, nos seguintes termos:

Alegaram não mais haver irregularidade no tocante à ausência de licenciamento ambiental, uma vez que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Rondônia já emitiu a respectiva licença.

Com respeito aos reajustes indevidos em benefício da empreiteira atual, esses valores podem ser recuperados de várias maneiras sem ter a necessidade de interromper as obras. Pode-se, por exemplo, efetuar glosas em faturas futuras ou, mesmo, abater do valor da caução. Outrossim, o item 9.2.1 do Acórdão nº 1.264/2004, que determinava ao Departamento de Viação e Obras Públicas de Rondônia e à Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia que providenciassem a devolução dos valores pagos a maior à Construtora Pilar Engenharia Ltda., foi tornado insubsistente pelo item 9.1.1 do Acórdão nº 247/2005, para que a empresa interessada se manifeste a respeito. Portanto, o assunto ainda está pendente de conclusão.

Dessa maneira, com base nas considerações efetuadas, restaram apenas as questões referentes ao sobrepreço e ao superfaturamento, que ainda não estão completamente esclarecidas. Todavia, a primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal encontra-se, praticamente, concluída. Essa fase da obra está sendo realizada com recursos do Convênio nº 3925/2001. As-

sim, entende-se oportuna a sua conclusão em razão da importância do empreendimento para a implementação do Plano Diretor de Regionalização – PDR do Estado de Rondônia, pois possibilitará o acesso à população adstrita ao Pólo Regional de Cacoal dos serviços de assistência de média e alta complexidade.

Para se ter idéia do que isso representa, vale dizer que a aludida cidade está localizada na região sul do Estado de Rondônia, a 498 km de Porto Velho e possui uma população de 74.381 habitantes, que agrega dentro da lógica do PDR as populações de municípios circunvizinhos, que totalizam 218.277 habitantes que demandam atendimentos de alta e média complexidade.

Também, não se pode desconsiderar os seguintes aspectos, tendo em vista a extensão geográfica do Estado:

a) as ações de média e alta complexidade estão concentradas no Pólo Estadual de Porto Velho;

b) a infra-estrutura existente não comporta mais a demanda encaminhada dos municípios;

c) a Capital Porto Velho encontra-se a 701 km do Pólo I – Vilhena, a 498 km do Pólo II – Cacoal e a 373 km do Pólo II – Ji-Paraná;

d) a região de abrangência do Hospital Regional de Cacoal – SES congrega mais de 800 mil habitantes, ou seja, mais de 56% da população do Estado.

Ademais, tendo em vista que a segunda etapa da obra deverá ser realizada pela mesma empreiteira, o montante dos valores pagos a maior em função do possível sobrepreço e superfaturamento poderá ser glosado em faturas futuras.

Diante disso, e com base no art. 97, § 5º, da Lei nº 10.934/2004 (LDO/2005), VOTO no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 12, de 2005-CN, e das peças que o acompanham;

b) delibere pela continuidade da execução das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) do empreendimento Estrutura da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Estruturação de Unidades de Atenção Básica – CACOAL – RO, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 36.901, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, de de 2006. – Deputada **Elaine Costa**, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Autoriza a continuidade das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o empreendimento Estrutura da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Estruturação de Unidades de Atenção Básica – CACOAL – RO, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 36.901.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a continuidade das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante no Anexo XI

— Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento Estrutura da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Estruturação de Unidades de Atenção Básica – CACOAL – RO, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 36.901.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2005. – Deputada **Elaine Costa**.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Segunda Reunião Extraordinária, em 29 de junho de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório da Deputada ELAINE COSTA ao **Aviso nº 12/2005-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à *continuidade da execução das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005, de 25/01/2005, do empreendimento Estrutura da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Estruturação de Unidades de Atenção Básica – Cacoal – RO*. Após a proclamação do resultado os Deputados Pedro Novais, Zé Gerardo, Cláudio Cajado, Laura Carneiro e José Carlos Machado solicitaram à Presidência que se constasse em ata seus posicionamentos contrários à aprovação da Matéria. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 05 e 06/05/2005, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Augusto Botelho, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Heráclito Fortes, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Leonel Pavan, Magno Malta, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Nezinho Alencar, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wirlande da Luz; e os Deputados Mussa Demes, Primeiro Vice-Presidente, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Amauri Gasques, Aníbal Gomes, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Bismarck Maia, Carlito Meres, Carlos Alberto Leréia, Cezar Silvestri, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Domiciano Cabral, Dr. Rodolfo Pereira, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Heleno Silva, Hermes Parciannelo, Homero Barreto, Humberto Michiles, Inácio Arruda, Ivan Valente, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, João Magno, João Tota, Jorge Alberto, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Priante, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júnior Betão, Lael Varella, Laura Carneiro, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhyllino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelino Fraga, Marcelo Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Negromonte, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Olavo Calheiros, Paes Landim, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vander Loubet, Vignatti, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 29 de junho de 2005.


Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente


Deputada ELAINE COSTA
Relatora

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 8, DE 2005**

Autoriza a continuidade das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o empreendimento Estrutura da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Estruturação de Unidades de Atenção Básica – CACOAL.RO, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 36.901.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a continuidade das obras referentes à primeira etapa do Hospital Regional de Cacoal, restringindo a vedação constante no Anexo VI

— Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento Estrutura da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Estruturação de Unidades de Atenção Básica — Cacoal – RO, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 36.901.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Sala da Comissão, 29 de junho de 2005. — Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente — Deputada **Elaine Costa**, Relatora.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 107 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e o Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2005 combinados ao art. 3º do Ato do Diretor-Geral nº 1610, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para condução do Inquérito Policial nº 002/2005, os Policiais do Senado Federal Danilo Rurik Periquito Sad, Matr. 50468, na qualidade de Presidente; José Wellington Monte Amado, Matr. 50511, Escrivão *ad hoc*; Roberto Campos Freire, Matr. 49715 e Everaldo Bosco Rosa Filho Matr. 52398 e Newton de Souza Rodrigues, Matr. 44286, na qualidade de agentes cartorários.

Art. 2º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazos previstos no Código de Processo Penal para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 19 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3076 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011294/05-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTÔNIO ODILON ARAÚJO ROCHA**, matrícula n.º 183407, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 18 de julho de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

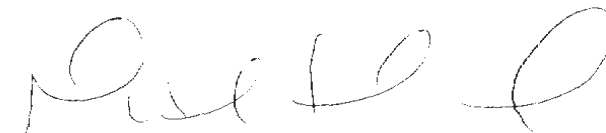
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3077 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.046/05-2

RESOLVE aposentar, por invalidez, com proventos proporcionais, o servidor, **PEDRO GONELLA FILHO**, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I e § 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, na redação dada pela EC nº 41, de 2003, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, c/c o artigo 9º, da Resolução Nº 07, de 2002, observando o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 18 de julho de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3078 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011361/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ERNANE FREITAS BEZERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3079 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011422/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CIRO DIAS TAVARES**, matrícula n.º 190072, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5. do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 18 de julho de 2005.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3080 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011456/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JANICE GREICE MOREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3081 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011417/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELA BATISTA SOARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3082 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011416/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MICHELLE DE OLIVEIRA MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3083 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011418/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ÍRIS DO CÉU DE SOUZA HENRIQUE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3084 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011455/05-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HUGO LEONARDO SOUZA LUZ SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3085 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011454/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSE VITALE FERREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3086 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011431/05-9**,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILMAR LACERDA**, matrícula n.º 167827, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Cristóvam Buarque, a partir de 19/07/2005.

Senado Federal, em 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3087 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010495/05-3,

RESOLVE:

Art. 1º - designar a servidora FRANCINEIDE MARIA MOREIRA FERREIRA, matrícula nº 03876-SEI, como co-gestora do Contrato nº 068/2005, celebrado entre o SENADO FEDERAL e a BRASÍLIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., em substituição ao servidor JORGE PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 03965-SEI, designado por meio do Ato nº 3035/2005.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3088 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOÃO HENRIQUE PEDERIVA, matrícula nº 53706 e, RUBENS DE ARAÚJO LIMA, matrícula nº 42733, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 010593/05-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de julho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3089 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA**, matrícula nº 50020 e, **JOSÉ RAIMUNDO NETO**, matrícula nº 41066, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 010594/05-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3090 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **LUIZ FERNANDO MADEIRA**, matrícula **33203**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC-6**, de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, e designá-lo para exercer a função comissionada de **CHEFE DE SERVIÇO**, Símbolo **FC-7**, do Serviço de Treinamento Industrial Profissionalizante, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **1º de julho de 2005**.

Brasília, 20 de julho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 148 PÁGINAS